

**Universidade de Évora – Instituto de Investigação e Formação Avançada**

Programa de Doutoramento em Linguística

Tese de Doutoramento

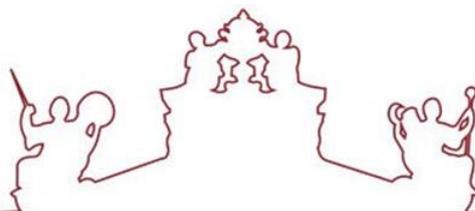
**O Pretérito Perfeito e Imperfeito do Indicativo:  
Contributo Para o Estudo do Verbo em Angola**

José Gabriel Ganga

Orientador(es) | Maria do Céu Brás da Fonseca  
Ana Alexandra Lázaro Vieira da Silva

Évora 2022





**Universidade de Évora – Instituto de Investigação e Formação Avançada**

Programa de Doutoramento em Linguística

Tese de Doutoramento

**O Pretérito Perfeito e Imperfeito do Indicativo:  
Contributo Para o Estudo do Verbo em Angola**

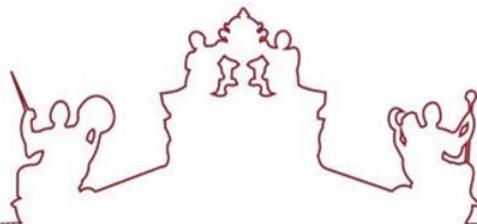
José Gabriel Ganga

Orientador(es)

| Maria do Céu Brás da Fonseca  
Ana Alexandra Lázaro Vieira da Silva

Évora 2022





A tese de doutoramento foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor do Instituto de Investigação e Formação Avançada:

Presidente | Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)

Vogais | Ana Alexandra Silva (Universidade de Évora) (Orientadora)  
Ana Rita de Sousa Aguiar Carrilho (Universidade da Beira Interior)  
David Jorge Lopes Suelela (Instituto Superior Politécnico do Kilamba (Luanda))  
Olga Maria Gonçalves (Universidade de Évora)  
Teresa Manuela Camacha José da Costa (Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda)

Évora 2022



## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais pela sábia catequese da vida.

À minha querida esposa Carlota Andrade dos Santos Ganga.

Aos meus filhos, por terem suportado a ausência, nas horas em que mais precisavam de mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Este estudo não é apenas o resultado de empenho individual, mas sim de um conjunto de esforços sem os quais teria sido muito mais difícil chegar ao fim desta etapa. Aqui está apresentado um importante marco na minha vida pessoal e profissional. Desta forma, manifesto a minha gratidão a todos os que estiveram presentes nos momentos de angústia, de ansiedade, de insegurança, de exaustão, mas também de satisfação.

A Deus todo-poderoso, pelo Dom da vida.

Ao Ministério da Educação da República de Angola, em particular à Doutora Ana Paula Henriques, pela bolsa concedida, na Comissão Multisectorial para a Retificação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, com vista à sua Ratificação.

Às minhas orientadoras Professoras Doutoras Maria do Céu Brás Fonseca e Ana Alexandra Lázaro Vieira da Silva, pela sábia orientação e por todo o apoio prestado, pessoal, bibliográfico e científico.

Ao Instituto de Investigação e Formação Avançada, pelo apoio à frequência do Programa de Doutoramento em Linguística.

Ao Instituto Médio Industrial de Luanda, especialmente à Engenheira Philomene Marie Brito Azevedo José Carlos, pelo apoio incondicional, disponibilidade, simplicidade e pela confiança depositada. Aos Professores de Língua Portuguesa, pelo contributo.

Ao Instituto Superior Politécnico Katangoji, especialmente à Doutora Berta Fernández, pelo apoio prestado e aos colegas pelo acolhimento.

Ao Professor Doutor Zavoni Ntondo, meu orientador de mestrado, pelo incentivo para continuar os meus estudos, homem humilde, motivador e paciente.

À Professora Doutora Teresa Manuela José Camacha da Costa, minha orientadora da Licenciatura, mulher honesta e sábia.

Ao meu irmão Luís Fonseca Bumba e esposa Maria Caetano Bumba, eterna gratidão, por tudo o que fizeram para que eu fosse o que sou.

Aos Padres Cesário Bambi, José Bragança e Sérgio Paulo, pelas bênçãos recebidas.

A Sebastião Marques Panzo, pelo apoio prestado.

Ao casal Guilherme Fonseca, pelo apoio prestado.

Finalmente, agradeço aos meus colegas do Programa de Doutoramento Filomena Maria Cortez da Silva e Jesus Gonçalves João da Silva, com os quais partilhei casa durante o período de formação.

## RESUMO

O presente estudo pretende realizar uma descrição, e posterior análise, das dificuldades sentidas pelos alunos na distinção dos usos linguísticos das formas simples do Pretérito Perfeito e do Pretérito Imperfeito do Indicativo na variedade do português angolano. Pretende-se contribuir para o estudo do sistema verbal, mais particularmente, para o estudo das variações aspetuais e da consciência que delas têm os falantes angolanos no uso refletido da língua. Nestes termos, a análise que propomos é uma avaliação, quer de competências linguísticas, quer de desempenhos linguísticos de falantes de nível de escolaridade médio e superior (estudantes e respetivos docentes).

Se falamos em uso refletido da língua é na medida em que a atualização e posteriores descrição e análise das formas verbais de Pretéritos Perfeito e Imperfeito do Indicativo ocorrem em contexto frásico de trechos narrativos e descritivos. Pretendemos, assim, caracterizar o paradigma verbal, tendo em conta as suas propriedades morfológicas e sintático-semânticas, destacando semelhanças e/ou divergências destes tempos verbais na variedade do português de Angola. O uso indiferenciado dos tempos em análise poderá ser indicador de uma escolha aleatória por parte dos falantes angolanos.

**Palavras-chave:** Pretérito Perfeito Simples; Pretérito Imperfeito do Indicativo; Sistema Verbal; Aspeto Verbal.

## ABSTRACT

### **“Pretérito Perfeito” and “Imperfeito” of the Indicative: Contribution to the Study of the verb in Angola**

The present study aims to carry out a description and subsequent analysis of the difficulties in distinguishing the linguistic uses of the simple forms of the “Pretérito Perfeito” and the “Pretérito Imperfeito” of the indicative in the variety of Angolan Portuguese. It is a contribution to the study of the verbal system and, specifically, to the study of the inherent aspectual variations and of the awareness that Angolan speakers have of them in the reflected use of the language. The analysis conducted is an assessment of both language skills and linguistic performance of speakers with secondary and higher education levels (students and their teachers).

The reflected use of language and the subsequent description and analysis of the verbal forms of “Pretérito Perfeito” and “Pretérito Imperfeito” are underpinned by some narrative and descriptive excerpts. We aim, therefore, to characterize the verbal paradigm, considering its morphological and syntactic-semantic properties, highlighting similarities and/or divergences of such verbal tenses in the variety of Portuguese in Angola. The indiscriminate use of the tenses under analysis may be indicative of random choices by Angolan speakers.

**Keywords:** “Pretérito Perfeito”; “Pretérito Imperfeito”; Indicative; Verbal system; Aspect.

## ÍNDICE GERAL

|   |           |
|---|-----------|
| DEDICATÓRIA.....                                  | I         |
| AGRADECIMENTOS .....                              | II        |
| RESUMO.....                                       | IV        |
| ABSTRACT .....                                    | V         |
| ÍNDICE DE TABELAS .....                           | X         |
| ÍNDICE DE GRÁFICOS .....                          | XI        |
| ÍNDICE DE QUADROS .....                           | XII       |
| LISTA DE ABREVIATURAS.....                        | XIII      |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                           | <b>1</b>  |
| Formulação do problema.....                       | 4         |
| Hipóteses .....                                   | 6         |
| Objetivos gerais.....                             | 7         |
| Objetivos específicos.....                        | 7         |
| Estrutura do trabalho .....                       | 9         |
| <b>CAPÍTULO I.....</b>                            | <b>11</b> |
| <b>O PORTUGUÊS EM ANGOLA .....</b>                | <b>11</b> |
| 1.1 Aspetos etno- e geolinguísticos.....          | 12        |
| 1.2 Para uma norma do português de Angola .....   | 19        |
| 1.2.1 Particularidades fonético-fonológicas ..... | 22        |
| 1.2.2 Particularidades lexicais .....             | 23        |
| 1.2.3 Particularidades morfossintáticas .....     | 24        |
| 1.2.4 Particularidades semânticas.....            | 25        |
| <b>CAPÍTULO II.....</b>                           | <b>30</b> |

|   |           |
|---|-----------|
| <b>ALGUNS CONCEITOS TEÓRICOS .....</b>                                | <b>30</b> |
| 2.1 Conceito de verbo .....   | 31        |
| 2.2 Propriedades morfológicas do verbo .....                          | 39        |
| 2.2.1 Morfologia do Pretérito Perfeito e Imperfeito (Indicativo)..... | 40        |
| 2.3 Características sintáticas do verbo .....                         | 44        |
| 2.4 Modo e modalidade .....   | 47        |
| 2.5 Tempos verbais .....  | 51        |
| 2.5.1 O pretérito perfeito do indicativo .....                        | 57        |
| 2.5.2 O pretérito imperfeito do indicativo .....                      | 60        |
| 2.6 Síntese dos tempos PP e PI do indicativo .....                    | 64        |
| 2.7 Aspeto verbal.....  | 65        |
| <b>CAPÍTULO III .....</b>   | <b>77</b> |
| <b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>                              | <b>77</b> |
| 3.1 Caracterização dos informantes .....                              | 79        |
| 3.1.1 Grupos de teste .....   | 79        |
| Grupo A .....   | 79        |
| Grupo B .....   | 80        |
| 3.2 Grupo de controlo .....   | 84        |
| 3.3 Caracterização dos Institutos .....                               | 86        |
| 3.3.1 Instituto Médio Industrial de Luanda (IMIL).....                | 86        |
| 3.3.2 Instituto Superior Politécnico Katangoji (ISPK).....            | 89        |
| 3.4 O inquérito por questionário .....                                | 91        |
| 3.4.1 Recolha e tratamento de dados.....                              | 92        |
| 3.4.2 Processamento de dados .....                                    | 93        |
| 3.4.2.1 Uso do programa informático <i>Excel</i> .....                | 93        |
| 3.4.2.2 Uso do programa informático <i>SPSS</i> .....                 | 93        |
| <b>CAPÍTULO IV .....</b>  | <b>95</b> |
| <b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>                    | <b>95</b> |
| 4.1 Apresentação de dados.....  | 96        |

|  |            |
|--|------------|
| 4.1.1 Formas verbais no texto descritivo .....   | 96         |
| .....  | 99         |
| 4.1.2 Formas verbais no texto descritivo-narrativo .....                                 | 100        |
| 4.1.3 Paradigma de <i>ESTAR</i> no PP: análise de ocorrências .....                      | 105        |
| 4.1.4 Paradigma de <i>ESTAR</i> no PI: análise de ocorrências .....                      | 108        |
| 4.1.5 Paradigma de <i>TER</i> no PP: análise de ocorrências.....                         | 111        |
| 4.1.6 Paradigma de <i>TER</i> no PI: análise de ocorrências .....                        | 113        |
| 4.1.7 Paradigma de <i>IR</i> no PP: análise de ocorrências .....                         | 116        |
| 4.1.8 Paradigma de <i>IR</i> no PI: análise de ocorrências.....                          | 118        |
| 4.2 Síntese da análise das atividades de conjugação verbal .....                         | 120        |
| 4.3 Observações sobre o uso de PP .....  | 123        |
| 4.4 Observações sobre o uso de PI .....  | 127        |
| 4.5 Síntese da análise da observação do PP e do PI.....                                  | 131        |
| 4.6 Textos de produção espontânea: aspectos da variação nos usos de<br>PP e PI.....      | 132        |
| 4.6.1 Síntese da análise da produção espontânea.....                                     | 151        |
| <b>CAPÍTULO V.....</b>   | <b>155</b> |
| <b>PROPOSTA DE EXERCÍCIOS .....</b>  | <b>155</b> |
| 5.1 Exercícios de identificação .....  | 157        |
| 5.2 Exercícios de substituição .....   | 159        |
| 5.3 Exercícios de preenchimento lacunar.....   | 161        |
| 5.4 Exercícios de preenchimento .....  | 163        |
| 5.5 Exercícios de conjugação verbal do PP .....  | 164        |
| 5.6 Exercícios de conjugação verbal do PI.....   | 165        |
| 5.7 Exercícios de conjugação verbal de verbos regulares, irregulares e<br>defetivos..... | 166        |
| 5.8 Outros exercícios.....   | 169        |
| <b>CONCLUSÃO .....</b>   | <b>173</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>  | <b>180</b> |
| <b>APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO: GRUPOS A E B.....</b>                                      | <b>192</b> |

|  |     |
|--|-----|
| APÊNDICE II – GRUPO C .....  | 196 |
| ANEXO I - AUTORIZAÇÕES (IMIL E ISPK).....                                | 200 |
| ANEXO II – PLANIFICAÇÃO ANUAL – LÍNGUA PORTUGUESA (10.ª CLASSE)<br>..... | 202 |
| ANEXO III - DIÁRIO DA REPÚBLICA PORTUGUESA .....                         | 212 |
| ANEXO IV –INSTITUTO MÉDIO INDUSTRIAL DE LUANDA .....                     | 214 |
| ANEXO V – INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO KATANGOJI .....                 | 215 |

## ÍNDICE DE TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 1. Total de informantes por nível de ensino e por género .....              | 81  |
| Tabela 2. Distribuição da amostra por idade e nível de ensino .....                | 83  |
| Tabela 3 - Atividade Nº 1 - Ocorrências de usos.....                               | 96  |
| Tabela 4 - Atividade Nº 2 - Ocorrências de usos.....                               | 100 |
| Tabela 5 - Atividade Nº 3 - Ocorrências em conformidade com o padrão europeu ..... | 105 |
| Tabela 6 - Atividade Nº 3 - Ocorrências em conformidade com o padrão europeu ..... | 108 |
| Tabela 7 - Atividade Nº 4 - Ocorrências em conformidade com o padrão europeu ..... | 111 |
| Tabela 8 - Atividade Nº 4 - Ocorrências em conformidade com o padrão europeu ..... | 113 |
| Tabela 9 - Atividade Nº 5 - Ocorrências em conformidade com o padrão europeu ..... | 116 |
| Tabela 10 - Ocorrências em conformidade com o padrão europeu.....                  | 118 |
| Tabela 11 - Atividade Nº 11 - Ocorrências de usos .....                            | 123 |
| Tabela 12 - Atividade Nº 7 - Ocorrências de usos .....                             | 127 |

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

|  |     |
|--|-----|
| Gráfico 1. Distribuição da amostra por género - IMIL.....                          | 82  |
| Gráfico 2. Distribuição da amostra por género - ISPK.....                          | 82  |
| Gráfico 3. Uso das formas verbais - informantes do IMIL.....                       | 99  |
| Gráfico 4. Uso das formas verbais - informantes do ISPK.....                       | 99  |
| Gráfico 5. Uso das formas verbais – informantes do IMIL.....                       | 103 |
| Gráfico 6. Uso das formas verbais – informantes do ISPK.....                       | 104 |
| Gráfico 7. Paradigma de <i>ESTAR</i> no PP - informantes do IMIL.....              | 106 |
| Gráfico 8. Paradigma de <i>ESTAR</i> no PP - informantes do ISPK.....              | 107 |
| Gráfico 9. Paradigma de <i>ESTAR</i> no PI - informantes do IMIL.....              | 110 |
| Gráfico 10. Paradigma de <i>ESTAR</i> no PI - informantes do ISPK.....             | 110 |
| Gráfico 11. Paradigma de <i>TER</i> no PP - informantes do IMIL.....               | 112 |
| Gráfico 12. Paradigma de <i>TER</i> no PP - informantes do ISPK.....               | 113 |
| Gráfico 13. Paradigma de <i>TER</i> no PI - informantes do IMIL.....               | 114 |
| Gráfico 14. Paradigma de <i>TER</i> no PI - informantes do ISPK.....               | 115 |
| Gráfico 15. Paradigma de <i>IR</i> no PP - informantes do IMIL.....                | 117 |
| Gráfico 16. Paradigma de <i>IR</i> no PP - informantes do ISPK.....                | 117 |
| Gráfico 17. Paradigma de <i>IR</i> no PI - informantes do IMIL.....                | 119 |
| Gráfico 18. Paradigma de <i>IR</i> no PI - informantes do ISPK.....                | 120 |
| Gráfico 19. Substituição das formas verbais pelo PP - informantes do IMIL<br>..... | 124 |
| Gráfico 20. Substituição das formas verbais pelo PP - informantes do ISPK<br>..... | 125 |
| Gráfico 21. Substituição das formas verbais pelo PI - informantes do IMIL<br>..... | 129 |
| Gráfico 22. Substituição das formas verbais pelo PI - informantes do ISPK<br>..... | 129 |

## ÍNDICE DE QUADROS

|  |     |
|--|-----|
| Quadro 1. Redução do ditongo (monotongação) .....                                      | 22  |
| Quadro 2. Acréscimo de um fonema vocálico no interior da palavra (epêntese) .....      | 22  |
| Quadro 3. Mudança de articulação de um som para palatal (palatalização) .....          | 23  |
| .....  |     |
| Quadro 4. Nomes de origem bantu .....  | 23  |
| Quadro 5. Desvios ao nível morfossintático .....                                       | 24  |
| Quadro 6. Pronominalização - PE e VPA .....  | 25  |
| Quadro 7. Definição do conceito de verbo .....   | 35  |
| Quadro 8. Variação morfológica dos verbos regulares .....                              | 41  |
| Quadro 9. Exercício de identificação do tempo verbal .....                             | 158 |
| Quadro 10. Exercício de preenchimento .....  | 163 |
| Quadro 11. Exercício de conjugação verbal no PP .....                                  | 165 |
| Quadro 12. Exercício de conjugação verbal no PI .....                                  | 166 |
| Quadro 13. Comparação do PP e PI em Português e Kimbundu .....                         | 167 |
| Quadro 14. Exercício de conjugação de verbos regulares, irregulares e defetivos .....  | 168 |
| Quadro 15. Identificação do verbo e desinências número-pessoais e modo-temporais ..... | 171 |

## LISTA DE ABREVIATURAS

DMT - Desinência modo-temporal

DNP - Desinência número-pessoa

IMIL - Instituto Médio Industrial de Luanda

ISPK - Instituto Superior Politécnico Katangoji

LN – Línguas nacionais

NP - Número e Pessoa

PA - Português de Angola

PE - Português europeu

PI - Pretérito Imperfeito (Indicativo)

PP - Pretérito Perfeito (Indicativo)

QECRL - Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas.

TLEBS - Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário

VPA - Variedade do Português Angolano

VT – Vogal temática

# INTRODUÇÃO

O estudo que agora apresentamos diz respeito ao uso do Pretérito Perfeito (PP) e do Pretérito Imperfeito (PI) do Indicativo no português de Angola (tempos simples). Procurámos trabalhar dentro de uma visão de competências e desempenhos linguísticos, estabelecendo as concomitantes variações aspetuais de ação acabada e inacabada desta variedade linguística do português.

Pretendemos, com este trabalho, caracterizar aspetos do paradigma verbal, a partir das suas propriedades morfológicas e sintático-semânticas, para chegar a uma explicação dos possíveis usos atribuídos às duas formas em apreço, bem como identificar as semelhanças e/ou diferenças nos usos destes tempos em grupos de falantes, com características diversas, do Português de Angola (PA).

A relevância deste estudo, cujo tema tem sido muito tratado, reside na observação de um *corpus* particular, que aponta para usos aleatórios das formas verbais de PP e PI do modo indicativo, bem como do aspeto verbal “acabado”/“inacabado”, não considerando aqui outros processos de expressão da categoria verbal de aspeto, como a expressão perifrástica ou outras a que alude Barroso (1997: 333-335) no estudo de locuções verbais do tipo *Os operários **estão para construir** casa, Os operários **começam a construir** a casa, Os operários **vão construindo** a casa, ou Os operários **continuam a construir** a casa*; locuções, estas e outras, incluídas no paradigma das perífrases gramaticais verbais.

A preferência pelo estudo do verbo e, mais especificamente, pelos tempos PP e PI e respetivos valores aspetuais, deveu-se à constatação de dificuldades sentidas pelos falantes angolanos na distinção destes tempos verbais. Acresce que não abundam no PA estudos que permitam a compreensão deste fenómeno. O uso dos tempos e modos verbais tem sido estudado por diversos investigadores, com perspectivas nem sempre coincidentes, sabendo-se, porém, que o PP especifica um estado de coisas anterior ao ato de enunciação, sem relação com outro estado de coisas no passado; enquanto o PI descreve um estado de coisas anterior ao ato de enunciação, mas com relação de contemporaneidade, com outro estado de coisas, também localizado no passado, como em *A Maria comia um bolo quando eu cheguei*. Trata-se da distinção, a que Travaglia (2014: 130), entre outros autores, se refere entre “passado + perfeito” e “passado + imperfeito”, sendo comum a unidade de “passado” e distintivo o valor aspetual. É claro que a unidade “passado” de PI pode também combinar-se com outros significados, como é sabido: ações habituais e repetidas ou idades e horas.

O presente trabalho visa, ainda, estudar a estrutura interna do PP e PI, procurando identificar as unidades presentes em tais formas, na linha da metodologia de todos os linguistas que estudaram a morfologia verbal do português (Barbosa, 1994; Rio-Torto, 1998b; Villalva, 2008), por diferentes que sejam os respetivos pressupostos teóricos. Interessa identificar, recorrendo a operações de segmentação, diferentes unidades presentes nas formas conjugadas, nomeadamente a unidade verbal/lexical e as unidades de tempo, modo, pessoa, aspeto e ainda, se se quisesse, a unidade de voz.

Apesar de o tempo poder ser, também, marcado pelo uso de advérbios e de expressões adverbiais, o nosso estudo baseou-se somente no tempo verbal, pois, como defendem Cunha e Cintra (2014: 473), o tempo é a

(...) variação que indica o momento em que se dá o facto expresso pelo verbo. Os três tempos naturais: presente, pretérito (ou passado) e futuro designam, respetivamente, um facto ocorrido no momento em que se fala, antes do momento em que se fala e após o momento em que se fala.

## **Formulação do problema**

Angola possui uma situação linguística multilingue, em que o português é a língua oficial e de escolaridade, mantendo-se em convívio com as línguas bantu e não bantu, o que contribui, inevitavelmente, para dificuldades linguísticas, como já detetaram vários autores que analisaram problemas de interferência linguística, quer ao nível do SN (Inverno, 2009: 87-106), quer ao nível de SV (Adriano, 2014: 216-282). Ora, a escolha deste tema prende-se exatamente com uma dessas dificuldades, sensível no uso que os estudantes angolanos fazem do sistema verbal. Um dos principais motivos que nos levou a pesquisar este campo foi, por um lado, o facto de sermos observadores ativos da produção linguística desses falantes – mais concretamente, enunciados orais e escritos no quotidiano angolano com evidentes confusões entre certas formas verbais; por outro, fatores de ordem didático-pedagógica, uma vez que temos observado que o estudo do sistema verbal do PA não tem merecido a atenção que tais problemas exigiriam por parte dos responsáveis de programas e manuais escolares. Na verdade, muito embora o sistema verbal seja matéria sempre presente em gramáticas, em muitos manuais escolares angolanos, em guias

metodológicos e em programas de vários ciclos de ensino<sup>1</sup>, certo é que a necessária contextualização do aspeto no universo de referenciação, de modalização e de textualização (Fonseca, 1994: 138-139) pressupõe uma consciência linguística de estratégias discursivas. Embora se trate de uma categoria “localizada” no verbo (Travaglia, 2014: 17), outros elementos frásicos influenciam-na. Aliás, a expressão do aspeto pode afetar outras categorias morfológicas, nomeadamente advérbios, e manifestar-se também ao nível do léxico (correspondente, segundo alguns linguistas, ao conceito alemão (Aktionsart)).

Este estudo tem acesso a informantes, na medida em que visa proceder, quer a uma análise de textos produzidos por alunos, quer a uma análise da correção destes textos por parte dos respetivos docentes (dados de referência), de forma a aferir a existência de variação no uso dos tempos verbais em estudo. Inerente a esta análise é a caracterização do aspeto verbal acabado e inacabado, para estabelecer as diferenças e semelhanças entre os dois tempos do passado (PP e PI). Num dos primeiros trabalhos dedicados ao assunto em português, Castilho (1968: 14) define o aspeto como “a visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a idéia de duração ou desenvolvimento”. Todos os trabalhos posteriores insistiram na caracterização da ação verbal em termos de duração e imperfetividade, de conclusão e perfetividade, de repetição e iteratividade (vd., por exemplo, Travaglia, 2014: 36).

---

<sup>1</sup>A consulta de vários destes materiais, disponíveis em site do “Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação” (INIDE, <https://www.inide.co.ao/biblioteca#>), permite rápida constatação da importância atribuída ao sistema verbal no ensino angolano. Manuais de língua portuguesa da 3.ª à 6.ª classes, por exemplo, incluem matérias diversas sobre o sistema verbal das três conjugações.

Sendo nosso objetivo fundamental promover estratégias didático-pedagógicas para o ensino destes tempos, mesmo sem a pretensão de resolver todos os problemas que se colocam a esse nível, pretendemos (com a proposta de exercícios) apontar vias que o professor poderá seguir, adaptadas a estudantes do II ciclo do ensino secundário.

O enfoque principal deste trabalho será o problema da distinção dos tempos verbais em análise, que ocorre na variedade do PA, à luz das seguintes questões de investigação:

- 1) Qual a razão de os falantes confundirem o PP com o PI, usando-os de forma aparentemente aleatória?
- 2) O problema residirá no facto de se tratarem ambos de tempos do passado?<sup>2</sup>
- 3) Será que os tempos verbais não têm merecido atenção suficiente nos programas de língua portuguesa, em Angola?<sup>3</sup>

Para podermos responder à problemática do nosso trabalho, traçamos três hipóteses que encaminham a nossa análise, salvaguardando o que se disse acima sobre o mais-que-perfeito (simples e composto).

## **Hipóteses**

1. As dificuldades são influenciadas por se tratar de tempos do passado;

---

<sup>2</sup> Embora tenhamos consciência de que há outro tempo do passado, mais-que-perfeito simples e composto. O primeiro só usado na escrita, enquanto o segundo é de amplo uso, na oralidade e na escrita.

<sup>3</sup> Fala-se em tempos verbais de forma genérica, mas visam-se particularmente o PP e o PI.

2. O estudo dos tempos verbais e, mais especificamente, do valor aspetual do PP e do PI, não tem merecido atenção suficiente na planificação dos conteúdos de ensino da língua portuguesa.
3. Tratando-se de um uso aleatório, não haverá diferenças substanciais entre os dados dos grupos de informantes e os dados de referência.

### **Objetivos gerais**

1. Contribuir para o estudo do sistema verbal no PA;
2. Aprofundar a descrição de tempos do passado;
3. Apresentar as variações do PA, relativamente aos tempos verbais do PP e do PI do indicativo.

### **Objetivos específicos**

1. Identificar as marcas morfossintáticas do PP e do PI;
2. Identificar dificuldades na distinção dos tempos em análise no PA;
3. Descrever os focos de mudanças nos usos dos tempos verbais do PP e do PI;
4. Propor atividades para facilitar o ensino/aprendizagem da conjugação verbal e aperfeiçoamento do uso dos tempos verbais do PP e do PI.

A língua portuguesa em Angola tem sido marcada por estudos variados no âmbito da linguística e da sociolinguística, sobretudo em temas como: variedades do português, norma, lexicologia e lexicografia. Acreditamos que o

verbo não tem merecido a atenção necessária e esperamos que o nosso trabalho possa contribuir para colmatar esta lacuna.

A competência linguística e a competência comunicativa correspondem a conceitos diferentes (Faria, 1996: 451), que o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (2001: 40) (QECRL) acentua com insistência, ao mesmo tempo que estipula o seguinte:

Um falante de uma língua não tem nunca as mesmas competências, nem as desenvolve da mesma maneira que outro, quer se trate de falantes nativos ou de aprendentes estrangeiros. Qualquer tentativa para definir os 'níveis' de proficiência seria de certo modo arbitrária, como o seria para qualquer outro domínio do conhecimento declarativo ou da competência de realização. Contudo, é útil, por razões práticas, elaborar uma escala de níveis para segmentar o processo de aprendizagem com vista à elaboração de programas, de exames, etc.

O domínio da competência comunicativa, que resulta de um processo de aquisição, imprime no falante determinada dinâmica no uso da língua falada e escrita, que constituem registos diferentes. As dificuldades dos falantes manifestam-se na generalidade dos tempos verbais, mas iremos concentrar a nossa investigação no (eventual) uso aleatório do PP e do PI do modo indicativo<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Em todo o trabalho, as formas verbais em estudo - presentes nas frases - estarão marcadas em negrito e as demais formas verbais serão sublinhadas, exceto na seção 4.2, onde o negrito marca as formas verbais solicitadas aos professores (cf. Apêndice II).

## **Estrutura do trabalho**

O nosso trabalho está estruturado em cinco capítulos, para além da introdução e da conclusão. No primeiro capítulo, fizemos uma breve abordagem reflexiva sobre o Português em Angola, onde apresentamos alguns aspetos relacionados com a situação etnolinguística, de modo a percebermos a origem, a constituição e a fixação total do povo bantu, no território que, atualmente, se chama Angola. Apresentámos, do mesmo modo, a situação linguística, com referência ao contacto do português com as línguas bantu, bem como algumas políticas linguísticas implementadas desde a independência do país. Damos importância à emergência da definição de uma norma do português de Angola, tendo em conta, por exemplo, algumas variações semânticas de verbos que ocorrem em contexto informal.

No segundo capítulo, fizemos um estudo preliminar que nos permitirá conhecer o que já foi publicado sobre o assunto em análise; aspetos já abordados e eventuais lacunas existentes na literatura. Assim, serão descritos os conceitos de verbo, as suas propriedades morfológicas e abordagem sintática, bem como características de modo e de modalidade, de aspeto acabado e inacabado.

No terceiro capítulo, será estabelecida a metodologia de pesquisa: desde o levantamento, filtragem dos dados, tipificação do inquérito, até à escolha da ferramenta informática para o tratamento semiautomático do mesmo.

O quarto capítulo do nosso trabalho tem uma forte vertente descritiva. Fizemos a apresentação e análise de dados, respondendo assim ao problema e às hipóteses aqui traçadas, de modo a verificarmos a variação e/ou aleatoriedade nos usos característicos dos tempos do PP e do PI. Desta forma, serão

analisadas e comparadas as questões constantes no questionário dirigido aos dois grupos, bem como as correções levadas a efeito pelo grupo de referência. No quinto capítulo, apresentámos uma proposta de exercícios, de modo a atenuar as dificuldades dos falantes. Nestes exercícios, os falantes serão levados a formular frases com os tempos verbais em estudo, a identificar os tempos verbais do PP e do PI, de modo a muni-los de competências linguísticas e comunicativas.

**CAPÍTULO I**

**O PORTUGUÊS EM ANGOLA**

Em jeito de contextualização do nosso trabalho, apresentamos a caracterização da situação geográfica de Angola e a situação etno- e geolinguística, abordando-se: i) o contacto de línguas; ii) a política linguística; iii) a definição da norma do PA e iv) variação semântica de alguns verbos.

### **1.1 Aspetos etno- e geolinguísticos**

Angola é uma República soberana e independente (Artigo 1.º da *Constituição da República*), cujo estado tem uma política protecionista das várias línguas do país (línguas nacionais), para além da oficial e outras de comunicação internacional (cf. Artigos 19.º e 21.º da *Constituição da República*)<sup>5</sup>, sendo certo, porém, que esta política oficial tem, por vezes, “pés de barro”, como bem evidenciam Severo, Sassuco e Bernardo (2019). Segundo os mesmos autores (2019: 294), “posicionamento ambíguo” e “nebulosidade” caracterizam a relação entre os discursos/políticas oficiais e a realidade das propostas educacionais, que convive mal com a diversidade linguística, considerando a hegemonia do monolingüismo educacional: “No plano linguístico, os currículos desses níveis [níveis de ensino primário e secundário] contam apenas com a presença da língua de escolarização, a língua portuguesa” (Severo, Sassuco e Bernardo, 2019: 295). A história de Angola, como a de muitos países que viveram momentos mais ou menos longos de colonização política, é de molde a favorecer

---

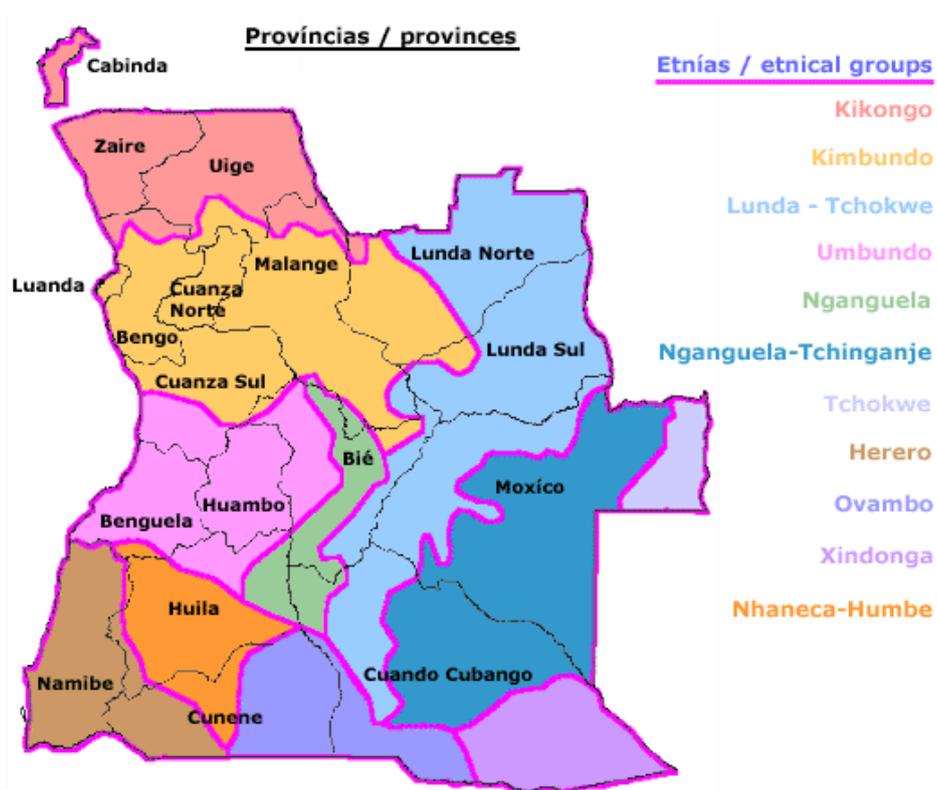
<sup>5</sup> Vejam-se: “O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional” (n.º 2, Artigo 19.º); quanto às “Tarefas fundamentais do Estado” (Artigo 21.º), importa o mencionado na alínea n), sobre “Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacionais e de comunicação”.

a diversidade linguística. O assunto é conhecido, mas deixemos algumas notas históricas, recorrendo a trabalhos de outros investigadores.

Do ponto de vista etnolinguístico, estudos realizados por Fernandes e Ntongo (2002: 41) confirmam a origem bantu do povo angolano. Segundo os autores, a quase totalidade dos povos bantu habita na região africana situada a Sul do Equador. Para melhor esclarecimento, citemos os autores:

O povo angolano é hoje constituído por descendentes de povos não-bantu (Hotentote e Khoisan), pré-bantu (Vátwa), bantu, descendentes de europeus ou entre europeus e africanos. Os povos de origem bantu que constituem a grande maioria do povo angolano descendem das grandes migrações dos Bantu ocidentais e dos meridionais.

**Figura 1: Mapa dos Grupos etnolinguísticos de Angola**



Fonte: <https://lingalog.net/cours/jpc/palops/cinco/angola?id=cours/jpc/palops/cinco/angola>

(Acedido a 26/03/2021)

A penetração e fixação dos povos bantu no território angolano ocorreu entre os séculos XIII e XIX, começando por movimentos migratórios até à instalação do último povo – os Ovakwangali, provenientes da África do Sul – entre os rios Cuando e Cubango (Fernandes e Ntongo, 2002: 36).

Analise-se agora aspetos da situação linguística, nomeadamente no tocante aos contactos do português com as línguas africanas. Todas as situações de contacto linguístico resultam de uma necessidade de estabelecer relações comerciais, relações de natureza política, cultural, social ou outras de cariz semelhante. Do ponto de vista geopolítico, muitos destes contactos têm na origem necessidades económicas, que, no passado, levaram à descoberta de novas terras para exploração de novas matérias-primas. No caso português, Hagemeijer (2016: 43) já apontou os períodos de ocupação portuguesa em África, que visaram objetivos comerciais, envolvendo o tráfico de escravos. Nas palavras do autor:

A presença portuguesa na África subsaariana remonta ao século XV, quando se inicia o reconhecimento do continente africano por via marítima. Até ao século XIX, este reconhecimento resulta sobretudo na ocupação dispersa de zonas costeiras e ilhas, através de entrepostos, feitorias e fortalezas, dedicados a atividades económicas, tais como o tráfico de escravos e a produção de açúcar. O século XIX, e especialmente o período que se segue à Conferência de Berlim (1884-1885), marca o início da colonização efetiva de África.

Depois da chegada de Diogo Cão à foz do rio Zaire (1482), a língua portuguesa entrou em contacto com línguas africanas dos povos autóctones. O contacto linguístico manteve-se nos séculos seguintes, intensificou-se no século XIX com

o afluxo de colonos portugueses no interior do país, a partir dos núcleos de Luanda (1575), Benguela (1617) e Namibe (1785), e generalizou-se a todo o país até à sua Independência (cf. Fernandes e Ntondo, 2002: 101).

O primeiro contacto com a língua portuguesa, após a chegada de Diogo Cão, foi encetado pelos povos do Soyo, Província do Zaire, pertencentes ao reino do Kongo, ou seja, os povos do grupo Bakongo. Já o segundo contacto, depois da chegada do navegador Paulo Dias de Novais à Ilha de Luanda em 1575, foi estabelecido pelos povos do grupo Ambundu, concretamente em Luanda, seguidos dos Ovimbundu, em Benguela, Ovahelero, em Namibe e, posteriormente, os grupos a Norte, Sul e a Leste do país. Este quadro geográfico visa mostrar que quanto maior fosse o afastamento em relação ao litoral e à capital do país, maiores também as dificuldades de aprendizagem da língua em contacto com as autóctones. A propósito deste contacto de línguas:

Situação de coexistência de duas ou mais línguas numa mesma região ou numa mesma comunidade linguística. Por contacto, os falantes podem introduzir na língua que falam, de forma consciente ou inconsciente, traços de uma língua diferente da sua. Os efeitos do contacto, se forem extremos, levam ora ao nascimento de novas línguas, como acontece com os crioulos, ora à imposição total de uma língua a falantes, normalmente habitantes de territórios invadidos, que abandonam a sua língua materna, a qual, em último caso, se pode converter numa língua morta (TLEBS, 2017: 29).

A Província de Luanda é constituída por população proveniente não só do interior do país, mas de outras províncias do litoral. A procura de um local seguro e de um espaço a resguardo da guerra civil provocou um abandono em massa das regiões interiores do país e a fixação das populações na capital, com evidentes

consequências linguísticas em termos de contactos entre a língua oficial e as nacionais de origem bantu, trazidas por esta população migrante. Diríamos que, na linha de Filusová (2012: 17), o processo de descolonização trouxe consigo, quer a oficialização do português, quer a sua expansão no país, quer ainda o contacto de línguas, fenómenos, todos eles, relacionados entre si, como já foi bem estudado por Calvet (2002: 175): “(...) il ne peut y avoir de décolonisation économique et politique sans qu'intervienne aussi, dans le déroulement de ce processus une décolonisation linguistique”.

Angola apresenta-se como um mosaico linguístico, formado por duas realidades distintas: a língua portuguesa e as línguas de Angola ou línguas nacionais (LN). Embora o assunto seja conhecido, deixe-se um breve apontamento sobre língua nacional:

Língua falada em determinado território que, por plasmar marcas de uma herança específica ou código de afirmação de originalidade ético-cultural, pode configurar um elemento caracterizador de uma consciência nacional e, nos casos mais evoluídos, ser suporte de uma expressão literária autónoma.” (Cristóvão *et. al.*, 2005: 606).

Como se sabe, grande parte do espaço geográfico conhecido por lusófono, apresenta várias línguas nacionais, para além da oficial portuguesa. Sendo a língua de ensino é também um elemento de unificação e integração social, e permite, de forma mais eficaz do que as línguas de Angola, a comunicação internacional e a transmissão do conhecimento científico.

O português encontra-se em permanente evolução em Angola, afirmação que só não é um truísmo relativamente ao carácter dinâmico de todas as línguas naturais pela razão que Perpétua Gonçalves aduz na citação *infra*, a saber: a diversidade

linguística de Angola. A propósito do dinamismo como característica de todas as línguas, recordemos palavras de Castro (1991: 11) em obra de referência:

Mudam as palavras o seu significado para melhor servir a expressão do pensamento, criam-se palavras para representar novos objetos e ideias, enquanto outras palavras caem em desuso.

Não é apenas o léxico que muda. Também mudam as estruturas gramaticais e as regras de funcionamento da morfologia e da sintaxe. E muda o modo de produção dos sons, como mudam as relações entre as unidades que constituem o sistema fonológico.

Ora, quanto ao PA, as influências linguísticas resultantes do contacto com as línguas nacionais, a criação de novas palavras e expressões, assim como certos desvios à norma-padrão de Portugal, fazem-no estar em constante mutação.

Segundo Perpétua Gonçalves (2013: 161):

Para além de estas variedades mudarem de forma mais radical do que as línguas adquiridas em contextos monolíngues, pode salientar-se, em primeiro lugar, que, como consequência de este processo ocorrer em situação de contacto linguístico com as línguas bantas, as línguas maternas da maior parte da população, muitas das inovações relativamente à norma europeia resultam da interferência, direta ou indireta, da gramática destas línguas. Esta interferência manifesta-se não tanto pela criação de novas palavras, mas sobretudo por alterações nos traços fonéticos e fonológicos, morfológicos e sintáticos do sistema gramatical do português europeu (PE).

Não será alheio a este acentuado dinamismo o facto, já registado por Marques (1983: 205), das dificuldades de implementação do português em todo o território nacional, dominado por línguas que serviam as necessidades de comunicação;

dificuldades que ocorreram não tanto por atitude de resistência como forma de conservação de uma identidade própria, mas pelas muitas divergências entre línguas tipologicamente distantes. Razão assistia ao primeiro presidente da República de Angola, António Agostinho Neto, quando preconizava o uso das LN em vários graus de ensino (cf. Marques, 1983: 210) para evitar a sua marginalização e a de concomitantes traços culturais. Não faltava sensibilidade linguística a Agostinho Neto. Note-se que, muitos anos depois destas palavras, Faraco (2016: 321) afirmou na mesma linha que:

Um dos grandes desafios presentes nos países africanos de língua oficial portuguesa é justamente garantir que o estatuto de língua oficial do português não redunde no silenciamento e no desaparecimento das línguas nacionais, o que exige que ele partilhe com estas seu espaço na educação, na comunicação social e nos demais contextos públicos e privados. E isso pressupõe que se abandone criticamente o jacobinismo linguístico, ou seja, o pressuposto de que só o monolingüismo garante a unidade nacional.

Já se aludiu ao facto de um dos problemas do ensino da língua portuguesa em Angola ser, precisamente, a conformidade à norma-padrão europeia, causa de grandes dificuldades e insucesso que não é recente, mas se vem registando desde a independência até aos nossos dias.

Adriano (2015: 131), preocupado com esta situação crónica de insucesso, entende não se justificar que o ensino das variedades lusófonas siga uma norma – a europeia – que efetivamente não é usada pela maioria da população.

Muitos outros investigadores angolanos são sensíveis a esta mesma realidade linguística. A título de exemplo, vejamos dois bons testemunhos em diferentes

campos da análise linguística: o léxico e a sintaxe. Estudando as interferências do Kimbundu em PA oral (mais especificamente, no português falado na capital angolana), Mingas (2000: 59) refere-se à “(...) tendência grande para adaptar as estruturas das línguas bantu ao português, criando uma convergência linguística nas interações idiomáticas que constitui a base do fenómeno de interferência.” Estas interferências são sobretudo fónicas, mas afetam também, quer a variação nominal em número e género, quer a sintaxe da complementação verbal (cf. Mingas, 2000: 66-77). Um segundo testemunho é o de Miguel (2004), no campo da sintaxe do sistema dos pronomes pessoais, “(...) uma das áreas de mais evidentes derivas, em relação ao português europeu padronizado” (Miguel, 2004: 20): seleção das formas pronominais e a sua colocação na estrutura frásica são os dois mais evidentes problemas que ocupam a investigadora angolana no estudo da dinâmica pronominal presente no português de Luanda.

Em face disto, é inquestionável que a maior parte da população angolana comunica através de uma língua híbrida, heterogénea, sem fronteiras definidas entre as estruturas da língua portuguesa e as das línguas bantu.

## **1.2 Para uma norma do português de Angola**

Definir uma norma para o português em Angola, a nosso ver, não consiste apenas na inclusão das línguas locais (línguas nacionais) nos subsistemas de ensino, mas sim num estudo comparativo entre as línguas bantu e o português,

bem como nas influências que as primeiras exercem sobre a segunda. São poucos os alunos que se aproximam do contexto idiomático europeu, sendo que a maioria da população comunica através de uma língua híbrida. A língua portuguesa, submetida a contactos com as línguas bantu locais, sofreu, e continua a sofrer, mudanças a nível fonético-fonológico, léxico-semântico e morfossintático.

Será necessário que, pese embora as diferenças estruturais, traços característicos das estruturas gramatical e lexical das línguas bantu ou, pelo menos, de algumas delas (nomeadamente as de maior difusão, o umbundu, o quimbundo e o quicongo) se associem à língua portuguesa. É nossa convicção que os falantes de Angola incorporam estas estruturas das línguas nacionais no uso que fazem do português e, por hegemónica que esta seja, são poucos aqueles cuja expressão oral e escrita se aproxima da variante europeia. Dito de outra forma, são muitos os falantes angolanos para os quais o português é “língua segunda” (L2), isto é, “língua não materna, mas, em princípio, com um estatuto particular: ou é reconhecida como oficial em países bilingues ou plurilingues, nos quais as línguas maternas ainda não estão suficientemente descritas ou, ainda, com certos privilégios, em comunidades multilingues, sendo essa língua uma das línguas oficiais do país” (Osório e Rebelo, 2008: 443-444). A definição aplica-se à situação linguística de Angola. Na verdade, trata-se de uma variedade híbrida<sup>6</sup>, a que Mingas (1998: 115) chamou “português de

---

<sup>6</sup> Xavier e Mateus (1992) definem “hibridismo” como processo lexicológico (ou neológico, mais especificamente) de formação de palavras “por composição de elementos constituintes provenientes de línguas diferentes (...). A existência destas palavras decorre, em princípio, da circunstância dos elementos se terem integrado no mecanismo da língua que faz a sua associação”. Podemos dar alguns exemplos envolvendo as línguas que nos interessam: “kisom” > quimbundo *ki* + port. *som*; “kileitão” > quimbundo *ki* + port. *leitão*.

Angola” ou “angolano”, dotado de especificidades próprias. Estas características correspondem àquilo a que Costa (2015: 61) chamou de “africanização”/“bantuização” ao nível do léxico, e que podemos aplicar a outros níveis da análise linguística, como fizemos em trabalho anterior (Ganga, 2016: 75), ao apresentar o conceito de “português bantuizado”<sup>7</sup> como:

(...) registo linguístico, em que as estruturas frásicas do Português europeu adquirem características fonológicas, fonéticas, morfossintáticas, semânticas e lexicais das marcas próprias da estrutura da gramática das línguas bantu. (Ganga, 2016: 75).

Para a definição da norma em Angola, há que se ter em atenção alguns estudos já realizados por diversos autores, como: Marques (1983), Mingas (2000), Costa (2006), Ntondo (2009), Nzau (2011), Filusová (2012), Chicuna (2014), Miguel (2014), Adriano (2015), Costa (2015), Gaspar (2015), Undolo (2016), Trinta (2016), Tchikwamanga (2016).

Marques (1983), por exemplo, afirma que a descrição das características fonéticas, morfossintáticas e semânticas do Português de Angola irá, a longo prazo, permitir delimitar:

- a) As marcas do português de Angola que decorrem da evolução natural da língua (o dinamismo e evolução das línguas vivas);
- b) As marcas do português de Angola que decorrem do seu contacto com as línguas nacionais (interferências, por exemplo.) (Marques, 1983: 215).

---

<sup>7</sup> Verificámos os processos de substituição ou eliminação, na escrita e na oralidade, de palavras da língua portuguesa, de um grafema da língua portuguesa por um ou mais grafemas características da fonologia e morfologia das línguas bantu, como: *kisom*, *kileitão*, *kaza*, *freskinhas*, *kero*, *projekta*, *kigelado*, *kipizza*, *kigrama*, *kissumo*, etc. (cf. Ganga, 2016: 77).

## 1.2.1 Particularidades fonético-fonológicas

Apresentamos, abaixo, alguns exemplos que ocorrem no português falado em Angola. Não pretendemos levar a efeito um levantamento exaustivo, mas tão-somente ilustrar alguns dos fenómenos que ocorrem no território angolano, ao nível fonético-fonológico<sup>8</sup>.

Quadro 1. Redução do ditongo (monotongação)

| PE         | VPA       |
|------------|-----------|
| [ˈRo(w)pɐ] | [ˈRopɐ]   |
| [diˈnejru] | [diˈneru] |
| [ˈbejZu]   | [ˈbeZu]   |
| [ˈfejɾɐ]   | [ˈferɐ]   |

Quadro 2. Acréscimo de um fonema vocálico no interior da palavra (epêntese)

| PE               | VPA               |
|------------------|-------------------|
| [pnɐw]           | [peˈnɐw]          |
| [ɛdkiˈrir]       | [ɛdikiˈrir]       |
| [ɛdminiʃtreˈdor] | [ɛdiminiʃtreˈdor] |
| [ˈbluzɐ]         | [buˈluzɐ]         |

---

<sup>8</sup> Os exemplos apresentados nos quadros 1 a 6 são da nossa autoria.

Quadro 3. Mudança de articulação de um som para palatal (palatalização)

| PE         | VPA       |
|------------|-----------|
| [mu'bilje] | [mo'biɫɐ] |
| [fe'milje] | [fa'miɫɐ] |
| [A'melje]  | [A'meɫɐ]  |

### 1.2.2 Particularidades lexicais

Em Angola, encontramos vários nomes de origem bantu incorporados no léxico do português, como podemos verificar nos seguintes exemplos:

Quadro 4. Nomes de origem bantu

| Bantu    | VPA       | Significado                               |
|----------|-----------|---|
| Ngola    | Angola    | “país”                                    |
| Kandenge | Candengue | “o mais novo”                             |
| Dikota   | Cota      | “mais velho”                              |
| Mbunda   | Bunda     | “traseiro”, “nádegas”                     |
| Kamba    | Camba     | “amigo”                                   |
| Ndulu    | Andulo    | “sede da Província do Bié”                |
| Ngulungu | Golungo   | “municípios da Província do Cuanza Norte” |

### 1.2.3 Particularidades morfossintáticas

Nesta abordagem, pretendemos apresentar as interferências que ocorrem no plano morfológico, mais especificamente em relação ao número, género. Estes desvios podem ser encontrados, tanto num registo mais coloquial, como no registo formal.

Quadro 5. Desvios ao nível morfossintático

| PE                                   | VPA                                    |
|--------------------------------------|--|
| Quero duas <b>nocais</b> .           | Quero duas <b>nocal</b> <sup>9</sup> . |
| Onde estão os meus <b>cadernos</b> ? | Onde estão os meus <b>caderno</b> ?    |
| Nós <b>gostamos</b> de brincar.      | Nós <b>gostamo</b> de brincar.         |
| Os meus <b>amigos</b> falam demais.  | Os meus <b>amigo</b> falam demais.     |

Destacamos, ainda, a pronominalização como exemplo da não conformidade com o PE. Assim, em PE existem três posições para a colocação do pronome na frase: proclítica (antes do verbo), mesoclítica (intercalado no verbo) e enclítica (depois do verbo). A regra é a posição enclítica, ficando a proclítica reservada para a frase de tipo negativo e de tipo interrogativo, ocorrendo igualmente na subordinação frásica. A mesóclise ocorre nas formas verbais do futuro e do condicional, como é sabido<sup>10</sup>. Na VPA é frequente a posição proclítica, mesmo entre a camada escolarizada. Apresentamos a seguir alguns exemplos:

<sup>9</sup> Nocal é uma marca de cerveja, fabricada em Angola.

<sup>10</sup> São muitos os trabalhos sobre os pronomes clíticos em PE. Um dos mais recentes e também mais completos, porque envolve a perspetiva sincrónica e diacrónica, é o de Martins (2016). Sobre dados de aquisição destes pronomes, vd. Costa, Fiéis e Lobo (2016).

Quadro 6. Pronominalização - PE e VPA

| PE                               | VPA  |
|----------------------------------|--|
| Vou dar- <b>lhe</b> uma surra.   | Vou <b>lhe</b> dar uma surra.                            |
| Vi- <b>o</b> a passar por aí.    | <b>Lhe</b> vi a passar por aí.                           |
| O que <b>o</b> levou à morte.    | O que levou- <b>lhe</b> à morte/o que lhe levou à morte. |
| O Manuel queria ver- <b>te</b> . | O Manuel queria <b>te</b> ver <sup>11</sup> .            |

Temos estado a referir vários campos da análise linguística que evidenciam características do PA. Na mesma linha, introduz-se neste ponto uma exemplificação de confronto entre o PE e a VPA, desta feita ao nível semântico.

#### 1.2.4 Particularidades semânticas

Na verdade, não são poucos os lexemas cujo significado etimológico é, por vezes, difícil de identificar e de explicar em VPA, tal a variação de significado (ou, melhor, de sentido) que tais lexemas apresentam na comunicação corrente dos falantes angolanos. Variações de sentido, nuns casos, especialização de determinado sentido noutros e, ainda noutros casos, fenómenos de extensão metafórica são prova, de novo, do dinamismo e “enriquecimento lexical do PA” (cf. Undolo, 2016). Recorrendo a dicionários de referência do português<sup>12</sup> para confrontar significados, damos alguns exemplos destas situações, recolhidos da

<sup>11</sup> Em PE também é possível a próclise com o infinitivo simples, como se sabe.

<sup>12</sup> Nomeadamente: Machado (1977); *Dicionário da língua portuguesa contemporânea* (Academia das Ciências de Lisboa, 2001); Houaiss, Villar e Franco (2001).

nossa experiência de falante de português e de algumas línguas nacionais angolanas.

1. **Alcançar** > lat. *incaicare*, “chegar junto aos calcanhares de”. Por extensão, “atingir determinado lugar despendendo, geralmente, um certo esforço”.

PA: “engravidar” (sobretudo em contexto informal e/ou familiar).

Atestações<sup>13</sup>:

(1) A Maria, até hoje, não **alcança**?

(2) A Maria demorou **alcançar**, mas conseguiu, graças a Deus!

2. **Descair** > de *des-* + *cair*, “descer ou baixar de acordo com uma inclinação mais ou menos pronunciada.

PA: “sair”, “andar”, “ato de caminhar em direção a”; “ir embora”.

Atestações:

(3) Vou **descair** (= vou sair, vou andando, vou embora).

3. **Emagrecer** > lat. *emacrescere*, “perder peso corporal”.

PA: “ato de encostar(-se), dando espaço a outra pessoa”. O termo é comumente usado nos serviços de táxis, vulgo “candongueiros” e/ou “azuis e brancos”.

Atestações:

(4) Neste banco cabem quatro pessoas, **emagrecem**...

---

<sup>13</sup> A recolha das atestações é nossa - registos escrito e oral.

(5) Tia, **emagrece**...!

4. **Entalar** > de *en-* + *tala* + *-ar*, “pôr tala(s); apertar com tala(s)”.

PA: “mulher no estado de gestação” (cf. “alcançar”, “ato de engravidar”).

Atestações:

(6) O João **entalou** a Maria (= O João engravidou a Maria)

(7) A Maria está **entalada** (= a Maria está grávida)

#### 5. **Funerar**

Forma não atestada em nenhum dos dicionários consultados, muito embora tenha registo no PB. O PA usa o sufixo verbal *-ar* para formar este verbo derivado do substantivo “funeral”.

Atestações:

(8) Já **funeraram**?

(9) Vão **funerar** a que horas?

6. **Lançar** > lat. *lanceare*, “manejar, empunhar, atirar a lança”.

O PA especializa a aceção “vomitar” (*in* Dicionário da Academia das Ciências), na linguagem informal e/ou familiar<sup>14</sup>.

Atestações:

(10) A Ana comeu demais e agora está a **lançar**.

---

<sup>14</sup> A propósito das diferenças de registo de língua entre “vomitar” e “lançar”, note-se ainda o caso de “restituir”, usado por uma personagem do romance *O primo Basílio*, de Eça de Queirós: como é dito pelo narrador, o Conselheiro Acácio, “Nunca usava palavras triviais; não dizia *vomitar*, fazia um gesto indicativo e empregava *restituir*” (Ciberfil Literatura Digital, <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ph000227.pdf>, Capítulo II, sem paginação).

(11) **Lançou** tanto que ficou fraco!

7. **Manter**<sup>15</sup> > lat. *manutenerere* (*manu* + *tenere*), “segurar, sustentar, suportar”.

O PA informal e/ou familiar especializou a aceção “sustentar” em “viver maritalmente”, “homem e mulher que vivem em união de facto”.

Atestações:

(12) A Maria \***manteu** com o João.

(13) **Manter** com homem de Luanda; prefiro **manter** com o homem de Calulo.

8. **Vir** > lat. *venire*, “deslocar-se alguém ou alguma coisa em movimento na direção daquele que está a falar”.

O uso que os falantes de PA fazem deste verbo em registos orais, como os atestados *infra* em (15) e (16) (conversa ao telemóvel), é um pouco mais complexo de esclarecer, porque envolve as relações dos verbos de movimento<sup>16</sup> do par *ir/vir*. Enquanto *ir* indica “deslocação dirigida em direção ao espaço dítico do TU” (Vilela, 1992: 186), *vir* é “deslocação (intencional) de x1 [categoria Agente] em direção ao espaço dítico do EU” (Vilela, 1992: 190). Ora, no caso das atestações a. e b., *vir*, que exprime, portanto, deslocação/aproximação ao sujeito falante, é usado em contextos de *ir* (segundo a norma do PE), o que neutraliza os traços distintivos do par considerado. Não é estranha a este fenómeno a interferência de línguas nacionais.

---

<sup>15</sup> Sobre o uso deste verbo em PA e da forma “manteu” *infra* (na atestação a.), veja-se o site <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/sobre-o-uso-do-verbo-manter-em-angola/31555>.

<sup>16</sup> Sobre os verbos de movimento ou verbos de deslocação, poderá ver-se Pontes (1992), Vilela (1992) Mateus (2003), Leal e Oliveira (2008).

Atestações:

(14) Gabriel, vais aonde? – estou a **vir**.

(15) Alô, mano João... não se preocupa mais com o dinheiro do táxi. Estou a **vir** te buscar!

(16) João, estás aonde?! Não sai dali. Estou a **vir**!

Poder-se-á entender que algumas destas aceções atestadas no PA entram no domínio da sinonímia ou polissemia, conceitos nem sempre de fácil distinção e conceção ao nível da semântica. Certo parece ser o facto de as diferentes ocorrências não pertencerem ao mesmo registo de língua.

## **CAPÍTULO II**

# **ALGUNS CONCEITOS TEÓRICOS**

O verbo é, sem qualquer dúvida, o elemento central de qualquer enunciado. A categoria aspetual condiciona a escolha do tempo verbal, no nosso caso, do PP e PI (indicativo). Apesar da existência de diversos estudos sobre o tema, a dúvida persiste: terão os falantes angolanos a capacidade de, conscientemente, reconhecer a diferença aspetual entre o PP e o PI? Acreditamos que existirá sempre algum nível de variação no uso que os falantes fazem destes tempos verbais. Importa apurar as causas desta variação.

Travaglia (2014: 230) defende que,

No Português, predomina o tempo no paradigma de conjugação verbal, mas observa-se pelo menos uma distinção de base aspetual: entre o pretérito imperfeito do indicativo (imperfeito + passado) e o pretérito perfeito do indicativo (perfeito + passado).

Começaremos pela sua definição para depois avançarmos para assuntos mais complexos.

## **2.1 Conceito de verbo**

Nesta seção apresentaremos uma sùmula crítica do conceito de verbo. De origem latina, a palavra *verbu* pertence a uma classe gramatical que indica, primariamente, uma ação e apresenta marcas morfológicas de pessoa, número, modo, tempo, voz e aspeto, podendo o verbo constituir, sozinho ou combinado com outros constituintes, o predicado da frase.

Recorrendo à lexicografia, verificamos que no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2003) o verbo é entendido como uma elocução, uma enunciação, linguagem ou palavra e,

Do ponto de vista semântico, contêm as noções de ação, processo ou estado, e, do ponto de vista sintático, exercem a função de núcleo do predicado das palavras; predicador. Nas línguas flexionais e aglutinantes, palavra pertencente a um paradigma de formas flexionadas, cujas flexões indicam algumas categorias, tais como o *tempo* (que localiza ação, processo ou estado em relação ao momento da fala), a *pessoa* (indica o emissor, o destinatário ou o ser sobre o qual se fala), o *número* (indica se o sujeito gramatical é singular ou plural), o *modo* (indica a atitude do emissor quanto ao facto por ele enunciado, que pode ser de certeza, dúvida, temor, desejo, ordem, etc.), a *voz* (indica se o sujeito gramatical é agente, paciente ou, ao mesmo tempo, agente e paciente da ação), o *aspeto* (fornece mais detalhes a respeito do modo de ser da ação, se é unitária, momentânea, prolongada, habitual, etc. (2003: 627).

O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001) define o verbo como:

(...) aquilo que é dito, (...) expressão do pensamento ou discurso; palavra suscetível de apresentar marcas morfológicas de pessoa, número, modo, tempo, voz, aspeto e que constitui, sozinha ou combinada com outros constituintes, o predicado da frase. *O verbo é o núcleo do sintagma verbal*" (2001: 3726).

O *Novo Aurélio - Dicionário da Língua Portuguesa* (1999) define o verbo como

"(...) uma palavra, vocábulo (...) expressão (...) classe gramatical que tipicamente indica a ação e que pode ou constituir, sozinha, um predicado, ou determinar o número de elementos que conterà" (1999: 2060).

Os três dicionários acima mencionados atribuem ao verbo a capacidade de apresentar marcas exclusivas, quando comparado com outras unidades lexicais de outras classes. Referimo-nos às marcas morfológicas de tempo, modo, aspeto, pessoa, número e voz. O *Novo Aurélio - Dicionário da Língua Portuguesa* (1999) e o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001) atribuem ao verbo uma outra função que é a de constituir sozinho um predicado e, dependendo da flexão, poder determinar o número de elementos na frase. O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2003) não aborda esta dimensão do verbo.

Partimos do conceito de Dubois (1983) que define o verbo adotando a perspetiva da gramática tradicional.

En gramática tradicional, el *verbo* es una palabra que expresa el proceso, es decir la acción que el sujeto realiza (como en *El niño escribe*) o padece (como en *Este hombre será castigado*), o bien la existencia del sujeto (como en *Los malos existen*) o su estado (como en *Los hombres envejecen*), e incluso la relación entre el predicado nominal y el sujeto (como en *El hombre es mortal*). De una manera meramente convencional, sin que el sentido lo justificase plenamente, se ha admitido que «realizar la acción» se extiende en este caso a oraciones como *La casa recibió una bomba* (donde, en realidad, la casa es la que padece la acción) Dubois (1983: 625).

Assim, o termo *verbo* significa palavra que denota ação ou expressa qualidade, estado ou, ainda, a existência de alguma coisa ou pessoa, considerados nos tempos passado, presente e futuro. Trata-se de uma palavra variável que pertence a um paradigma de formas flexionadas.

Mattoso e Câmara Jr. usam outros critérios para definir o conceito de *verbo*. Na perspectiva de Câmara Jr. (1997), o verbo é a “(...) classe de palavras que se opõe aos nomes pela natureza dos seus semantemas (Câmara Jr, 1997: 239). Insiste, assim, no aspeto semântico, explicando que “Caracterizam-se por trazerem em si uma ideia temporal, seja – a) a da duração ou do resultado do processo, seja – b) a do momento da sua ocorrência (Câmara Jr., 1997: 239), não descurando, no entanto, a classificação dos verbos quanto à forma e à função desempenhada. Para Mattoso (2003: 282), o verbo é uma

palavra variável que anuncia uma **acção** ou exprime a **qualidade, estado** ou a **existência** de alguma pessoa ou coisa, considerados no tempo. (...). O verbo é o fulcro da frase. Todo o resto vem à sua volta. Sem verbo, a frase não tem existência possível (...).

Câmara Jr., (1997) e Mattoso (2003), embora apresentem definições coincidentes, quanto à ação ou estado e quanto à transitoriedade do verbo, divergem num aspeto: Câmara Jr. (1997: 239) define o verbo como sendo, “essencialmente”, dinâmico, com características temporais, aspetuais e sujeito à flexão. Mattoso (2003), ao contrário do primeiro, faz uma classificação do verbo quanto à forma, à função, à sintaxe, entre outras funções do verbo.

O verbo é, consensualmente, definido em gramáticas de língua portuguesa, como uma palavra variável. O Quadro 7 pretende fazer o levantamento das diferentes definições encontradas. Optámos por trazer para análise Vilela (1999),

Bechara (2003), Mateus *et al.* (2003), Raposo *et al.* (2013) e Cunha e Cintra (2014)<sup>17</sup>.

Quadro 7. Definição do conceito de verbo

| Gramáticas   | Definição   |
|--|---|
| Vilela (1999: 60-61)<br><i>Gramática da Língua Portuguesa,</i><br><i>Gramática da palavra,</i><br><i>Gramática da frase,</i><br><i>Gramática do texto/discurso</i> | “O verbo é a categoria gramatical que configura os processos da realidade objectiva no seu enquadramento temporal. Esta configuração faz-se por meio da combinação do lexema verbal com os morfemas gramaticais ou com os verbos auxiliares, com que se atribui ao verbo, nas formas finitas, uma ordenação categorial em pessoa, número, tempo, voz ou género. A semântica do lexema verbal determina o modo de ser ou acontecer, e simultaneamente constitui a base para o decurso (= aspecto) do processo e para a valência do semema verbal. A chave para a compreensão do verbo na frase resulta tanto da semântica do lexema verbal como das categorias constituídas pelos morfemas gramaticais.” |
| Bechara (2003: 209)<br><i>Moderna Gramática Portuguesa</i>   | “Entende-se por verbo a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar seu falar lexical. A tradicional distinção de duas subclasses em verbos <i>nocionais</i> e verbos <i>relacionais</i> , que está na base da distinção de <i>predicado verbal</i> e <i>predicado nominal</i> , tem sido posta em questionamento por notáveis linguistas modernos. Esta distinção é válida sob certo aspecto semântico, mas não no que se refere à sintaxe; o núcleo da oração é sempre o verbo, ainda que se trate de um verbo de significado léxico muito amplo e vago.”  |
| Mateus <i>et al.</i> (2003: 296)<br><i>Gramática da Língua Portuguesa</i>  | “Os verbos <b>principais</b> , também denominados verbos plenos, constituem o núcleo semântico de uma oração. São núcleos lexicais plenos, caracterizados por determinadas propriedades de selecção semântica (número de argumentos e respectivo papel temático) e sintática (categoria de cada argumento e relação gramatical que assume na oração).”  |
| Raposo e Gonçalves (2013: 1155)<br><i>Gramática do Português</i>   | “O verbo pleno é (...) o único verbo do sintagma verbal, constituindo o seu núcleo gramatical e semântico. Considera-se também que o verbo pleno é o núcleo semântico de toda a oração, visto que é o elemento que  |

<sup>17</sup> A ordem que apresentamos é a das edições de cada uma das gramáticas consultadas. Temos consciência de que a ordem cronológica das primeiras edições é outra, a saber, Bechara (1961), Cunha e Cintra (1984), Mateus *et al.* (1984), Vilela (1992) e Raposo *et al.* (2013).

|  |   |
|--|---|
|  | descreve o tipo de situação expresso por ela. Em particular, é o verbo pleno que determina o número de argumentos que a oração contém e a natureza semântica dos mesmos – incluindo o argumento realizado como sujeito. Numa oração finita sem verbos auxiliares, o verbo pleno é também o elemento que veicula as marcas de concordância com o sujeito, bem como a flexão de tempo, modo e aspeto, chamada <b>flexão TMA.</b> ”                      |
| Cunha e Cintra (2014: 471)<br><i>Nova Gramática do Português Contemporâneo</i> | “O verbo é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo. Na oração exerce a função obrigatória de predicado. Para além de ser o núcleo, o verbo não tem, sintaticamente, uma função que lhe seja privativa, pois também o substantivo e o adjetivo podem ser núcleos do predicado, se individualiza pela função obrigatória de predicado, a única que desempenha na estrutura oracional.” |

Refletindo nas definições apresentadas no Quadro 7, reparamos que Cunha e Cintra (2014) definem o verbo como uma palavra com a função de predicado, mas também atribuem a função de predicado da frase aos substantivos e adjetivos. Vilela (1999), adotando uma perspectiva mais descritiva, associa ao verbo outros elementos (morfemas) e verbos auxiliares, para a configuração dos “(...) processos da realidade objectiva (...)”, como se pode confirmar na definição apresentada no Quadro 7. Vilela, Mira Mateus, Bechara e Raposo e Gonçalves, encaram o verbo como o elemento responsável pela compreensão da descrição do enunciado (para além de ser o núcleo gramatical e semântico). Bechara (2003) apresenta, ainda, a distinção entre verbos nocionais e relacionais.

De entre as gramáticas citadas no Quadro 7 é a de Vilela que nos apresenta a “chave para a compreensão do verbo”, enfatizando a determinação de predicado e a ordenação temporal do significado. O modo, a voz, o aspeto, a concordância

verbo-nominal e o aspeto são fundamentais para determinar a atitude do falante (real ou possível), a perspectiva entre o agente ativo/passivo, a ordenação discursiva da frase e a determinação do decurso do tempo verbal. Desta forma, Vilela aponta para “traços da generalidade dos verbos da língua portuguesa”, salvaguardando “determinados traços específicos de alguns verbos”, como por exemplo, os verbos meteorológicos e outros (cf. Vilela, 1999: 60- 61).

O conceito de verbo, que coloca a ênfase na ação, isto é, no processo a desenvolver, estará no centro do nosso estudo, considerando a sua presença obrigatória (expressa ou subentendida) em frases.

O português é uma língua sintética, sendo que a flexão morfossintática do verbo é uma prova dessa característica, por oposição a uma língua analítica. Assim, as gramáticas dedicam-se à flexão, à forma e à função que o verbo desempenha na frase, enquanto núcleo da oração.

Silva (1998: 30-31) e Barbosa (1998: 71), inseridos na corrente linguística do funcionalismo francês, apresentam, respetivamente, as seguintes definições do conceito de verbo.

(...) capacidade de ser determinado pelos monemas de “tempo”, “perspectiva”, “modo” e “aspecto” e pela obrigatoriedade de ser determinado pelo monema de “pessoa”. Naturalmente, pode ser determinado igualmente por outros monemas (como o nome, o pronome, o advérbio ou um outro verbo). [...]. O monema verbal, possuindo o estatuto de predicado ou de predicatóide, [...] é a unidade linguística por excelência, já que não há frase onde ele não tenha lugar e casos há em que, determinado apenas pelo monema de “pessoa”, funciona como uma oração completa e uma mensagem perfeitamente autónoma.

Barbosa (1998: 71) define a classe do verbo em português pela sua

(...) compatibilité avec les classes de la "personne" (*cantamos* "nous chantons"), du "temps" (*cantávamos*), de la "perspective" (*cantaremos* "nous chanterons"), de l'"aspect" (*temos cantado* "nous avons chanté") et du "mode" (*cantemos* "que nous chantions"). Sans doute le verbe peut-il aussi être déterminé par un nom (*cantamos uma canção* "nous chantons une chanson"), par un pronom (*cantamo-la* "nous la chantons"), par un adverbe (*cantamos mal* "nous chantons mal), par un autre verbe (*queremos cantar* "nous voulons chanter").

Nestes termos, a compatibilidade ocorre, quer com unidades gramaticais (como tempo, modo, aspeto, pessoa e, inclusive, clíticos)<sup>18</sup>, quer com unidades lexicais, no caso, ocorrências com advérbios e nomes. Como é sabido, o princípio da compatibilidade é fundamental no quadro do funcionalismo martinetiano (Martinet, 1985: 111-112), responsável pela organização sintática das línguas.

O estatuto de predicado ou de predicatóide, a que se refere Silva (1998: 31) justifica-se pelo facto de o verbo ser o centro determinante da enunciação, núcleo da frase/enunciado, sendo que o seu estatuto como predicatóide (ou, se se quiser, predicado de uma oração subordinada) torna-o elemento subordinado. Para exemplificar com enunciado de Martinet (1979: 18), em *Ele disse que parte amanhã*, o elemento *disse* é núcleo predicativo, enquanto *parte* é predicatóide.

---

<sup>18</sup> Quanto à "perspetiva", recorde-se que Jorge Morais Barbosa a concebe como outra classe que inclui o futuro e o condicional.

## 2.2 Propriedades morfológicas do verbo

A gramática descritiva estuda os mecanismos referentes ao funcionamento de uma língua. A morfologia estuda os segmentos fónicos de uma palavra e as suas formas sistematizadas, as unidades mínimas<sup>19</sup>, dotadas de significado. Segundo Borba (1979: 199), a morfologia “(...) tem base fonológica, pois preocupa-se com os sons individuais que se agrupam em complexos fónicos usados pelos falantes com significado convencionais”. Entender a estrutura morfológica do verbo é fundamental para se compreender a sua formação e funcionalidade.

Como é sabido, na morfologia verbal as unidades caracterizam-se por pertencerem a um determinado paradigma, no sentido que lhe atribui Mota (2020: 2936), apresentando este mesmo paradigma flexão em (i) tempo e modo (TM), (ii) pessoa e número (PN). Estes constituintes verbais, que são morfemas ou monemas, combinam-se, por esta ordem, ao tema (radical e vogal temática) ou, noutras perspetivas, ao semantema radical (elemento significativo)<sup>20</sup>. Trata-se de um processo morfológico de flexão que, como em todas as classes de palavras variáveis, se caracteriza para referir as respetivas realidades.

---

<sup>19</sup> André Martinet (2010: 361) define o monema como “l'unité significative minima qui le distingue du «morphème américain»”. Veja-se também Barbosa (1994: 12-13).

<sup>20</sup> Veja-se a definição de “semantema” em Xavier e Mateus (1992), com base em Herculano de Carvalho: “Monema de significação objectiva, por oposição a morfema que é um monema de significação gramatical”. Já ao tempo da *Teoria da linguagem* (1973, Vol. II), de Herculano de Carvalho, o assunto era contestado: “Modernamente não se nega a possibilidade de análise do vocábulo em subunidades funcionalmente distintas, mas se tem discutido muito a nomenclatura *semantema* e *morfema*. Atendendo-se para o sentido de tais termos, realmente há impropriedade, pois tanto um como o outro têm significação e forma” (Borba, 1979: 199).

### 2.2.1 Morfologia do Pretérito Perfeito e Imperfeito (Indicativo)

Nesta seção abordamos as variações dos significantes que se manifestam nos tempos verbais do PP e do PI do modo indicativo, pois, como já tivemos oportunidade de verificar, “as formas conjugadas dos verbos são sintagmas constituídos por monemas pertencentes a diferentes classes: monema verbal, monema modal, monema temporal e monema pessoal” (cf. Barbosa, 1994: 224). Nestes termos, uma forma conjugada no PP (simples) do lexema verbal *trabalhar*, por exemplo, caracteriza-se por apresentar obrigatoriamente uma unidade de modo indicativo, uma unidade de tempo, que se opõe a todos os outros tempos simples do sistema verbal, e uma unidade de pessoa, identificável por oposição às restantes cinco dos pronomes pessoais. Na forma *trabalhaste*, então, estão presentes todas estas unidades, muito embora nem o modo nem o tempo sejam passíveis de segmentação, dada a ausência de tais significantes flexionais.

A estrutura básica dos verbos é relativamente simples, se considerarmos os seguintes constituintes morfológicos: radical (R) e vogal temática (VT), por um lado, ou “tema”; e, por outro lado, os dois constituintes flexionais, isto é, desinência modo-temporal (DMT) e desinência número-pessoais (DNP). Claro que a identificação dos significantes desta estrutura linear de R+VT+DMT+DNP pode ser dificultada em termos de segmentação, devido a fenômenos frequentes de amálgama, que provocam o chamado morfema zero ( $\emptyset$ ), e devido também à natureza alomórfica de alguns sufixos modo-temporais e número-pessoais, por razões de tipo contextual.

A seguir apresentamos esta variação morfológica dos verbos regulares, nas três conjugações, tomando como exemplos *trabalhar*, *escrever* e *imprimir*, e dando conta de alguns problemas do sistema verbal português:

Quadro 8. Variação morfológica dos verbos regulares

| Pessoa                   | Tema    | Vogal temática |    | Desinência    |    |               |     |
|--------------------------|---------|----------------|----|---------------|----|---------------|-----|
|                          |         |                |    | Modo-Temporal |    | Número-Pessoa |     |
|                          |         | PP             | PI | PP            | PI | PP            | PI  |
| <b>1ª conjugação -ar</b> |         |                |    |               |    |               |     |
| 1ª sing.                 | Trabalh | e              | a  | ∅             | va | i             | ∅   |
| 2ª sing.                 | Trabalh | a              | a  | ∅             | va | ste           | s   |
| 3ª sing.                 | Trabalh | o              | a  | ∅             | va | u             | ∅   |
| 1ª pl.                   | Trabalh | a              | á  | ∅             | va | mos           | mos |
| 2ª pl.                   | Trabalh | a              | a  | ∅             | ve | stes          | is  |
| 3ª pl.                   | Trabalh | a              | a  | ra            | va | m             | m   |
| <b>2ª conjugação -er</b> |         |                |    |               |    |               |     |
| 1ª sing.                 | Escrev  | i              | i  | ∅             | a  | ∅             | ∅   |
| 2ª sing.                 | Escrev  | e              | i  | ∅             | a  | ste           | s   |
| 3ª sing.                 | Escrev  | e              | i  | ∅             | a  | u             | ∅   |
| 1ª pl.                   | Escrev  | e              | í  | ∅             | a  | mos           | mos |
| 2ª pl.                   | Escrev  | e              | i  | ∅             | e  | stes          | is  |
| 3ª pl.                   | Escrev  | e              | i  | ra            | a  | m             | m   |
| <b>3ª conjugação -ir</b> |         |                |    |               |    |               |     |
| 1ª sing.                 | Imprim  | i              | i  | ∅             | a  | ∅             | ∅   |
| 2ª sing.                 | Imprim  | i              | i  | ∅             | a  | ste           | s   |
| 3ª sing.                 | Imprim  | i              | i  | ∅             | a  | u             | ∅   |
| 1ª pl.                   | Imprim  | i              | í  | ∅             | a  | mos           | mos |
| 2ª pl.                   | Imprim  | i              | i  | ∅             | e  | stes          | is  |
| 3ª pl.                   | Imprim  | i              | i  | ra            | a  | m             | m   |

No padrão geral da flexão verbal em língua portuguesa, os verbos pertencem a uma classe rica em flexão. Os verbos regulares caracterizam-se pela ausência de modificações na raiz e pela regularidade no uso das desinências modo-temporais e número-pessoais (vd. Castilho, 2010: 393). No entanto, apesar desta multiplicidade flexional dos verbos, é patente a ausência da marca flexional na DMT em todas as pessoas gramaticais dos três verbos, ou seja, primeira, segunda e terceira conjugações, do PP, exceto na 3ª pessoa do plural,

representado pelo morfema “-ra”. A DNP é representada pelas marcas características deste tempo por “-ste” (2ª pessoa do singular); “-mos” 1ª pessoa do plural; “-stes” 2ª pessoa do plural e “-am” 3ª pessoa do plural. Podemos deduzir que a DNP acumula também a função na diferenciação entre o PP e o presente do indicativo. Torna-se impossível a segmentação da marca característica da 1ª pessoa do plural (“-mos”), pelo facto de as desinências verbais serem cumulativas, ou seja, as DNP expressam as categorias de número e de pessoa. A forma verbal da 1ª pessoa do plural do PP neutraliza-se com a 1ª pessoa do plural do presente do indicativo, diferenciando-se apenas pela marcação do acento agudo na sílaba tónica, o que não sucede com os verbos irregulares.

Observamos, de igual modo, duas DMTs para o PI: “-va” (verbos da 1ª conjugação, isto é, verbos de tema em -a-) e “-ia” (verbos da 2ª e 3ª conjugações, isto é, verbos de tema em -e- e -i-). Em relação à 2ª pessoa do plural, a forma “-va” passa a “-ve” diante de /j/; a forma “-ia” passa a “-íe” no mesmo contexto. Assim: *trabalháveis*; *escrevíieis*; *imprimíieis*. Trata-se, portanto, de alomorfes da desinência modo-temporal de PI. Estes alomorfes “-ve” e “-íe” surgem sob forma fonológicas diferentes dos morfemas “-va” e “-ia”. Nas palavras de Rodrigues (2016: 46):

A alomorfia mostra que não é possível encarar o morfema como a ligação entre uma forma e um significado. Na verdade, o mesmo significado pode ser veiculado por formas fonológicas diferentes, que se encontram correlacionadas no léxico mental.

Na DNP o padrão geral da 1ª pessoa (de todos os tempos e verbos) é morfema zero (∅), com duas únicas exceções: PP (verbos da 1.ª conjugação), “-i”; e futuro

indicativo, “-i”. No PI (todas as conjugações), as desinências número-pessoais são: “-s” (2ª pessoa do singular); “-mos” (1ª pessoa do plural); “-is” (2ª pessoa do plural) e “-am” (3ª pessoa do plural). Convém observarmos que nos verbos irregulares de 2ª e 3ª conjugações do PI a DMT é “-a”, quando a vogal temática é suprimida, veja-se: *ér + ø + a + mos*, *vính + ø + a + mos*, *punh + ø + a + mos*, entre outros.

Tal como no PP, as desinências verbais no PI também são cumulativas, ou seja, encontram-se amalgamadas, sendo que as DMT expressam indivisivelmente as categorias de modo e de tempo e as DNP expressam as categorias de número e pessoa. Assim, por exemplo, em *trabalhámos* (PP) e *trabalhávamos* (PI), o morfema (“-mos”) não é segmentável, pois tem a função de marcar a 1ª pessoa e o plural, como já referido acima. Câmara Jr. (1986) afirma que “eles se aglutinam intimamente num global sufixo flexional (SF), que se adjunge ao tema do verbo (T)” (Câmara Jr., 1986: 104). Se consideramos um morfema como uma unidade mínima com significado, aos constituintes temáticos dos verbos não se consegue atribuir este significado ou, pelo menos, torna-se difícil ter uma significação concreta. Dito de outra forma, nas formas verbais *trabalhámos* (*trabalh - a - mos*) e *trabalhávamos* (*trabalh - a - va - mos*), tanto o radical quanto a DMT e a DNP têm significado lexical, significado de DMT do PI e significado de primeira pessoa do plural, respetivamente (cf. Rodrigues, 2016: 45). Porém, no caso da VT “-a” não se consegue atribuir um significado, embora exista um morfema: “um morfema não tem que ter um significado de carácter conceptual. O papel do morfema pode ser funcional, ao evidenciar o comportamento

morfológico do lexema em que se insere ao nível flexional ou derivacional” (Rodrigues, 2016: 45).

Para Silva (1998: 24), os tempos PP e PI são analisados “através da combinação dos seus significantes”, apresentando a impossibilidade de “analisá-los em segmentos sucessivos”. Refere o mesmo autor que:

Não há um significante de “pretérito perfeito” e um outro, distinto, de “1ª pessoa”. Todavia, embora os significantes não sejam identificáveis como segmentos, os valores estão presentes e são reconhecíveis através do processo de comutação. Diz-se, então, que os significantes estão amalgamados.

Desta feita, e como pudemos verificar, o radical constitui o elemento fundamental comum a todos os verbos, onde está armazenado o significado lexical básico.

### **2.3 Características sintáticas do verbo**

Para melhor se caracterizar o verbo, importa uma reflexão, ainda que breve, do seu comportamento sintático, tal como comumente entendido (Eliseu, 2008: 20), o que implica uma alusão a algumas das suas subclasses, seguindo-se para o efeito a classificação de Inês Duarte em “Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras” (2003: 275-321). Das várias subclasses aí consideradas para os verbos principais, vamos privilegiar as relativas à transitividade e intransitividade verbais. Na linha de Castilho (2010: 396) consideramos que “A transitividade é sem dúvida alguma propriedade gramatical mais importante do verbo”. É a mesma perspetiva de análise que, no quadro de uma gramática de funções, leva Marçalo (2009: 113-114) a entender que o

complemento direto “(...) é uma função determinante do verbo (SV) e, em importância, é o segundo elemento da órbita verbal depois do sujeito. Complementa um verbo conjugado, um infinitivo ou gerúndio”, enquanto o complemento indireto “é a terceira das funções argumentais. Relaciona-se com um verbo conjugado, um infinitivo, às vezes com um particípio, e um gerúndio”.

No estudo que fez sobre a complementação finita em PA, Suelela (2019: 25) define este conceito, recorrendo aos princípios da gramática de valências:

Em português e noutras línguas românicas, como o espanhol e o francês, o complemento direto é selecionado por verbos transitivos diretos ou monovalentes; os complementos indireto e oblíquo por seleção de verbos transitivos indiretos, bivalentes ou de sintaxe preposicional; o sujeito expletivo por seleção de verbos impessoais ou aivalentes, finalmente. Estes constituintes ocorrem e formam-se no quadro de uma cadeia de relações, hierarquias, dependências e interdependências.

Além do argumento *sujeito* – obrigatório em português segundo algumas correntes linguísticas, mas podendo apresentar realização nula, segundo outras –, o verbo transitivo seleciona um complemento direto pronominalizável, que o distingue do comportamento do verbo intransitivo, sendo certo, porém, que o assunto nem sempre assume tal clarividência entre os estudantes angolanos. O caso dos verbos ergativos em enunciados como *Cai a noite*, é frequentemente motivo de muitas confusões sobre a (in)transitividade verbal. O facto motiva uma atenção redobrada não apenas nesta classificação genérica, como também nos subtipos internos: inergativos e inacusativos para os intransitivos<sup>21</sup>; por outro

---

<sup>21</sup> Como afirmam Gonçalves e Raposo (2013: 1192-1193), “uma subclassificação particularmente importante dos verbos intransitivos pessoais distingue os verbos inergativos dos verbos

lado, a transitividade direta e/ou indireta, e a transitividade dos chamados verbos transitivo-predicativos. Considerações deste tipo são necessárias no quadro do estudo angolano dos verbos principais, tanto quanto no quadro do estudo angolano de verbos auxiliares e verbos copulativos. Estes últimos são ainda de compreensão mais difícil pelo facto de a predicação ser nominal, isto é, a função predicativa cabe, não à unidade da classe do verbo, mas a unidades de outras classes, nomeadamente a dos substantivos e adjetivos. Assim, nem sempre são de fácil distinção ocorrências do seguinte tipo, que obrigam a diferenciar verbo intransitivo (17a) de verbo copulativo (17b) ou verbo transitivo direto (18a) de verbo copulativo (18b)<sup>22</sup>:

- (17) a. A Ana anda.  
b. A Ana anda contente.
- (18) a. O João continua o trabalho.  
b. O João continua doente.

Não sendo possível estabelecer, de forma apriorística, listas de verbos transitivos, intransitivos ou copulativos<sup>23</sup>, porque as classes são abertas e os usos sintáticos dependem da criatividade dos falantes, resta insistir na correta identificação do núcleo predicativo da frase/enunciado, tendo por base as duas noções fundamentais presentes na gramática de Cunha e Cintra (2014: 471):

---

inacusativos, consoante o sujeito corresponde a um argumento externo ou a um argumento interno do verbo”.

<sup>22</sup> Todos os exemplos apresentados ou são retirados da Bibliografia consultada (com a respetiva indicação), ou fazem parte do *corpus* aqui trabalhado, ou são da nossa autoria, tendo em vista determinada estrutura linguística.

<sup>23</sup> Há, porém, tentativas. No estudo de verbos copulativos, diversos autores entendem que as listagens mais comuns, embora não sintaticamente homogêneas, contemplam *ser*, *estar*, *ficar*, *andar*, *continuar*, *parecer*, *revelar-se*, *tornar-se*.

por um lado, “o verbo não tem, sintaticamente, uma função que lhe seja primitiva, pois também o substantivo e o adjetivo podem ser núcleos do predicado” e, por outro, o verbo “individualiza-se (...) pela função obrigatória de predicado, a única que desempenha na estrutura oracional”.

Ora, quando falamos de verbo, falamos de um paradigma flexional em tempo, modo, aspeto, voz, número e pessoa, para só referir as mais conhecidas categorias verbais. Passamos a estas categorias, começando pelo *modo* que, mantendo-nos na gramática de Cunha e Cintra (2014: 473), é a “propriedade que tem o verbo, para indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao facto que enuncia.”

## **2.4 Modo e modalidade**

O modo verbal é uma categoria gramatical que caracteriza as várias maneiras como utilizamos o verbo na frase, “é um dos instrumentos privilegiados para exprimir a modalidade” (Vilela, 1999: 172). O modo verbal – ligado intimamente aos tempos presente, passado e futuro – deverá ser entendido enquanto propriedade que tem o verbo como expressão de factos ou certezas (modo indicativo); desejos, possibilidades ou dúvidas (modo conjuntivo) e ordens ou pedidos (modo imperativo), da pessoa que fala em função do contexto em que se encontra e do facto que anuncia. A modalidade poderá ser entendida como a manifestação da expressão de valores, de probabilidade ou certeza (modalidade epistémica) e a manifestação da expressão de permissão ou obrigação (modalidade deôntica); e, portanto, é a atitude que o locutor toma no enunciado

que nos remete para o que acabámos de afirmar (cf. Cunha e Cintra, 2014: 473 e 559). Nesta mesma linha, Castilho (2010: 431) entende por modo “(...) a avaliação que o falante faz sobre o *dictum*<sup>24</sup>, considerando-o como real, irreal, possível ou necessário”.

A distinção entre os modos indicativo e conjuntivo é nítida, se olharmos para o contraste que existe entre estes dois modos nas frases:

(19) a. O José quer uma casa que tenha três quartos.

b. O José quer uma casa que tem três quartos.

Desta forma, o verbo *ter* varia em função da flexão dos seus constituintes. Ou seja, não havendo a possibilidade de dissociar as formas verbais finitas, por não exibirem constituintes morfológicos de modo e tempo independentes, podemos, então, afirmar que estas categorias se encontram amalgamadas no mesmo constituinte. Assim, conforme as pressuposições sobre os valores de verdade ou de incerteza, é a atitude do falante, expressa pela forma verbal (o predicado), que nos remete para o modo indicativo ou conjuntivo (cf. Santos, 2003: 144).

Vejam-se, a título de exemplo as frases (20a, b e c). Segundo Marques (2016), a distinção semântica destes modos está naquilo que chama de mundos possíveis e mundos não possíveis, ou seja:

A análise do conjuntivo e do indicativo no quadro de uma semântica de mundos possíveis permite dizer que o que condiciona a ocorrência de um ou de outro modo é a questão de o contexto relativamente ao qual a frase é interpretada envolver

---

<sup>24</sup> A expressão é conhecida gramaticalmente por ser o elemento do enunciado que relata algum estado, ação ou processo.

a consideração apenas de mundos-p ou de pelo menos um mundo não-p. (Marques, 2016: 15).

O exemplo (20) ilustra os três modos.

(20) a. Quero o livro que fala do Acordo Ortográfico de 1945. (indicativo)

b. Quero um livro que fale do Acordo Ortográfico de 1945. (conjuntivo)

c. Fale-me do Acordo Ortográfico de 1945. (imperativo)

Na frase (20a) exprime-se a ideia da existência do livro que aborda o assunto do Acordo Ortográfico de 1945, apresentando a noção de verdade ou certeza, através do uso do indicativo presente (*fala*). Por sua vez, a frase (20b) exprime alguma incerteza em relação à existência do livro em causa, marcada pela seleção do conjuntivo. Na frase (20c), o uso do imperativo é manifestamente determinado pela relação de hierarquia entre os interlocutores, podendo ser uma ordem ou um pedido. Concordamos com Santos (2003: 145) quando refere que é “quase impossível” distinguir o conjuntivo e o imperativo. Nas palavras de Santos:

(...) o critério da ocorrência em principal, absoluta ou independente [a autora refere-se à subordinação] torna quase impossível em muitos casos uma distinção clara entre o «conjuntivo» e o «imperativo».

O anómalo aparecimento de um «modo» dependente numa posição independente surge assim como mais uma das famosas excepções do «conjuntivo», explicável por conteúdos semânticos particulares.

Por esta razão, a possibilidade em distinguir os dois modos (conjuntivo e imperativo) reside no contexto alternativo e não da flexão verbal, como acontece

com os outros modos verbais, na medida em que não observamos, por exemplo, nenhuma flexão verbal nas frases (20b e 20c), que pudesse determinar esta diferença. Marques (2013: 673) considera o modo como sendo um dos sistemas que depende da variação da flexão dos verbos, como acontece em (20a e 20b).

Por ser o indicativo o foco do nosso estudo, será sobre este modo que iremos refletir em particular. Este é o modo que indica atitude de certeza, pois exprime as situações que ocorrem nos enunciados. Pode ser considerado o modo mais empregue pelos falantes, em oposição à incerteza expressa pelo conjuntivo, ou à ordem ligada ao imperativo.

Referindo-se ao modo e à modalidade Costa (2006: 173 - 174) refere que

(...) há entre elas uma distinção de grau. A **modalidade** pode ser concebida como uma variável do modo (...) na especificação do **tempo**, não ocorrem, em português, morfemas verbais específicos de gramaticalização da **modalidade**. A gramaticalização desta categoria é assegurada pelos operadores modais, isto é, verbos modais, expressões e partículas modais e por certos clíticos, quando representados, no enunciado. Na ausência destas expressões e partículas linguísticas, o valor da **modalidade** decorre da interpretação do sentido global do modo ou do conteúdo proposicional do enunciado.

Partindo do conceito de modalidade, formulado por Cunha e Cintra (2014: 559), e relacionado com os valores que podem expressar uma possibilidade ou certeza, permissão ou obrigação, atentemos aos seguintes exemplos (formas verbais sublinhadas).

(21) Provavelmente, a Antónia vende o terreno, localizado em Benfica.  
(epistémico)

(22) O pai tem a certeza de que a Antónia vai vender o terreno. (epistémico)

(23) Todos os estudantes têm de me entregar os relatórios até dia 28 de junho.  
(deôntico: obrigação)

(24) O Ministro **autorizou** que os manifestantes saíssem à rua. (deôntico: permissão)

Como podemos observar, as modalidades epistémica e deôntica diferenciam-se: i) no facto de a atitude do locutor em relação ao enunciado evidenciar valores de verdade, como em (22), ou de probabilidades, como em (21); nestes casos, estamos a falar da modalidade epistémica, que se apresenta como um dado conhecimento e crença; ii) no caso em que a atitude do locutor em relação ao enunciado envolve uma obrigação, como em (23), ou uma permissão, como em (24), estamos perante a modalidade deôntica.

Embora os conceitos de modo e de modalidade estejam relacionados, é necessário distingui-los, pois, a modalidade, como se notou acima, pode ser expressa através de um conjunto alargado de categorias linguísticas, sendo o modo apenas uma delas.

## 2.5 Tempos verbais

A organização do sistema verbal linguístico apresenta as três dimensões de presente, futuro e passado, sendo este, em português e noutras línguas românicas, igualmente tridimensional (perfeito, mais-que-perfeito e imperfeito): o presente (indicativo) descreve genericamente “uma determinada situação cujo

tempo se sobrepõe ao tempo da enunciação” e “repetição regular e habitual de situações simples” (Oliveira, 2013: 514); o futuro “localiza as situações num tempo posterior ao da enunciação” (Oliveira, 2013: 525); e os pretéritos são tempos verbais com valores semânticos de passado. As noções apresentadas são de natureza semântica, relativas à localização temporal da situação (seja de estado ou de evento) que ocorre numa frase. Esta localização é sempre relativa – Lopes (1971: 221-222) fala numa “relação de ordem entre dois termos, um dos quais é sempre, directa ou indirectamente, o tempo presente da fala ou discurso” – e marca-se comumente através da morfologia flexional. É no contexto de referências a Óscar Lopes e à sua gramática simbólica, que Costa (2006: 144) apresenta a seguinte definição:

O **tempo** verbal constitui, portanto, uma categoria semântica simbolizável por um vector correspondente a uma variável do intervalo de tempo definido a partir do instante da realização do discurso ao instante da realização do acontecimento ou estado de coisas expresso pelo verbo.

Diferentemente do tempo cronológico, o tempo verbal é uma categoria gramatical que localiza temporalmente as situações, a partir de um momento presente, qualquer que seja o enunciado. Esta localização temporal pode ocorrer por intermédio de advérbios (expressão de futuro em *Amanhã vou ao cinema*), de formas perifrásticas (igualmente expressão de futuro em *Vou terminar o livro*) e, claro, de marcas flexionais verbais, sendo certo também que nem sempre estas marcas indicam características temporais (caso da modalização do imperfeito de cortesia).

A vasta tradição de estudos sobre esta categoria gramatical, mostra o verbo do ponto de vista interno ou relacional, ou seja, numa perspectiva morfológica, sintática, semântica e pragmática. De forma a compreender os usos dos tempos verbais em estudo, recorreu-se a algumas gramáticas, como a de Vilela (1999), Raposo *et al.* (2013), Castilho (2010) e Cunha e Cintra (2014), bem como aos estudos de Barbosa (1989), Silva (1998), Coan (1999) e os diversos trabalhos de Fátima Oliveira, a partir dos quais será possível descrever os usos destes tempos verbais.

A gramática de Vilela (1999: 160 - 171) apresenta o tempo e a temporalidade como categoria gramatical “(...) realizada exclusivamente pelo verbo (...)” e como categoria nocional, realizada exclusivamente “(...) por lexemas, morfemas, expressões várias.” Distingue o tempo da temporalidade por aquela “(...) exprimir as relações temporais (...)” e esta “(...) ser expressa também por meios lexicais”. A temporalidade é, pois, dependente do verbo que lhe serve de base. Vilela (1999:160 - 171) descreve na sua gramática os usos dos tempos simples e compostos, que se traduzem em significados verbais na frase e não apenas em significados isolados. O “(...) tempo absoluto” deve ser entendido como “(...) a relação temporal entre o momento da fala e o estado de coisas configurado”. Em relação ao tempo relativo, contrariamente ao tempo absoluto, “(...) podem ser expressas relações entre dois ou mais acontecimentos” (cf. Vilela, 1999: 169). Vilela aponta a categoria *perspetiva* como sendo o “espaço de tempo intermédio” entre o tempo absoluto e o tempo relativo (cf. Vilela, 1999: 163-169). Tal como Vilela (1999) faz referência a um uso verbal atemporal, realizado normalmente através do presente (indicativo) e expresso em frases do tipo de (25) abaixo,

Castilho (2010: 432) menciona o “domínio vago, genérico, impreciso, atemporal” das formas verbais, paralelamente ao tempo real (mensurável) e ao tempo fictício (imaginário):

(25) A morte é uma certeza.

Tanto Vilela como Castilho coincidem quanto ao uso dos termos intemporal e atemporal. Castilho (2010: 432), na sua gramática, não utiliza “(...) as formas temporais unicamente para fixar cronologias dos estados de coisas”, situando-se apenas num tempo real, “(...) mensurável pelo relógio (...)”, baseado na simultaneidade, na anterioridade e na posterioridade. Ora, esta não é, segundo o autor, a forma livre para se deslocar na “linha de tempo”, refugiando-se então “(...) num tempo imaginário, que escapa à medição cronológica, ou num domínio vago, genérico, impreciso, atemporal”. É com base nisto que Castilho (2010: 432) considera três situações que podem fazer uso do tempo: i) uso real; ii) o tempo fictício e iii) uso atemporal. O tempo real, como é evidente, é a descrição, pelo falante, de factos coincidentes com o tempo cronológico, enquanto o tempo fictício é a imaginação descrita pelo falante de factos não coincidentes com o tempo real. O uso atemporal das formas verbais refere-se ao falante que “(...) se desloca para o domínio do vago, do impreciso, igualmente não coincidente com o tempo real” (Castilho, 2010: 432).

A gramática de Raposo *et al.* (2013) apresenta de forma descritiva o uso dos tempos verbais. Oliveira (2013) estuda a categoria linguística do tempo, considerando igualmente os valores aspetuais “(...) que determinam a localização temporal (...)” (Oliveira, 2013: 509). Desta forma, Oliveira analisa os

tempos verbais simples e compostos, recorrendo a “(...) perífrase verbais de natureza temporal, bem como a formas verbais não finitas (...)”, fazendo, igualmente, a distinção entre a categoria linguística do tempo nas línguas naturais e nas línguas humanas. Oliveira (2013: 510) considera o tempo, nas línguas naturais como “(...) um eixo linearmente ordenado, orientado do Passado em direção ao Futuro (...). Nas línguas humanas, o eixo temporal articula-se em três domínios, **Passado**, **Presente** e **Futuro**, relativamente a um ponto ou a um intervalo tomado como referência” (Oliveira, 2013: 510).

De estudos sobre o tempo verbal das últimas décadas do século XX, destacam-se, entre outros, os realizados por Campos (1997), Barbosa (1989), Silva (1998) e Coan (1999). Barbosa (1989) contribui para o estudo do sistema verbal do português argumentando que existe um tempo cronológico “(...) como um presente correspondente ao momento em que se fala e, relativamente a ele, um passado que o precedeu e um futuro que se lhe seguirá” (Barbosa, 1989: 222). Silva (1998: 48) dá atenção aos tempos verbais e às suas perspectivas, referindo-se aos monemas do passado e do pretérito. Porém, “(...) a localização temporal do estado de coisas designado pelo monema verbal não se esgota nos monemas de “passado” e de “pretérito”, mas sim na existência da “outra classe de monemas”, a saber, a perspectiva. Ora, não sendo estes monemas de passado e de pretérito capazes de localizar situações ocorridas no passado, comportando assim os monemas anterior e posterior, Silva (1998) aponta a perspectiva como a classe capaz de localizar estas situações temporais (cf. Silva, 1998: 48).

Coan (1999) ocupa-se da variação das formas verbais do pretérito perfeito e pretérito mais que perfeito, fazendo referência a factos ocorridos no passado, ou

seja, em termos de tempo anterior, “(...) estabelecida relativamente a um ponto de referência do passado” (cf. Coan, 1999: 309).

A melhor forma de marcar a localização dos eventos, ou estados de coisas, será através dos tempos verbais, distribuídos em três momentos, respetivamente, o momento da fala, o momento em que ocorre o evento e o momento de referência, como já tivemos oportunidade de referir em momento anterior. Atentemos aos seguintes exemplos, como em (26) e (27).

(26) O João vive em Luanda.

(27) O António **saiu**.

(28) A Chelsea tinha saído, quando a Carla **telefonou**.

No exemplo (26) o momento da fala é coincidente com o momento da enunciação. O tempo verbal no presente do indicativo estabelece uma relação de simultaneidade. Assim, a situação expressa, nesta frase, sobrepõe-se ao tempo da enunciação. No exemplo (27), o indicativo mostra-nos que o momento do evento é anterior ao momento da fala, estabelecendo uma relação de anterioridade. Finalmente, em (28), o enunciado apresenta dois tempos verbais, o pretérito mais que perfeito composto *tinha saído* e o pretérito perfeito simples *telefonou*, ambos do indicativo. Tratando-se de duas orações, podemos avançar que ambas expressam situações anteriores ao momento da enunciação, estabelecendo uma delas (“tinha saído”) anterioridade em relação à outra (“telefonou”).

Referindo-se à importância do tempo gramatical e à organização do sistema verbal do português em torno do eixo temporal, Campos (1997: 9-11) afirma:

A importância atribuída ao tempo gramatical nas gramáticas portuguesas e nos métodos de ensino do português decorre do facto de a nossa língua, como as outras línguas românicas, organizar o sistema verbal em torno do eixo temporal, dividido em passado e presente, ou em passado, presente e futuro, localizando o enunciador o seu enunciado em relação ao momento da sua enunciação, origem da estruturação da temporalidade discursiva.

Reitera-se que, embora o tempo seja o marcador prototípico do verbo, há também advérbios, expressões adverbiais de tempo e construções temporais que podem marcar a localização temporal do enunciado.

### **2.5.1 O pretérito perfeito do indicativo**

Nesta secção, descrevemos os usos das formas verbais do PP, tendo em atenção a formação dos tempos verbais e tendo em consideração o momento da enunciação. O PP é um tempo verbal do modo indicativo e indica que a ação do verbo aconteceu num determinado momento, do passado, tendo o seu início e término também ocorrido no passado. Oliveira (2013: 517), Cunha e Cintra (2014: 564 e 569) e Vilela e Koch (2001: 169) são alguns dos autores que tratam o assunto em detalhe e para os quais o PP, ao contrário do PI constitui um tempo do passado relativo a situações, ações e acontecimentos totalmente realizados.

Comrie (1985: 41) referindo-se à linha cronológica, com o momento presente marcado como um ponto, diz que:

(...) past tense locates a situation to the left of that present moment time point. The meaning of the past tense is thus location in time prior to the present moment, and any further

deductions about temporal location that are made on the basis of individual sentences in the past tense are the result of factors other than simply the choice of tense.

Note that the past tense simply locates the situation in question prior to the present moment, and says nothing about whether the past situation occupies just a single point prior to the present moment, or an extended time period prior to the present moment, or indeed the whole of time up to the present moment, as in the following examples: *at seven o'clock yesterday John promised to give me ten pounds; John lived in Manchester from 1962 to 1982; up to this moment this disease was incurable.*

As formas verbais dos tempos do PP e do PI descrevem-se no plano da frase, considerando assim os critérios formal e funcional. Os tempos do PP realizam-se nos seguintes enunciados, retirados do *corpus* deste trabalho:

- (29) Não **esteve** ninguém em casa. (A94)
- (30) Unidos, **fomos** mais felizes. (A102)
- (31) Quem **soube** da notícia? (A97)
- (32) Eles **vieram**. (B222)
- (33) Houve um acidente. Eu **estive** no local. (B224)

Em todos estes exemplos, verificamos a marcação das formas verbais PP, com a realização de acontecimentos no passado, ou seja, “(...) preenchendo um período de tempo completo, ou como uma situação que ocorre em um momento” (Travaglia, 2014: 135).

Com outros meios linguísticos, como defendem Vilela e Koch (2001: 169), o PP pode “(...) representar também algo esperado, um acontecer verbal futuro (...)”

Amanhã, a esta hora, já fizemos exame”. O mesmo apresenta Oliveira (2013: 517), quando diz que o PP:

pode também articular-se com um tempo de referência futuro, introduzido por uma expressão adverbial, sendo, nesse caso, interpretado como anterior relativamente a esse tempo e posterior ao tempo da enunciação.

A frase seguinte, forjada por nós, ilustra o que acima pusemos à consideração:

(34) Quando a Carla regressar do serviço, daqui a uma hora, já **acabaste** de fazer o almoço.

Como podemos verificar, este enunciado apresenta uma situação de anterioridade – relativa ao término de ação de uma entidade não identificada –, ligada a uma situação posterior ao momento de enunciação, claramente expressa, quer através da oração temporal “quando a Carla regressar do serviço”, quer através da expressão adverbial temporal “daqui a uma hora”.

Dizemos que estamos perante o PP quando o verbo indica um passado estritamente pontual. Analisem-se os seguintes exemplos, igualmente, recolhidos do nosso *corpus*.

(35) (...) o pior **aconteceu**, quando no início do segundo semestre, **recebi** a triste notícia de que o curso não estava legalizado (...) (B216)

(36) [...] **pisei** mal num dos degraus da piscina [...] (A52)

(37) na minha vida, o episódio que me **marcou** muito, foi quando o meu pai **saiu** de casa. (A199)

(38) [...] voltei para o local e **vi** que um carro **bateu** na parede da minha casa [...] (A132)

(39) [...] dois anos passaram e ela **morreu** [...] (A166)

O PP é temporalmente anterior ao *momento* do evento, ao *momento* em que se encontra o falante, ou seja, é anterior à enunciação e à referenciação. Tanto o *momento* da fala, como o *momento* de referência ocupam o mesmo lugar na linha temporal, como nos exemplos (35)-(39). Portanto, além das situações, ou acontecimentos, terem ocorrido no passado, é o ponto de referência que nos permite saber se um passado é anterior ao momento da fala, como defende Coan (1999: 309-310):

Acreditamos que os pretéritos perfeito e mais-que-perfeito variem porque podem preencher uma mesma função linguística. Inicialmente, pode-se dizer que esses pretéritos codificam um tempo passado anterior a outro passado.

Note-se, entretanto, que o pretérito perfeito nem sempre indica um passado anterior. O que nos permite saber se um pretérito perfeito é um passado anterior é o ponto de referência. Os tempos verbais se ligam a outros momentos no tempo representados, discursivamente, por formas verbais, por advérbios, pelo momento de fala, entre outros, chamados de ponto de referência. O pretérito perfeito, por exemplo, pode aparecer tanto vinculado ao tempo de fala quanto vinculado a um outro tempo já passado, aparecendo em lugar do pretérito mais-que-perfeito. O primeiro chamamos de *pretérito perfeito simples* e o segundo de *pretérito perfeito anterior* (Coan, 1999: 309-310).

## 2.5.2 O pretérito imperfeito do indicativo

O PI transmite-nos a ideia de continuidade dos eventos, ou seja, usamos o PI do indicativo, quando, face a um momento presente, queremos localizar temporalmente uma situação ocorrida num tempo anterior (durante um

determinado período) e de carácter habitual. No entanto, essa habitualidade pode não acontecer em alguns enunciados, como em:

(40) Quando a Carla **chegou**, eu **estava** a estudar.

A ação principal corresponde a “eu estar a estudar”, enquanto a subordinada remete para “Carla chegar”, que, apresentando-se no PP, “interrompe” a ação expressa pelo PI.

Vejamos as informações de Oliveira (2003: 156) e Costa (2006) quanto a PI. A primeira autora considera que a informação deste passado pode não ter “características temporais” em muitas estruturas frásicas. Costa, por sua vez, admite esta informação de passado, mas com uma “relação de contemporaneidade de outros estados realizados também no passado” (Costa 2006: 147). Cunha e Cintra (2014: 564-565), além de reconhecerem a informação típica do PI, acrescentam a noção de tempo cujo processo não tenha sido concluído, ou seja, existe no PI uma “(...) ideia de continuidade de duração do processo verbal mais acentuada do que os outros tempos do pretérito, razão por que se presta especialmente para descrição e narrações de acontecimentos passados”.

Expressando o PI ocorrências localizadas no passado, em relação ao momento em que se encontra o falante, estas são relatadas no seu desenvolvimento, ou seja, sem nenhuma informação sobre a sua conclusão – inacabadas ou não concluídas. Deste modo, o momento de referência, contrariamente ao PP, encontra-se localizado antes do momento de fala. O momento do evento tem início no momento de referência, dando sequência na mesma linha do tempo,

sem marcação da sua conclusão, como se verifica nos seguintes exemplos, recolhidos do nosso *corpus*.

(41) Não **estava** ninguém em casa. (A127)

(42) Unidos, **éramos** mais felizes. (A126)

(43) Quem **fugia** do trabalho? (A116)

(44) Eu **vinha** todos os dias à escola. (B228)

(45) Eu **estudava** sempre a matéria de Língua Portuguesa. (B223)

Assim, em (41)-(45), as situações são apresentadas como preenchendo um período de tempo inacabado, com início, desenvolvimento e sem possibilidade de se definir um fim.

Há que reconhecer, no entanto, que o uso deste tempo não se restringe apenas a essas formas, pois o PI pode ter valor de cortesia, como é bem sabido:

O imperfeito é usado em enunciados diretivos com um efeito “atenuador”. Neste uso, o imperfeito não tem um valor semântico de Passado; antes, o seu uso modal introduz um efeito pragmático de delicadeza, ausente quer do presente do indicativo quer do imperfeito (Oliveira, 2013: 523 - 524).

O PI do indicativo, para além dos usos já identificados, é também empregue para descrever eventos, estados ou atividades do passado, sobretudo em textos narrativos, pois, no PI, transportamo-nos através do pensamento e descrevemos no presente o que era passado (cf. Cunha e Cintra, 2014: 564). Na mesma linha de pensamento, Vilela e Koch (2001: 170) afirmam que o PI, para além de reportar acontecimentos do passado, reporta sobretudo a simultaneidade ou

sequência dos acontecimentos, sem, contudo, haver uma rotura da narrativa.

Atentemos no exemplo seguinte da nossa autoria:

(46) **Andava** pelas noites de Luanda, quando me **encontrava** de férias. Não me **importava** com os “homens do alheio” (gatunos), nem tão pouco com as chuvas que **caíam**, pois eu **tinha** um amigo que me **protegia**.

A respeito da marcação do tempo, Comrie (1985: 13-14) afirma que:

Time itself does not provide any landmarks in terms of which one can locate situations. If time had a beginning, we do not know where that beginning was, so we cannot locate anything else relative to that beginning (other than, trivially, by saying that the situation is posterior to that beginning). If time has an end, again we do not know its location, so again no non-trivial location is possible relative to that endpoint. Therefore, it is necessary to establish some arbitrary reference point, with reference to which we can then locate situations in time.

O autor nega a possibilidade da marcação do tempo inicial e terminal, podendo as situações ser identificadas através de um “ponto de referência arbitrário”, para se conseguir localizar as referidas situações por intermédio do tempo. Esta argumentação de Comrie pode ser comprovada nos seguintes enunciados de PP e PI:

(47) a. A Maria **dormiu**.

b. A Maria **dormia**.

Na verdade, não existe, nestes dois enunciados, nenhum momento que marque o início ou o fim das situações apresentadas. Existe, portanto, uma clara distinção entre estes dois tempos do passado. Contrariamente ao PP, dizemos

que estamos perante o tempo verbal do PI quando o verbo representa uma situação não concluída ou durativa, ou não interrompida com a presença de outra forma verbal do PP. Vejam-se os seguintes exemplos do presente *corpus*:

(48) [...] andando pelas ruas, **ríamos** bastante e todos **viam** a alegria nos nossos rostos. (C1)

(49) Eu **morava** com a minha avó, mãe da minha mãe. [...] ela **tratava-me** com bastante amor e carinho. (A70)

(50) [...] mesmo assim, não **era** o suficiente para ter os resultados que eu **esperava**. (A175)

(51) Eu tinha um irmão chamado Juscelino. Ele só **gostava** de beber. O meu pai sempre o **aconselhava** para deixar de beber bebidas quentes. (A189)

(52) [...] eu **vivia** no Benfica e **estudava** na Vila Alice. (B205)

## 2.6 Síntese dos tempos PP e PI do indicativo

O uso destes dois tempos verbais, em particular, é fonte de incerteza por parte dos falantes deste estudo. Há, porém, nesses tempos verbais uma nítida distinção do ponto de vista da duração dos eventos. Enquanto o PP é um tempo do passado, com as ações pontuais e concluídas, o PI, sendo também um tempo do passado, tem um carácter durativo e as ações são marcadas pela habitualidade. Portanto, a durabilidade dos eventos referidos depende de uma análise da estrutura interna, que designamos por aspeto verbal.

## 2.7 Aspeto verbal

Um dos últimos volumes temáticos da revista *Diacrítica* (Barroso e Osório, 2021), dedicado a “Tempo e Aspeto nas Línguas Românicas: Sincronia e Diacronia” apresenta uma diversidade de tratamento, inclusive teórico, desta categoria semântica do verbo, muito elucidativa das suas várias possibilidades de expressão linguística. Dos diversos estudos sobre a categoria aspeto no português, podemos mencionar os de Travaglia (2014) e Barroso (1994). O linguista brasileiro realiza o estudo com o objetivo de preencher a lacuna existente na descrição do sistema verbal português, justificado pela pouca atenção dada pelas gramáticas tradicionais e procurando trabalhar dentro de uma visão de competência linguística no PB. Barroso, por sua vez, apresenta na sua obra o *Aspeto Verbal Perifrástico em Português Contemporâneo* uma visão funcional/sincrónica. Este estudo, embora tenha como objeto a perífrase verbal, é um contributo valioso para o estudo das conjugações verbais.

Segundo Travaglia (2014: 43), o aspeto:

(...) é uma categoria verbal de TEMPO, não dêitica, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o do desenvolvimento, o do completamento e o da realização da situação.

Para Castilho (2010: 417), o aspeto verbal é uma “Propriedade da predicação que consiste em representar os graus do desenvolvimento do estado de coisas aí codificado, ou seja, as fases que pode compreender”. Vilela e Koch (2001: 71)

distinguem o aspeto lexical do aspeto gramatical<sup>25</sup>. É ao aspeto lexical (= Aktionsart) que os autores chamam “categoria objetiva”, que, segundo os mesmos, “representa o modo como apreendemos a realidade extralingüística”. Na mesma linha de pensamento e tendo em consideração a hierarquização dos elementos descritos na base de dados de apoio à TLEBS, encontrámos dois grupos: i) o aspeto lexical, que comporta os eventos, as atividades e os estados; ii) o aspeto gramatical, que comporta os aspetos perfeito e imperfeito. Dito de outra forma, o aspeto lexical distingue-se do aspeto gramatical, na medida em que o primeiro, em função do contexto gramatical, pode sofrer alterações.

O aspeto lexical apresenta-se como uma forma verbal e encara as situações como dinâmicas e não dinâmicas, podendo sofrer as seguintes delimitações:

Não há princípio, nem fim (estados):

(53) A Maria gosta de café.

Há um fim delimitado (evento), mas pode ser instantâneo:

(54) A Maria **chegou** cedo.

Há um fim delimitado (evento), mas pode ser instantâneo, ou prolongado:

(55) A Maria **escreveu** o livro em seis meses.

Não indica o princípio, nem o fim desta situação dinâmica (atividade):

(56) O João **foi** correr.

---

<sup>25</sup> Veja-se também sobre o aspeto lexical, Campos (1997: 9-15), Pereira (2009: 101-103), Sousa (2007: 36), entre outros.

No aspeto gramatical as situações são encaradas do ponto de vista da forma verbal e dos seus argumentos, ou seja, pela combinação do advérbio *já*, por exemplo, (57a) é possível apresentar a situação como culminada (valor perfeito), sobretudo quando seguido de uma forma verbal, caracterizada por este aspeto acabado:

(57) a. Já **vendi** o carro.

Ou não culminada (valor imperfeito):

b. Estou a vender o carro.

Para Lopes (1996: 356), o termo aspeto “designa uma categoria explicitamente marcada nas línguas eslavas, onde expressa a oposição completude vs. Incompletude”. Silva (1998: 52-53), na sua visão funcionalista, afirma que:

O aspeto é marcadamente gramatical e reflete uma configuração linguística da realidade: não corresponde a uma mera etiquetagem da realidade extralinguística. Pelo contrário, delimita-a. A oposição perfectividade/imperfectividade não é pré-existente à língua, mas configurada por ela. [...] O aspeto, em vez de classificar tipos de ocorrências ou fases dessas ocorrências, configura a relação entre uma situação e o quadro temporal em que ela se inscreve. Além de designar uma realidade distinta, manifesta-se geralmente num plano diferente daquele em que se manifestam a tipologia de Vendler e as modalidades de acção. O aspeto é uma realidade do plano paradigmático enquanto a classificação vendleriana e as modalidades de acção se situam sobretudo no plano sintagmático.

A tipologia a que Silva se refere tem a ver com o esquema de quatro tipos de verbos criados por Vendler (1974[1967]), a saber: estados e atividades

(expressos em tipos verbais como *Do you smoke?* e *Are you smoking?*, respetivamente), *achievements*, ou situações pontuais, e *accomplishments* ou ações que envolvem um determinado período de tempo (Vendler, 1974: 26). Mais especificamente, os verbos de estado têm um fim delimitado que pode ser instantâneo ou prolongado, serão, portanto, verdades, como na frase (53); nos verbos de atividades não há um fim delimitado na medida em que indicam uma sucessão de fases, como podemos observar na frase (56); nos verbos de *achievements* observa-se um final instantâneo, mas sem duração com, por exemplo, *a Ana chegou à Universidade* e nos verbos de *accomplishments* observam-se eventos com duração temporal e um fim obrigatório: *a Ana caminhou até à Universidade*.

Travaglia (2014) e Costa (2006: 152) admitem que as gramáticas tradicionais de língua portuguesa pouca atenção dedicaram ao estudo do aspeto verbal. O investigador angolano atribui a Óscar Lopes (e à sua *Gramática simbólica do português*, 1971) a responsabilidade da primeira investigação aprofundada sobre esta matéria, recorrendo a noções da teoria dos conjuntos, nomeadamente a de intervalo (Lopes, 1971: 223). O verbo é concebido, ora independentemente da sua duração, caso em que o aspeto é pontual (como no exemplo dado, “Ele comeu o bolo”), ora como processo durativo/progressivo (como nos exemplos dados, “Ele comia o bolo” ou “Ele está a comer/comendo o bolo” ou ainda “Ele estará a residir em Lisboa”), indicativo de “(...) um conjunto de pontos sucessivos entre dois extremos, que podem (...) estar mais ou menos definidos” (Lopes, 1971: 226-227). Para além deste trabalho pioneiro (e não apenas ao nível da categoria em estudo), outros estudos mais recentes que

fazem referência direta à categoria aspeto no português poderão ser encontrados em várias gramáticas e estudos linguísticos, como em Ançã (1990: 42), Costa (1990: 19), Barroso (1994), Leiria (1996: 77), Lopes (1996: 356), Campos (1997: 9-13), Silva (1998: 53), Vilela e Koch (2001: 70-71), Oliveira (2003: 133), Costa (2006: 152), Sousa (2007: 35-37), Pereira (2009: 101-103), Castilho (2010: 417), Marques (2013: 585), Travaglia (2014), entre outros.

O aspeto, diferentemente do tempo verbal, a partir do qual é possível localizar as situações no enunciado, permite identificar de que forma é perspectivada uma dada situação, sendo que as frases possuem “Uma estrutura temporal interna, chamada aspeto, que depende do tipo de situação que representam e que é independente de qualquer ponto externo de referência” (Marques, 2013: 585).

Tradicionalmente, a «coexistência» do aspeto, lado a lado com o tempo, é “consensual” para “comporem um sistema complexo de categorias dentro do paradigma de conjugação verbal” (cf. Travaglia 2014: 130). Essa “coexistência” distingue-se do ponto de vista semântico, ou seja, a partir do tempo externo (= tempo) diferente do tempo interno (= aspeto), como se comprova nos seguintes enunciados, retirados do *corpus* do nosso trabalho:

(58) [...] O meu coração **bateu** muito rápido [...] (A132)

(59) [...] a menina foi correndo e atropelaram-na. (C3)

No enunciado (58) o ato de “bater” expressa uma ação que ocorreu num espaço temporal anterior ao do momento da enunciação e ao momento de referência, os quais ocupam o mesmo lugar na linha temporal, ocorrendo assim a marca de ação terminada. Em (59) o falante expressa – no momento da fala – não só a

localização do espaço temporal anterior ao da enunciação, como também expressa o desenvolvimento dessa mesma ação através da perífrase verbal “foi correndo”, delimitando frações de tempo. Uma análise da temporalidade das formas ditas nominais (gerúndio e particípio), ajuda-nos a distinguir, claramente, as categorias tempo e aspeto (cf. Costa, 1990: 20).

A partir da conceção do chamado tempo interno (o Aspeto) diferente do tempo externo (o Tempo). As noções semânticas do âmbito do Tempo dizem respeito à localização do facto enunciado relativamente ao momento da enunciação; são, em linhas gerais, as noções de presente, passado e futuro e suas subdivisões. Já as noções semânticas do âmbito do Aspeto são as noções de duração, instantaneidade, começo, desenvolvimento e fim.

Dentro do aspeto distingue-se o par perfectivo/imperfectivo dos tempos verbais do indicativo – oposição expressa, no tempo passado, pelo par PP/PI – por designar respetivamente o carácter distintivo entre o acabado e o inacabado. Para Ducrot e Todorov (1991: 366-367):

Duas oposições de aspeto são particularmente nítidas. Uma é a oposição entre o **perfectivo** e o **imperfectivo**, claramente expressa nas línguas eslavas, que têm formas verbais particulares para os dois aspectos, no presente, no passado e no futuro. O perfectivo indica que a acção ou qualidade aparecem num certo ponto do período objecto da enunciação, o imperfectivo apresenta-as como desenvolvendo-se num certo período, e preenchendo-o (...). Uma outra oposição de aspecto nítida é a que existe entre **acabado** e **inacabado**, particularmente no grego antigo, em que os verbos ditos “perfeitos” são usados para o acabado. Temos um aspecto inacabado quando a qualidade ou a acção objectos da predicação se realizam no período que a enunciação concerna «ontem de manhã ele dormiu».

O aspeto perfeitivo indica a situação como um todo e o imperfeitivo indica a situação desenvolvendo-se num certo período, ou seja, o aspeto imperfeitivo aponta particularmente para o tempo da estrutura interna da situação expressa pelo verbo. Para Travaglia (2014: 85), enquanto o par perfeitivo

é caracterizado por apresentar a situação como **completa**, isto é, em sua totalidade. O todo da situação é apresentado como um todo único, inalisável, com começo, meio e fim englobados juntos. Não há tentativa de dividir a situação em suas fases de desenvolvimento. É como se a situação fosse vista de fora, em sua globalidade.

O par imperfeitivo

é caracterizado por apresentar a situação como incompleta, isto é, não temos o todo da situação e, por isso, normalmente ela é apresentada em uma de suas fases de desenvolvimento. Isto equivale a dizer que, normalmente, a noção que caracteriza o aspeto imperfeitivo aparece juntamente com as noções aspectuais representadas pelas fases de desenvolvimento da situação. Aqui, ao contrário do que ocorre no perfeitivo, é como se a situação fosse vista de dentro, enfocando-se não o seu todo.

Oliveira (2003: 156) discorda da perfeitividade aspetual do PP, na medida em que "(...) não determina na maior parte dos casos a existência de um estado consequente" e concorda com o aspeto terminativo, pois "marca um momento em que um estado ou um evento terminou, podendo só nos casos em que há culminação inferir-se um estado consequente". Observe-se a perfeitividade nas seguintes frases:

(60) a. A Ana **esteve** no jardim.

b. A Ana **correu** no jardim.

É necessário proceder com cautela na caracterização dos tempos perfectivos e imperfectivos, como expressões de factos acabado e inacabado, de modo a evitar a “(...) confusão entre referência ao ponto terminal de um facto e referência ao facto enunciado como acabado” (Costa, 1990: 33). A autora faz essa distinção para se referir ao facto de que o perfectivo é tido por completo, apresentando um princípio, um meio e um fim, sem enfatizar qualquer das partes constitutivas do seu “tempo interno”. A autora questiona:

Realmente, se se considera um facto como acabado ele é acabado em relação a quê? Só se pode considerá-lo acabado em relação ao ponto dêitico da enunciação, ao presente, portanto. Daí, a noção de acabado ter mais relação com Tempo do que com Aspeto. Todo o perfectivo implica necessariamente que o facto que se expressa seja visto como um todo no qual se inclui o ponto terminal. Mas isso não implica dizer que todo perfectivo refere factos acabados, porque, se assim fosse, o perfectivo seria privativo do tempo passado. Temos, no entanto, e naturalmente, formas perfectivas presentes e formas perfectivas futuras, através das quais o facto é referido como um bloco; mas não se poderia dizer que um facto futuro é acabado. Por essa razão, a utilização do termo acabado para caracterizar o perfectivo não nos parece adequada.

Verbos de movimento como *correr*, *descer*, *nadar*, *jogar*, e outros, são exemplos do questionamento da autora, pois, como veremos no enunciado seguinte, o PP como termo acabado não tem valor perfectivo, na medida em que há nestas frases uma continuidade da ação. Vejamos as frases, retiradas do *corpus* do nosso trabalho:

(61) (...) depois do culto ter acabado, a família estava a voltar para casa. No meio da estrada, o carro avariou e o pai **desce** [...]. (A112)

(62) (...) depois do culto ter acabado, a família estava a voltar para casa. No meio da estrada, o carro avariou e o pai **desceu** (...). (C4)

Como acabámos de verificar, há nestes dois enunciados, duas formas perfeitivas, uma no presente (61) e outra no passado (62). Desta feita e segundo Oliveira (2003: 156), “(...) a oposição do par perfeito/imperfeito é também caracterizada por um carácter distintivo acabado/inacabado”, como acontece nas seguintes estruturas frásicas da nossa autoria:

(63) a. O professor **deu** explicações aos alunos sobre pronominalização.  
(acabado)

b. O professor **dava** explicações aos alunos sobre pronominalização.  
(inacabado)

Este carácter distintivo diferencia aspetualmente as formas verbais do PP em (63a) e do PI em (63b), possibilitando uma leitura de o perfeito ser um facto único, pontual (eventual e transitório) e o imperfeito ser um facto habitual, (iterativo, permanente e processual). É no facto pontual para o PP e no facto habitual para o PI que se concentra o nosso estudo. Estes factos, pontuais e habituais podem divergir, no enunciado, de acordo com o ponto de vista de cada falante. Tomemos como exemplos os seguintes enunciados produzidos pela nossa amostra de falantes:

(64) a. **Era** no dia 25 de dezembro de 2014, todos os membros da minha família se **reuniram**, para passar o Natal na casa da minha avó. **Estamos** todos felizes.  
(A79)

b. **Foi** no dia 25 de dezembro de 2014, todos os membros da minha família se **reuniram**, para passar o Natal na casa da minha avó. **Estávamos** todos felizes. (C5);

c. **Foi** no dia 25 de dezembro de 2014, todos os membros da minha família se **reuniram**, para passar o Natal na casa da minha avó. **Estivemos** todos felizes. (C6)

(65) a. **Tinha** na altura 13 anos de idade, quando me **encontrava** na escola estudando. Quando **tocou** o sino para o recreio, me **divertia**. (B238)

b. **Tinha** na altura 13 anos de idade, quando me **encontrava** na escola estudando. Quando **tocava** o sino para o recreio, me **divertia**. (C9)

c. **Tinha** na altura 13 anos de idade, quando me **encontrava** na escola estudando. Quando **tocou** o sino para o recreio, me **diverti**. (C3)

Não nos parece aceitável a marcação dos eventos e atividades datados, como uma situação habitual ou durativa, como ocorre em (64a) com a forma verbal *era*. Situação divergente ocorre na mesma frase (64a) com o uso da forma verbal no presente do indicativo *estamos*, quando a situação apresentada pela frase narra um acontecimento ocorrido no passado. Não há, portanto, nesta frase uma sequência narrativa. No enunciado (64b), o uso das formas verbais *foi* e *reuniram*, como formas perfeitivas do passado, indicam que os factos expressos estão terminados, ou seja, existem no mesmo enunciado dois aspetos: um pontual, marcado pelas formas verbais *foi* e *reuniram* e outro durativo, marcado pela forma verbal *estávamos*. Este último interrompe o aspeto pontual. Já no enunciado (64c), o facto enunciado está completamente terminado pelas formas

perfeitas *foi, reuniram e estivemos*. Situações semelhantes estão patentes nos enunciados (65a), (65b) e (65c), onde verificámos a utilização do PI como imperfeito, em contradição com a forma verbal do PP *tocou* na frase (65a). Tratando-se de um facto habitual, as formas verbais, *tinha, encontrava, tocava e divertia*, demonstram a habitualidade dos factos enunciados, como em (65b). Ao contrário das frases (65a) e (65b), na frase (65c), o falante faz referência a dois factos, um habitual com as formas verbais *tinha e encontrava* e o outro pontual com as formas verbais *tocou e divertiu*.

A variação de uso dos tempos verbais, como acabamos de observar nestes dois conjuntos de enunciados demonstra possíveis lacunas nas competências linguísticas e comunicativas dos falantes.

A competência linguística pressupõe o domínio de regras gramaticais, sem as quais o falante pode produzir frases agramaticais, resultando num discurso que pode não ser perceptível e dificultando o fluir da comunicação. Para que isto não aconteça, é necessário que o falante tenha um bom nível de proficiência linguística.

É necessário fazer-se uma distinção importante entre a definição de proficiência, como na escala dos Níveis Comuns de Referência, e a avaliação de grau de êxito no que diz respeito a um objectivo de um nível específico. Uma escala de proficiência, como a dos Níveis Comuns de Referência, define uma série de patamares ascendentes de proficiência. Pode cobrir toda a extensão conceptual da proficiência do aprendente ou apenas abranger a extensão de proficiência relevante para o sector ou instituição em questão. Ser classificado no nível B2 pode representar um enorme feito para um aprendente (colocado no nível B1 apenas dois meses antes), ou um desempenho medíocre para outro indivíduo (já colocado no nível B2 dois anos antes) (QECL, 2001: 70).

Nisto, o QECRL (2001: 156) é claro ao descrever as componentes que compreendem a competência comunicativa em língua: competências linguísticas, competências sociolinguísticas e competências pragmáticas. As primeiras, como nos referimos no parágrafo anterior, pressupõem um domínio rigoroso de regras gramaticais. As competências sociolinguísticas dizem respeito ao conhecimento do uso da língua que o falante faz no quotidiano, podendo distinguir as variações que nela ocorrem. Já as competências pragmáticas estão relacionadas com a capacidade que o falante tem de usar as palavras para fins comunicativos.

Tendo em atenção a complexidade da língua e a sua natural evolução, estas competências variam de falante para falante, uns dominando melhor os aspetos linguísticos, outros os sociolinguísticos e, outros, ainda, os pragmáticos. Deve haver, pois, uma vontade do falante em esforçar-se para a aquisição dos níveis de proficiência linguística e comunicativa, utilizando as ferramentas disponíveis.

Para recapitular, poderemos dizer que o par perfeito vs. imperfeito distingue-se pelo facto de o primeiro ter um ponto de referência não coincidente com o tempo da enunciação – o momento da fala –, descrevendo-se eventos pontuais que se situam no passado; já o imperfeito apresenta um ponto de referência coincidente com o tempo da enunciação e descreve eventos, atividades ou estados não pontuais e prolongados no tempo.

## **CAPÍTULO III**

# **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este capítulo pretende descrever os procedimentos metodológicos desta investigação. Fizemos a caracterização dos informantes, mostrando como foi constituído o questionário dos grupos de teste (A e B), bem como o grupo C (grupo de controlo) e a sua aplicação; procedemos à explicação do método de recolha, no Instituto Médio Industrial de Luanda e no Instituto Superior Politécnico Katangoji, da planificação anual dos conteúdos da disciplina de Língua Portuguesa; apresentámos, também, a caracterização dos institutos onde foram recolhidos os questionários; por fim, fizemos algumas considerações sobre a recolha, codificação e processamento dos dados.

O nosso estudo está orientado de acordo com o método descritivo, embora tal não signifique a exclusão das abordagens quantitativa e qualitativa. A recolha dos dados permitiu, para além da sua descrição, uma interpretação qualitativa e, ainda, uma perspetiva baseada nos resultados estatísticos.

Para Quivy e Campenhoudt (2017) a metodologia em ciências humanas é uma das questões mais delicadas e complexas de um trabalho de investigação. Segundo os autores a metodologia é um procedimento científico que consiste em eleger alguns princípios fundamentais que permitam atingir os objetivos (Quivy e Campenhoudt (2017: 27-28). Implicará a descrição de procedimentos que evidenciem a ruptura com preconceitos epistemológicos, e a abertura para a construção de proposições explicativas e descritivas dos fenómenos em estudo, as quais possam ser observadas, analisadas e verificadas. Desta forma, pretendeu-se conduzir um trabalho de investigação em linguística despido de todos os preconceitos, ou seja, desenvolver um trabalho empírico dentro de uma metodologia qualitativa.

A aplicação do questionário aos grupos de teste (A) e (B) teve os seguintes objetivos:

1. Identificar as dificuldades no uso das formas verbais nos textos descritivo e descritivo-narrativo;
2. Verificar as formas verbais corretamente conjugadas no modo e tempo indicados;
3. Avaliar o conhecimento dos informantes quanto à distinção dos tempos PP e PI;
4. Verificar a variação de uso dos tempos verbais PP e PI do indicativo quanto ao aspeto verbal acabado e inacabado;
5. Avaliar a importância que tem sido atribuída ao estudo desta matéria em sala de aula.

### **3.1 Caracterização dos informantes**

O instrumento de análise fundamental deste trabalho visa testar dois grupos de informantes, da mesma área de estudo, mas de diferentes níveis de escolaridade.

#### **3.1.1 Grupos de teste**

##### **Grupo A**

O Grupo A é constituído por 200 estudantes da 10ª classe do Instituto Médio Industrial de Luanda (IMIL), do II Ciclo do Ensino Secundário. Foi aplicado a este

grupo o questionário indicado no Apêndice I. O objetivo seria tentar aferir a importância do sistema formal de ensino na aquisição das formas verbais do PP e do PI do indicativo. Seleccionámos informantes com idades entre 14-19 anos, dos quais 121 do género masculino e 79 do género feminino.

O questionário encontra-se subdivido em duas partes: questões de cariz sociolinguístico e resolução de tarefas. Os informantes responderam em contexto de sala de aula, na presença do investigador.

O perfil sociolinguístico dos informantes é caracterizado pelas variáveis independentes: Escola frequentada; Classe; Idade; Género; Curso; Línguas faladas. Pretendemos, com este perfil, determinar as características individuais dos informantes que possam ter alguma influência nas respostas referentes à resolução de tarefas.

## **Grupo B**

O Grupo B é constituído por 41 estudantes do 2º ano do Instituto Superior Politécnico Katangoji (ISPK). O questionário aplicado a este grupo (Apêndice I) teve em vista aferir o nível de evolução e progressão escolares. Seleccionámos informantes com idades entre os 18-41 anos, dos quais 25 do género masculino e 16 do género feminino.

O questionário apresenta duas partes, aspetos sociolinguísticos e resolução de tarefas. Os informantes responderam em contexto de sala de aula, na presença do investigador.

O questionário sociolinguístico visa obter informações sobre: Escola frequentada; Classe; Idade; Género; Curso; Línguas faladas. Tal como em relação ao Grupo A, pretendemos determinar as características individuais dos informantes que possam ter tido influenciado nas respostas dadas.

As tabelas e gráficos que passamos a apresentar ilustram o perfil sociolinguístico dos informantes.

Tabela 1. Total de informantes por nível de ensino e por género

| <b>Instituição</b>   | <b>Género</b> | <b>Quantidade</b> | <b>Percentagem</b> |
|----------------------|---------------|-------------------|--------------------|
| IMIL<br>(10ª classe) | FEMININO      | 79                | 39,50              |
|                      | MASCULINO     | 121               | 60,50              |
|                      | Total         | 200               | 100,00             |
| ISPK<br>(2º ano)     | FEMININO      | 16                | 39,00              |
|                      | MASCULINO     | 25                | 61,00              |
|                      | Total         | 41                | 100,00             |

Gráfico 1. Distribuição da amostra por género - IMIL

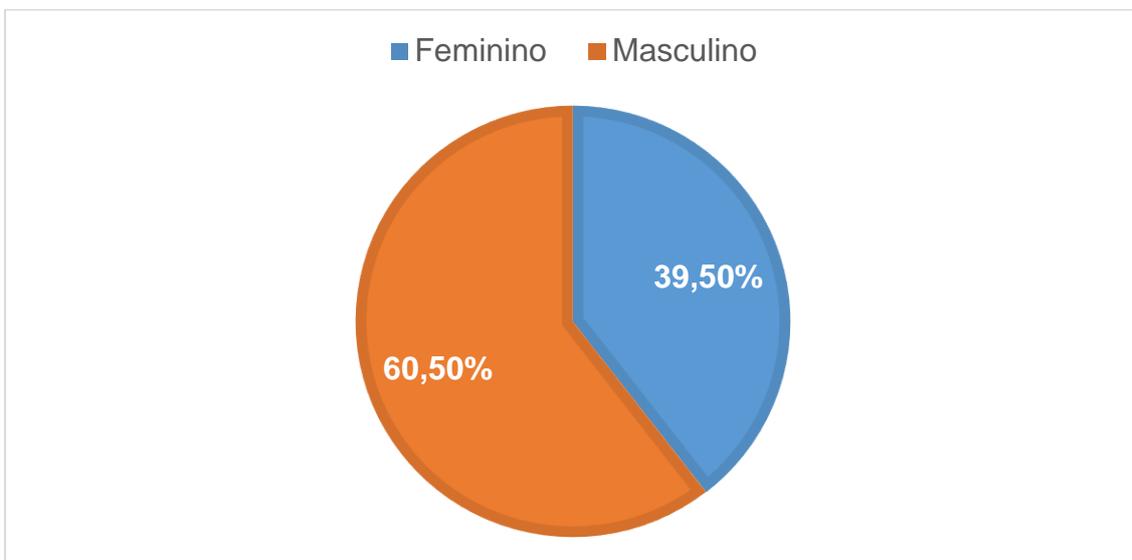


Gráfico 2. Distribuição da amostra por género - ISPK

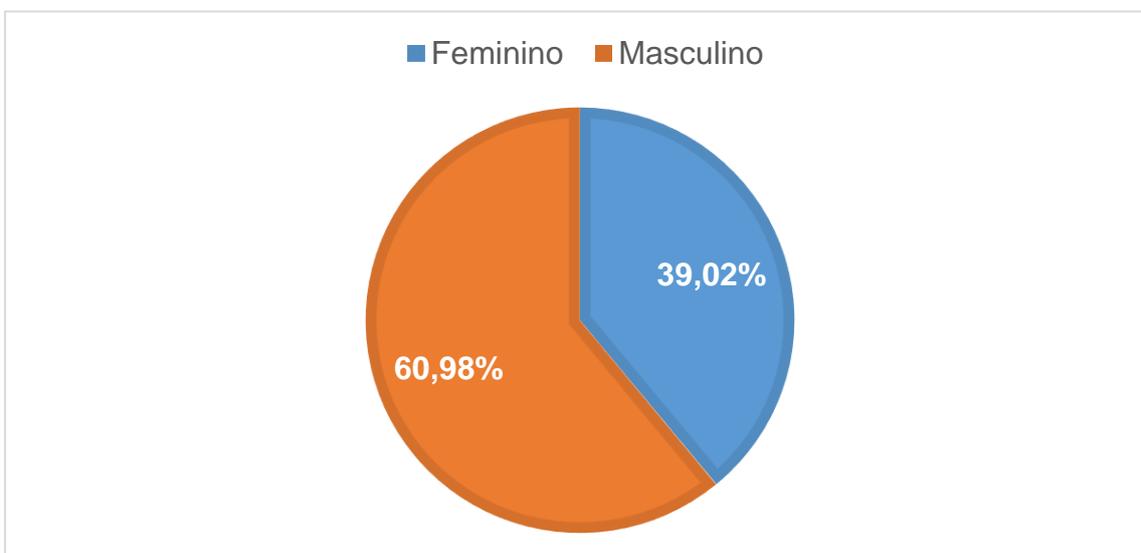


Tabela 2. Distribuição da amostra por idade e nível de ensino

| Instituição          | Idade | Quantidade | Porcentagem |
|----------------------|-------|------------|-------------|
| IMIL<br>(10ª classe) | 14    | 3          | 1,50        |
|                      | 15    | 56         | 28,00       |
|                      | 16    | 96         | 48,00       |
|                      | 17    | 40         | 20,00       |
|                      | 18    | 4          | 2,00        |
|                      | 19    | 1          | 0,50        |
|                      | Total | 200        | 100,00      |
| ISPK<br>(2º ano)     | 18    | 5          | 12,20       |
|                      | 19    | 9          | 22,00       |
|                      | 20    | 7          | 17,10       |
|                      | 21    | 6          | 14,60       |
|                      | 22    | 3          | 7,30        |
|                      | 23    | 6          | 14,60       |
|                      | 25    | 2          | 4,90        |
|                      | 28    | 1          | 2,40        |
|                      | 31    | 1          | 2,40        |
|                      | 41    | 1          | 2,40        |
|                      | Total | 41         | 100,00      |

Embora o número total dos informantes (241) possa não ser considerado suficientemente representativo, tomando por referência o total de população estudantil em Angola, entendemos que constitui uma amostra do “modelo linguístico” de falantes do PA. De notar, ainda, que nenhum dos informantes possui formação na área das ciências humanas, porém, todos tiveram o mesmo currículo escolar nos níveis anteriores, ou seja, do ensino básico aos ensinos secundários (I e II ciclos). Todos os informantes dos dois grupos têm o português como língua materna. Há maior representatividade de alunos com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos no IMIL e entre os 18 e 23 anos no ISPK. Não é possível determinar o género, para a comparação em termos de desvios, tendo em atenção a desproporcionalidade numérica: 121 informantes

do género masculino e 79 do género feminino no IMIL e 25 informantes do género masculino e 16 do género feminino no ISPK.

### **3.2 Grupo de controlo**

#### **Grupo C**

O Grupo de controlo é constituído pelos professores de língua portuguesa dos alunos que responderam aos questionários.

Este grupo de controlo é constituído por:

- i) sete professores das 10<sup>a</sup> Classes do Instituto Médio Industrial de Luanda, sendo quatro do género masculino e três do género feminino;
- ii) dois professores do 1<sup>o</sup> ano<sup>26</sup> do Instituto Superior Politécnico Katangoji, ambos do género masculino.

O Grupo de controlo é composto, no total, por nove informantes, sendo seis do género masculino e três do género feminino, com idades compreendidas entre os 40 e os 59 anos. Destes, dois são mestres, com formação em Literatura em Língua Portuguesa e em Ensino da Língua Portuguesa; sete licenciados, em Gestão Empresarial, Filosofia, Literatura em Língua Portuguesa e Ciências da Educação<sup>27</sup>. Os professores preencheram também o perfil sociolinguístico:

---

<sup>26</sup> Seleccionámos professores do primeiro ano e informantes do segundo ano pelo facto de a disciplina de Língua Portuguesa ser lecionada no primeiro ano; portanto, os estudantes do Grupo B já tiveram estes docentes no 1<sup>o</sup> ano da sua licenciatura.

<sup>27</sup> Trabalhámos apenas com o grupo de professores que lecionam no período da manhã, por ser o responsável pelos informantes inquiridos.

Instituição de ensino onde leciona; Idade; Género; Nível Académico; Área de especialização.

O domínio de competências linguísticas deste Grupo de controlo é fundamental no processo de ensino/aprendizagem, por ser o fator primordial do sucesso educativo, mas também porque as suas atitudes e ações se refletirão no futuro dos alunos. Tem, por isso, razão Azevedo (2012: 118) quando aponta, como domínios indispensáveis na formação do professor de língua portuguesa, a formação linguística, a formação psicológica e a formação pedagógica, isto é, conhecimentos especializados em língua e a sua operacionalização didática. Quanto aos conhecimentos linguísticos, são exigentes os requisitos que o mesmo autor (Azevedo, 2012: 118) aponta no campo das ciências da linguagem, abrangendo todas as áreas de funcionamento da língua, incluindo áreas de interface, como a sociolinguística, ou a psicolinguística.

Foi facultado ao Grupo de controlo o questionário (com 53 formas verbais) das respostas dos informantes. O objetivo seria verificar o uso adequado do PP e PI do indicativo, tendo em atenção o valor aspetual acabado e inacabado.

O procedimento a adotar contemplou os seguintes passos:

- 1) Extração de trechos nos textos (por produção espontânea) produzidos pelos informantes em estudo.
- 2) Identificação das formas verbais inadequadas;
- 3) Correção das formas verbais;
- 4) Reescrita das formas verbais consideradas adequadas face à norma-padrão do PE.

Os professores foram informados de que os trechos estavam transcritos *ipsis verbis*, sem quaisquer alterações ortográficas ou sintáticas. Houve apenas lugar a uma intervenção quando se sentiu necessidade de clarificar o excerto. Do total de trechos dos informantes, dos dois grupos, foram selecionados apenas aqueles que continham a informação necessária para a análise e descrição das formas verbais, com o valor aspetual acabado e inacabado. (cf. Apêndice II)

### **3.3 Caracterização dos Institutos**

#### **3.3.1 Instituto Médio Industrial de Luanda (IMIL)**

Atualmente, existem, em Angola, 80 institutos públicos de ensino técnico profissional e 55 escolas e institutos do ensino técnico profissional. O objetivo deste subsistema técnico-profissional é a formação técnica e profissional dos jovens em idade escolar, preparando-os para o exercício de uma profissão ou especialidade.

O IMIL<sup>28</sup> (cf. Anexo IV) é uma instituição de referência nacional que oferece 20 cursos técnicos médios profissionais e dois cursos básicos profissionais<sup>29</sup>, com um *numerus clausus* anual na ordem de 6.000, localizado no centro de Luanda

---

<sup>28</sup> O atual Instituto situa-se nas antigas instalações da Escola Comercial e Industrial de Luanda do período colonial, projetada pelo arquiteto José Galhardo Zilhão em 1952. Veja-se a respeito o Decreto n.º 45235 do Diário do Governo português n.º 211/1963, Série I de 1963-09-07, Ministério do Ultramar - Direcção-Geral do Ensino, páginas: 1438-1442 (Anexo III).

<sup>29</sup> 1) Mecânica automóvel, 2) Frio e Climatização, 3) Metalomecânica, 4) Máquinas e Motores, 5) Manutenção Mecânica, 6) Informática, 7) Gestão dos Sistemas Informáticos, 8) Eletrónica e Telecomunicações, 9) Instalações Elétricas, 10) Eletrónica e Automação, 11) Mecatrónica, 12) Energias renováveis, 13) Eletromecânica, 14) Bioquímica, 15) Laboratório de Química, 16) Química Industrial, 17) Ambiente e Controlo de Qualidade, 18) Petroquímica, 19) Construção Civil, 20) Desenhador Projetista, 21) Mecânica Auto e 22) Eletricidade de Baixa Tensão.

(Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel)<sup>30</sup>. Iniciou as suas atividades em 1956, e foi, entre 1968 e até 1977, o primeiro Instituto Industrial de nível Superior em Angola. Aí foram ministrados os primeiros cursos de bacharelato em Engenharia, nas áreas de Eletrotécnica e Máquinas, Química, Construção Civil e Minas e, na fase final, Arquitetura. As instalações do *Makarenko*, atual IMIL, sempre estiveram ligadas ao Ensino Técnico Profissional. Nos anos letivos de 1976/77 e 1977/78, este edifício recebeu o nome de Liceu Técnico Bula Matadi, funcionando aí a primeira versão técnica das 7ª e 8ª classes, um prenúncio do Ensino Médio Técnico. No ano letivo de 1978/79, teve início nestas instalações o ensino médio técnico com o nome de Instituto *Makarenko*, ministrando os cursos de Eletricidade e Construção Civil e no ano seguinte os cursos de Mecânica e Química, bem como os da Área Económica. Neste mesmo ano letivo é criado o Complexo Estudantil *Karl Marx – Makarenko*, que na altura representava 75% do ensino médio técnico do país. A partir de 1990 o complexo *Makarenko* é extinto, dando origem a duas novas instituições, o IMIL e o IMEL (Instituto Médio de Economia de Luanda). O IMIL permanece nas instalações da antiga Escola Industrial e passa a designar-se de Instituto Médio Industrial de Luanda – IMIL, pelo despacho nº 35/89 de 5 de agosto 1989. O Instituto *Karl Marx* passa para as novas instalações anexas à Escola 1º de Maio, com a designação de Instituto Médio de Economia de Luanda (IMEL).

---

<sup>30</sup> Trata-se de um estabelecimento misto, constituído por um edifício principal de dois andares e dois pavilhões, 48 salas de aulas, duas salas de professores, uma biblioteca, duas secretarias (administrativa e pedagógica), um refeitório, 16 coordenações de cursos, 24 laboratórios, 15 oficinas, quatro campos de jogos diversos, um ginásio, um *cyber café*, dois arquivos, um gabinete de inserção para a vida ativa, uma reprografia, uma sala de reuniões e um centro médico.

O primeiro modelo de ensino médio, com quatro classes (da 9<sup>a</sup> à 12<sup>a</sup>), funcionou até 2001, ano em que se deu início à 2<sup>a</sup> reforma e se passou para o modelo de três classes (da 10<sup>a</sup> à 12<sup>a</sup>). A partir de 2016, aquando da atualização da lei de bases do sistema de educação, a instituição passou a lecionar quatro classes (10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup>, 12<sup>a</sup> e 13<sup>a</sup>). No ano de 2019 o IMIL toma a designação de Instituto Politécnico Industrial de Luanda (Decreto Executivo Conjunto N<sup>o</sup> 92/19, de 28 de março).

O êxito desta escola e o seu reconhecimento social como escola de referência nacional, ligada à história da formação de quadros de Angola, prende-se com o facto de a grande maioria do seu quadro docente e de gestão ter sido formado na própria Instituição. O Instituto conta com um corpo docente de 300 professores (nacionais e estrangeiros, distribuídos por diversas áreas de formação técnico-profissional), dos quais cinco são doutores, doze mestres, 235 licenciados, 48 bacharéis e 98 funcionários para gestão da área administrativa e pedagógica.

A população discente, proveniente de diversos distritos da província de Luanda, é selecionada por uma comissão de professores da instituição e apresenta um perfil variado, pois é oriunda de escolas do I ciclo do ensino secundário e de colégios privados, sedeados em Luanda. Ingressam na instituição alunos com mais de treze anos de idade e com uma média de curso de catorze valores nas disciplinas de matemática, física e língua portuguesa.

O Instituto Médio Industrial de Luanda constituiu-se como a escolha natural para o desenvolvimento do nosso estudo, uma vez que aí exercemos atividade docente, pertencendo, igualmente, à Comissão Multisectorial para a Retificação

do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, com vista à sua Ratificação, coordenada pelo Ministério da Educação da República de Angola.

### **3.3.2 Instituto Superior Politécnico Katangoji (ISPK)**

Angola conta atualmente com 79 Universidades (24 estatais e 55 privadas), além de Institutos Superiores, nomeadamente politécnicos, como o ISPK<sup>31</sup>, que fornece cursos na área das engenharias. A sua criação (por Decreto Presidencial Nº168/2012, de 24 de julho) foi promovida pela empresa “Kassolongó” Construções, LDA., interessada numa formação académica vocacionada para o ensino das engenharias. O Instituto, em colaboração com uma instituição cubana prestigiada na área da formação de Engenheiros (Instituto Superior Politécnico José António Echeverría (ISPJAE), iniciou atividades em março de 2012, com sete cursos de licenciatura, prevendo-se, num futuro próximo, a abertura de novos cursos e de novas Faculdades, a partir de unidades orgânicas já existentes.

O ISPK tem a missão de contribuir para o desenvolvimento e para a independência tecnológica do país, mediante a formação integral de especialistas de perfil tecnológico universitário, com uma profunda convicção patriótica, sentido de pertença e capacidade para identificar e resolver problemas, bem como para trabalhar em equipas interdisciplinares a partir de um

---

<sup>31</sup> Localizado na Província de Luanda (Município de Talatona, Distrito Urbano do Benfica) é constituído por um edifício principal de quatro andares (Anexo V), com oito departamentos (entre os quais o de Ciências Humanas), 32 salas de aulas, uma sala de professores, uma biblioteca e um refeitório. Tem capacidade para aproximadamente dois mil alunos por ano letivo.

modelo que procure a excelência e integre a investigação, a docência, e a inovação, sendo por isso uma instituição de referência em Angola.

As áreas de atuação do Instituto respondem aos processos do ensino superior: ensino, investigação, extensão e serviços, adaptadas para a formação integral dos estudantes, futuros engenheiros, de forma a dar resposta aos objetivos traçados no modelo profissional e planos curriculares.

Nos seus oito departamentos, o Instituto conta com um corpo docente composto por 78 professores angolanos e cubanos (entre efetivos e colaboradores), todos habilitados com o curso de agregação pedagógica e com as seguintes categorias académicas: 11 doutores, 22 mestres e 45 licenciados. Para a gestão da área administrativa e outras, o Instituto conta com 56 funcionários.

Tal como no IMIL, a população discente é caracterizada por um perfil variado, pois provém de diversos distritos da Província de Luanda e de outras províncias do país, muito embora apresente um perfil comum: formação média feita nos Institutos Médios Politécnicos, com destaque para o IMIL.

Porque também exercemos atividade docente no ISPK, afigurou-se-nos mais adequado o desenvolvimento deste estudo em instituições que conhecemos internamente<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Devemos notar que nem sempre as instituições angolanas respondem positivamente a pedidos de recolha de dados, havendo alguma desconfiança quanto ao tratamento destes. A relação pessoal mantida com as instituições é, assim, determinante em trabalhos que envolvam estudos de caso e outros.

### 3.4 O inquérito por questionário

Desde os estudos de H. Weinrich, sobre a estrutura e a função dos tempos verbais na linguagem (1968), a análise linguística de “situaciones comunicativas en las que actualizamos el lenguaje” – sejam ‘un monólogo, relato de una historia, descripción de un objeto, comentario, sermón, discusión’, etc.” (Weinrich, 1968: 62) é tributária de marcas temporais. O PI descritivo por oposição ao PP narrativo, ou seja, este para o mundo narrado e o primeiro ligado à descrição presente nos textos narrativos (o que leva a conceber também um PI narrativo), são elementos básicos da estruturação de tipos textuais. Não podíamos, por isso, deixar de contemplar neste trabalho estas estruturas textuais fundamentais de uso dos PP e PI. Os exercícios apresentados aos nossos informantes incluem dois textos com características descritivas e narrativas, que retomamos do trabalho de Fradique (2008: 98), cujo tema, exemplos e contexto de L2 servem os propósitos aqui visados.

O questionário foi construído tendo em atenção quatro secções:

- 1) A primeira parte apresenta dois textos, um descritivo e outro descritivo-narrativo, com espaços em branco que deverão ser preenchidos com a forma verbal (PP ou PI) tida por adequada<sup>33</sup>.
- 2) A segunda parte constitui uma tarefa de conjugação dos três verbos *estar*, *ser* e *ir*, tendo em vista distinguir as formas verbais do ponto de vista morfológico e ortográfico (nomeadamente, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> pessoas do plural).

---

<sup>33</sup> Como referido *supra*, estes textos são retirados, com pequenas adaptações, da dissertação de Fradique (2008: 98).

- 3) A terceira parte do questionário apresenta exercícios de substituição das formas verbais dos PP e PI, para comparação com a atividade descrita em 2).
- 4) A quarta parte é constituída por um texto de produção autónoma sobre um episódio marcante da vida do aluno. O texto visa verificar a variação do uso dos tempos verbais em estudo, na medida em que o texto narrativo pode ser propício à sua maior ocorrência.

Para aferir se os tempos verbais têm merecido atenção suficiente nos programas e/ou na planificação anual dos conteúdos de ensino da Língua Portuguesa, foi-nos fornecida uma planificação anual dos conteúdos ministrados na disciplina de língua portuguesa, planificação designada por “dossificação” (Anexo II).

### **3.4.1 Recolha e tratamento de dados**

Para a aplicação do questionário, foram cumpridas as disposições legais relativas às necessárias autorizações do IMIL e do ISPK (cf. Anexo I). Em setembro de 2018, foram realizados 300 inquéritos por questionário, dirigidos aos Grupos A e B, e validados 241, tendo sido os demais anulados por se apresentarem incompletos. Cada turma de informantes dispôs de 50 minutos para a realização das tarefas propostas. Em julho de 2019 procedeu-se à entrega dos inquéritos ao Grupo de controlo.

Posteriormente, os inquéritos foram organizados por grupos, nível de escolaridade e género, e os dados lançados em dois programas informáticos, o *Microsoft Office Excel 2013* e o *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences, 24.0)*.

Os questionários foram codificados da seguinte forma:

- a) de A1 a A200 - Grupo de teste A.
- b) de B201 a B241 - Grupo de teste B.
- c) De C1 a C9 – Grupo de controlo C.

### **3.4.2 Processamento de dados**

#### **3.4.2.1 Uso do programa informático *Excel***

Sendo um programa da *Microsoft* que manipula um conjunto de células dispostas em formato de matriz, utilizámo-lo para inserir todos os dados numéricos e de textos, dos Grupos de teste (A e B), relativamente a: código atribuído a cada informante, escolas que frequentam, classe, idade, género, curso, e línguas que falam, bem como todas as formas verbais constantes do questionário, o que possibilitou a criação da base de dados para o programa *SPSS*.

#### **3.4.2.2 Uso do programa informático *SPSS***

O *SPSS* é um programa informático destinado especificamente ao tratamento de informação estatística de fenómenos humanos e sociais. As análises estatísticas deste programa incluem a análise descritiva de todas as variáveis. Segundo Pestana e Gageiro (2008: 47):

O estudo descritivo de cada variável de per si, quer seja nominal, ordinal e intervalo ou rácio, abrange as estatísticas adequadas à interpretação dos dados, a sua representação gráfica, a análise das não respostas e a identificação de observações aberrantes ou outliers.

Por questões metodológicas, as tabelas produzidas pelo programa *SPSS* foram parcialmente transformadas para o programa *WORD* e aqui agrupadas em quatro seções, como referimos no ponto 3.4.

Entende-se por *quantidade* o número total da forma verbal utilizada. A percentagem resulta da divisão percentual (100%) pelo número de informantes de cada escola, multiplicado pelo número total da forma verbal utilizada, ou seja, 100%:  $200 \times 68 = 34$  (cf. Tabela 3, primeira linha, página 96). São os aspetos estatísticos que fornecem pistas para a interpretação e descrição de factos ocorridos nas atividades realizadas pelos informantes, como podemos verificar no capítulo a seguir.

**CAPÍTULO IV**

**APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS**

**RESULTADOS**

## 4.1 Apresentação de dados

Os dados que aqui apresentamos respeitam à ordem das atividades propostas no questionário. Os dados dos grupos de teste foram analisados conjuntamente para melhor comparação percentual das ocorrências. No final, procedemos à apresentação e análise descritiva dos textos produzidos pelos informantes, com a correção levada a efeito pelo Grupo de controlo no que diz respeito à distinção entre o PP e o PI, e à variação dos usos aspetuais acabado e inacabado.

### 4.1.1 Formas verbais no texto descritivo

Tabela 3 - Atividade Nº 1 - Ocorrências de usos

| Verbo (conjugado)  | Instituição | Uso da forma verbal <sup>34</sup> | Quantidade | Percentagem |
|--------------------|-------------|-----------------------------------|------------|-------------|
| Era                | IMIL        | Agramatical                       | 68         | 34,00       |
|                    |             | Gramatical                        | 132        | 66,00       |
|                    |             | Total                             | 200        | 100,00      |
|                    | ISPK        | Agramatical                       | 10         | 24,40       |
|                    |             | Gramatical                        | 31         | 75,60       |
|                    |             | Total                             | 41         | 100,00      |
| Ia                 | IMIL        | Agramatical                       | 61         | 30,50       |
|                    |             | Gramatical                        | 139        | 69,50       |
|                    |             | Total                             | 200        | 100,00      |
|                    | ISPK        | Agramatical                       | 12         | 29,30       |
|                    |             | Gramatical                        | 29         | 70,70       |
|                    |             | Total                             | 41         | 100,00      |
| Tinha <sup>1</sup> | IMIL        | Agramatical                       | 57         | 28,50       |
|                    |             | Gramatical                        | 143        | 71,50       |

<sup>34</sup> As expressões “gramatical” e “agramatical”, aqui empregues a propósito do uso das formas verbais, têm evidentemente por referência a norma-padrão europeia.

|                          |      |             |     |        |
|--------------------------|------|-------------|-----|--------|
|                          | ISPK | Total       | 200 | 100,00 |
|                          |      | Agramatical | 9   | 22,00  |
|                          |      | Gramatical  | 32  | 78,00  |
|                          |      | Total       | 41  | 100,00 |
| <b>Arranjei</b>          | IMIL | Agramatical | 61  | 30,50  |
|                          |      | Gramatical  | 139 | 69,50  |
|                          |      | Total       | 200 | 100,00 |
|                          | ISPK | Agramatical | 11  | 26,80  |
|                          |      | Gramatical  | 30  | 73,20  |
|                          |      | Total       | 41  | 100,00 |
| <b>Precisava</b>         | IMIL | Agramatical | 69  | 34,50  |
|                          |      | Gramatical  | 131 | 65,50  |
|                          |      | Total       | 200 | 100,00 |
|                          | ISPK | Agramatical | 12  | 29,30  |
|                          |      | Gramatical  | 29  | 70,70  |
|                          |      | Total       | 41  | 100,00 |
| <b>Tinha<sup>2</sup></b> | IMIL | Agramatical | 82  | 41,00  |
|                          |      | Gramatical  | 118 | 59,00  |
|                          |      | Total       | 200 | 100,00 |
|                          | ISPK | Agramatical | 21  | 51,20  |
|                          |      | Gramatical  | 20  | 48,80  |
|                          |      | Total       | 41  | 100,00 |
| <b>Comprei</b>           | IMIL | Agramatical | 73  | 36,50  |
|                          |      | Gramatical  | 127 | 63,50  |
|                          |      | Total       | 200 | 100,00 |
|                          | ISPK | Agramatical | 15  | 36,60  |
|                          |      | Gramatical  | 26  | 63,40  |
|                          |      | Total       | 41  | 100,00 |
| <b>Fiz</b>               | IMIL | Agramatical | 76  | 38,00  |
|                          |      | Gramatical  | 124 | 62,00  |
|                          |      | Total       | 200 | 100,00 |
|                          | ISPK | Agramatical | 17  | 41,50  |
|                          |      | Gramatical  | 24  | 58,50  |
|                          |      | Total       | 41  | 100,00 |
| <b>Parecia</b>           | IMIL | Agramatical | 71  | 35,50  |
|                          |      | Gramatical  | 129 | 64,50  |
|                          |      | Total       | 200 | 100,00 |
|                          | ISPK | Agramatical | 18  | 43,90  |
|                          |      | Gramatical  | 23  | 56,10  |
|                          |      | Total       | 41  | 100,00 |
| <b>Tinha<sup>3</sup></b> | IMIL | Agramatical | 81  | 40,50  |
|                          |      | Gramatical  | 119 | 59,50  |
|                          |      | Total       | 200 | 100,00 |
|                          | ISPK | Agramatical | 23  | 56,10  |

|              |      |             |     |        |
|--------------|------|-------------|-----|--------|
|              |      | Gramatical  | 18  | 43,90  |
|              |      | Total       | 41  | 100,00 |
| <b>Fazia</b> | IMIL | Agramatical | 144 | 72,00  |
|              |      | Gramatical  | 56  | 28,00  |
|              |      | Total       | 200 | 100,00 |
|              | ISPK | Agramatical | 32  | 78,00  |
|              |      | Gramatical  | 9   | 22,00  |
|              |      | Total       | 41  | 100,00 |

1, 2, 3 Algarismos sobrescritos que indicam 1.ª, 2.ª e 3.ª ocorrências da forma *tinha*.

Na tabela 3, apresentamos os usos padrão e os usos desviantes da tarefa de completamento de espaços, de modo a verificarmos as escolhas dos alunos em relação aos tempos verbais em estudo. O exercício 1, que apresenta onze formais verbais (três no PP e oito no PI), foi realizado por 241 informantes dos dois grupos de teste (IMIL e ISPK), o que corresponde a um total de 2.651 formas verbais: 723 do PP e 1.928 do PI, das quais 1.023 correspondem a desvios da norma europeia, enquanto 1.628 seguem a norma-padrão. No tempo PP, 253 são atualizações desviantes (35%) e 470 correspondem a contextos padrão (65%). Em relação ao uso do tempo PI, 770 atestações são desviantes (40%) e 1.158 correspondem a empregos normativos (60%). A forma verbal *fazia* apresenta a maior percentagem de agramaticalidade (73%), enquanto a forma *tinha* é a mais adequadamente usada (72,60%).

Para melhor compreensão destes dados, ocorrências das formas verbais empregues pelos falantes em estudo, seguem-se gráficos percentuais dos dois grupos de informantes e leitura comparativa. De um modo geral, no uso das formas verbais pelos informantes dos dois Institutos, verificou-se as ocorrências percentuais padrão de 61,40% e desviantes de 38,60%. Passamos às ocorrências em termos comparativos, nos dois Grupos de informantes:

Gráfico 3. Uso das formas verbais - informantes do IMIL

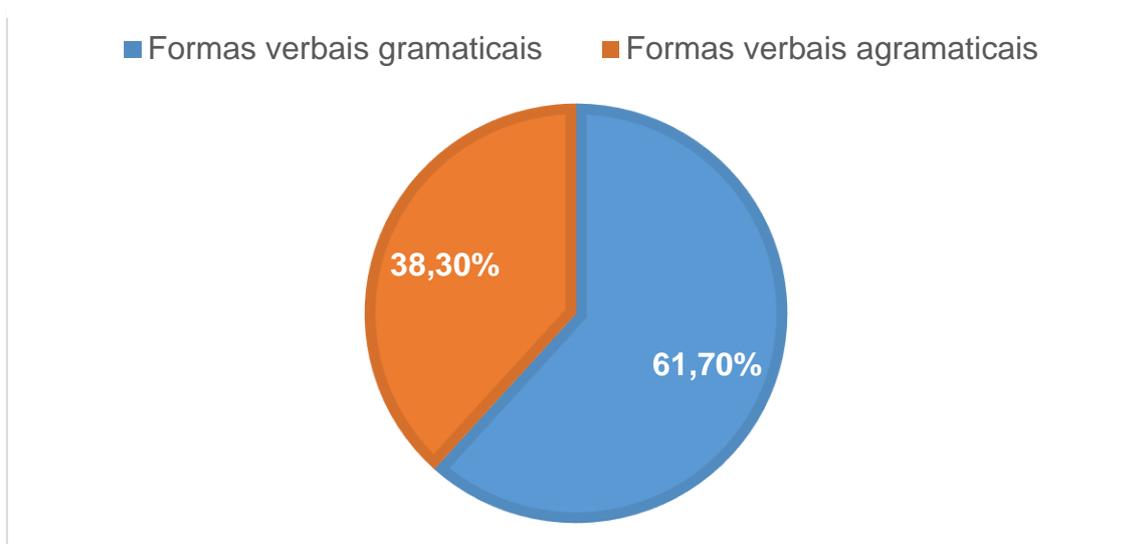
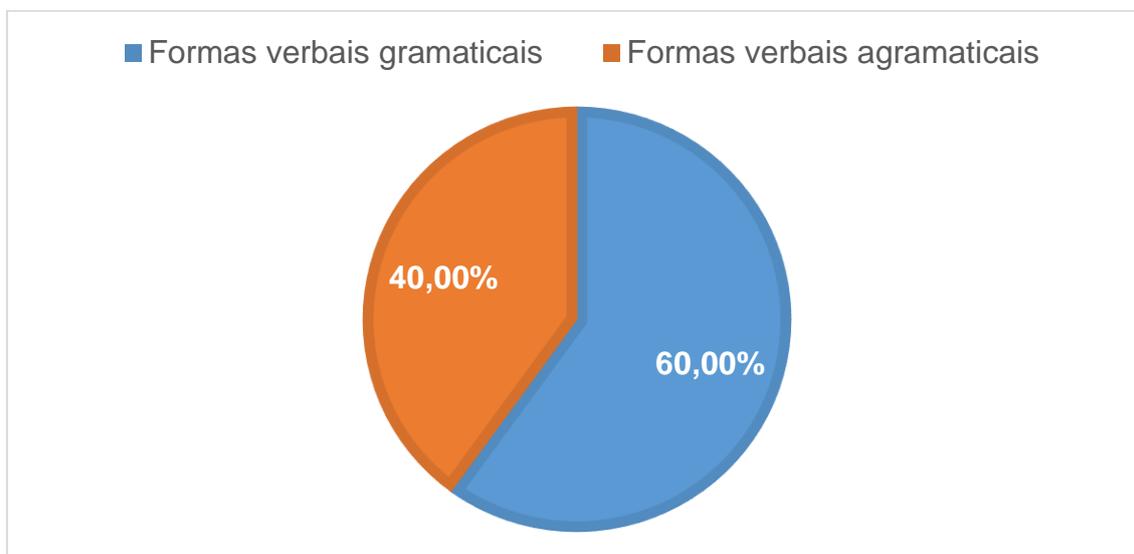


Gráfico 4. Uso das formas verbais - informantes do ISPK



Das 2.200 formas verbais usadas pelos informantes representados no Gráfico 3, há 1.357 ocorrências padrão (61,70%) e 843 desviantes (38,30%). Quanto ao Gráfico 4, as 271 formas verbais em contextos padrão (60,00%) contrastam com o uso agramatical das 180 formas (40,00%).

Os resultados ora apresentados permitem corroborar os dados da literatura gramatical relativos ao elemento de coesão que é o uso do PI descritivo. Com efeito, na tarefa de completamento de espaços em texto de tipologia descritiva, a percentagem de contextos padrão é de 61,40%, enquanto a de contextos desviantes é de 38,60%. Tal indicará sensibilidade linguística quanto à temporalidade verbal no domínio textual específico da descrição.

#### 4.1.2 Formas verbais no texto descritivo-narrativo

Tabela 4 - Atividade Nº 2 - Ocorrências de usos

| Verbo (conjugado) | Instituição | Uso da forma verbal | Quantidade | Percentagem |
|-------------------|-------------|---------------------|------------|-------------|
| la                | IMIL        | Agramatical         | 26         | 13,00       |
|                   |             | Gramatical          | 174        | 87,00       |
|                   |             | Total               | 200        | 100,00      |
|                   | ISPK        | Agramatical         | 6          | 14,60       |
|                   |             | Gramatical          | 35         | 85,40       |
|                   |             | Total               | 41         | 100,00      |
| Era               | IMIL        | Agramatical         | 59         | 29,50       |
|                   |             | Gramatical          | 141        | 70,50       |
|                   |             | Total               | 200        | 100,0       |
|                   | ISPK        | Agramatical         | 8          | 19,50       |
|                   |             | Gramatical          | 33         | 80,50       |
|                   |             | Total               | 41         | 100,00      |
| Pedi              | IMIL        | Agramatical         | 19         | 9,50        |
|                   |             | Gramatical          | 181        | 90,50       |
|                   |             | Total               | 200        | 100,00      |
|                   | ISPK        | Agramatical         | 1          | 2,40        |
|                   |             | Gramatical          | 40         | 97,60       |
|                   |             | Total               | 41         | 100,00      |
| Aceitei           | IMIL        | Agramatical         | 18         | 9,00        |
|                   |             | Gramatical          | 182        | 91,00       |
|                   |             | Total               | 200        | 100,00      |
|                   | ISPK        | Agramatical         | 3          | 7,30        |
|                   |             | Gramatical          | 38         | 92,70       |

|                    |      |             |     |        |
|--------------------|------|-------------|-----|--------|
|                    |      | Total       | 41  | 100,00 |
| <b>Chegámos</b>    | IMIL | Agramatical | 20  | 10,00  |
|                    |      | Gramatical  | 180 | 90,00  |
|                    |      | Total       | 200 | 100,00 |
|                    | ISPK | Agramatical | 2   | 4,90   |
|                    |      | Gramatical  | 39  | 95,10  |
|                    |      | Total       | 41  | 100,00 |
| <b>Entrámos</b>    | IMIL | Agramatical | 25  | 12,50  |
|                    |      | Gramatical  | 175 | 87,50  |
|                    |      | Total       | 200 | 100,00 |
|                    | ISPK | Agramatical | 4   | 9,80   |
|                    |      | Gramatical  | 37  | 90,20  |
|                    |      | Total       | 41  | 100,00 |
| <b>Estava</b>      | IMIL | Agramatical | 21  | 10,50  |
|                    |      | Gramatical  | 179 | 89,50  |
|                    |      | Total       | 200 | 100,00 |
|                    | ISPK | Agramatical | 6   | 14,60  |
|                    |      | Gramatical  | 35  | 85,40  |
|                    |      | Total       | 41  | 100,00 |
| <b>Via</b>         | IMIL | Agramatical | 93  | 46,50  |
|                    |      | Gramatical  | 107 | 53,50  |
|                    |      | Total       | 200 | 100,00 |
|                    | ISPK | Agramatical | 24  | 58,50  |
|                    |      | Gramatical  | 17  | 41,50  |
|                    |      | Total       | 41  | 100,00 |
| <b>Regressámos</b> | IMIL | Agramatical | 40  | 20,00  |
|                    |      | Gramatical  | 160 | 80,00  |
|                    |      | Total       | 200 | 100,00 |
|                    | ISPK | Agramatical | 6   | 14,60  |
|                    |      | Gramatical  | 35  | 85,40  |
|                    |      | Total       | 41  | 100,00 |
| <b>Estávamos</b>   | IMIL | Agramatical | 111 | 55,50  |
|                    |      | Gramatical  | 89  | 44,50  |
|                    |      | Total       | 200 | 100,00 |
|                    | ISPK | Agramatical | 25  | 61,00  |
|                    |      | Gramatical  | 16  | 39,00  |
|                    |      | Total       | 41  | 100,00 |
| <b>Procurámos</b>  | IMIL | Agramatical | 121 | 60,50  |
|                    |      | Gramatical  | 79  | 39,50  |
|                    |      | Total       | 200 | 100,00 |
|                    | ISPK | Agramatical | 27  | 65,90  |
|                    |      | Gramatical  | 14  | 34,10  |
|                    |      | Total       | 41  | 100,00 |
| <b>Havia</b>       | IMIL | Agramatical | 22  | 11,00  |

|                            |      |             |     |        |
|----------------------------|------|-------------|-----|--------|
|                            |      | Gramatical  | 178 | 89,00  |
|                            |      | Total       | 200 | 100,00 |
|                            | ISPK | Agramatical | 2   | 4,90   |
|                            |      | Gramatical  | 39  | 95,10  |
|                            |      | Total       | 41  | 100,00 |
| <b>Estava</b> <sup>2</sup> | IMIL | Agramatical | 24  | 12,00  |
|                            |      | Gramatical  | 176 | 88,00  |
|                            |      | Total       | 200 | 100,00 |
|                            | ISPK | Agramatical | 3   | 7,30   |
|                            |      | Gramatical  | 38  | 92,70  |
|                            |      | Total       | 41  | 100,00 |
| <b>Era</b> <sup>2</sup>    | IMIL | Agramatical | 117 | 58,50  |
|                            |      | Gramatical  | 83  | 41,50  |
|                            |      | Total       | 200 | 100,00 |
|                            | ISPK | Agramatical | 20  | 48,80  |
|                            |      | Gramatical  | 21  | 51,20  |
|                            |      | Total       | 41  | 100,00 |

<sup>1,2,</sup> algarismos sobrescritos que indicam 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> ocorrências da forma *estava* e *era*.

A tabela 4 contempla os usos padrão e desviantes da tarefa de completamento de espaços que permitiram verificar as escolhas realizadas pelos alunos, em termos do uso dos tempos verbais em análise. O exercício é composto por 14 formas verbais, seis no PP e oito no PI.

O presente exercício corresponde a um total de 3.374 formas verbais, 1.928 do PP e 1.446 do PI. Em relação ao uso padrão do PP verificou-se uma percentagem de 70,60% o que corresponde a 1.361 formas verbais. O uso desviante do PP situa-se nos 29,40%, o que se traduz em 567 formas afastadas do padrão europeu. No que respeita o uso do PI, 286 ocorrências enquadraram-se num desvio à norma (19,78%), enquanto 1.160 formas são empregues conforme a norma (80,22%).

A forma verbal *procurámos* tem a maior percentagem de atestações desviantes, correspondendo a 61,41% do total geral das formas verbais, enquanto a forma verbal *pediu* é a mais adequadamente empregue, com 91,70%.

Os gráficos que passamos a apresentar ilustram as percentagens das ocorrências do PP e PI dos dois Institutos:

Gráfico 5. Uso das formas verbais – informantes do IMIL

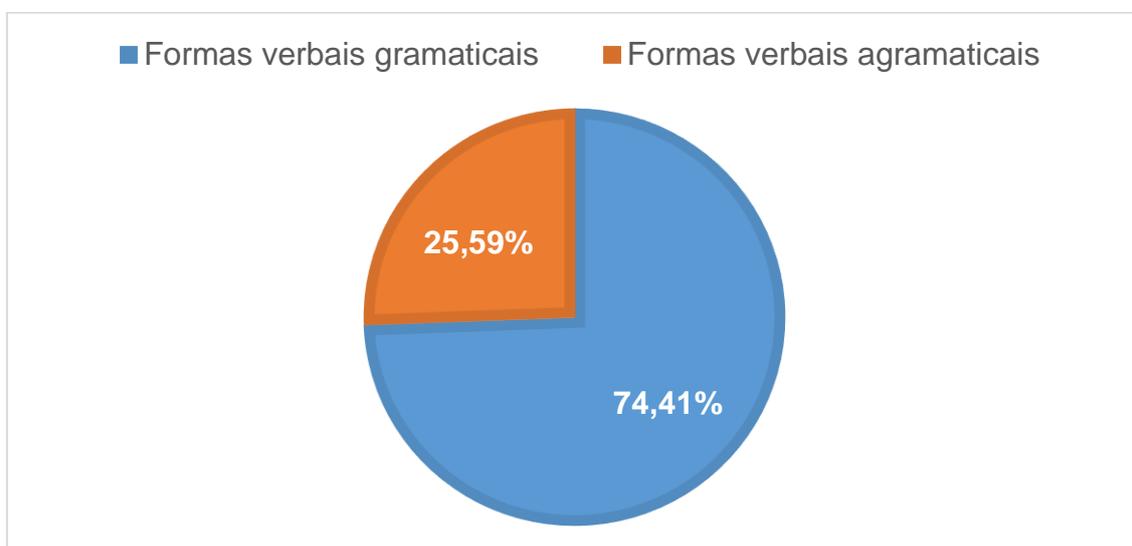
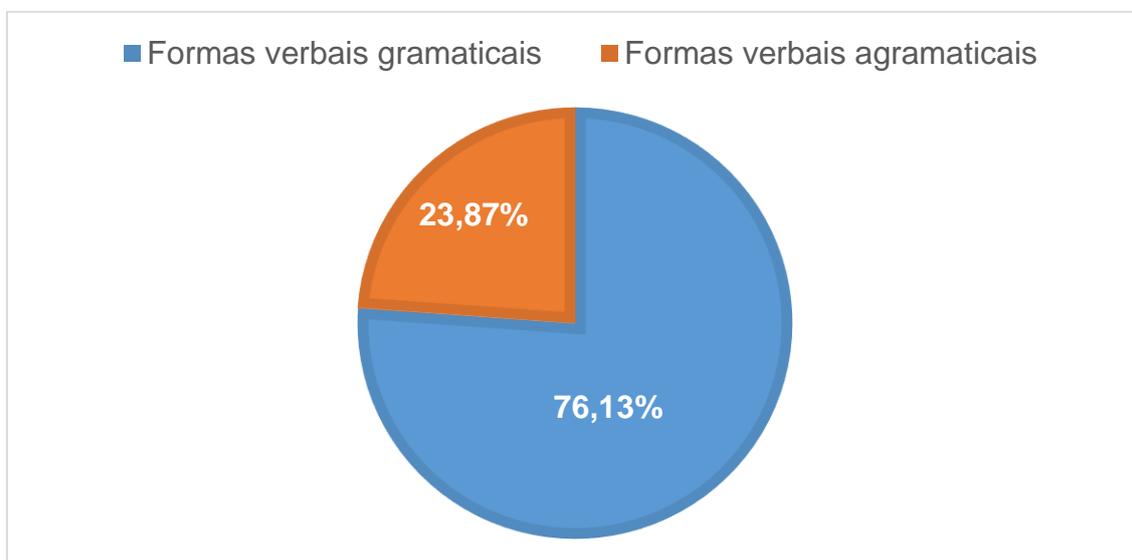


Gráfico 6. Uso das formas verbais – informantes do ISPK



Uma leitura comparativa dos gráficos 5 e 6 permite-nos apurar que das 3.374 formas verbais empregues, 2.524 foram empregues de acordo com a norma padrão, sendo que apenas 850 correspondem a usos desviantes. Assim, 74,41% das formas empregues pelos informantes do IMIL estão dentro do padrão, enquanto apenas 25,59% representam formas desviantes. No ISPK a percentagem conforme à norma padrão é ligeiramente mais elevada, contando com 76,13%, enquanto apenas 23,87% se desvia da norma.

Os resultados expostos permitem concluir que tanto no texto descritivo (exercício 1), como no texto descritivo-narrativo (exercício 2), a percentagem de desvio é bastante inferior à percentagem de conformidade à norma. Assinale-se, ainda, que em ambos os grupos de teste, a percentagem de desvio à norma é maior no PP, do que no PI. Tal pode, mais uma vez, corroborar a importância do PI enquanto elemento de coesão para um texto descritivo-narrativo. A título de

curiosidade, gostaríamos de destacar o facto de que, em alguns casos, o que deveria corresponder a tempos do PP e do PI é substituído por formas verbais no Presente, ou, até mesmo, por formas verbais do Condicional.

#### 4.1.3 Paradigma de *ESTAR* no PP: análise de ocorrências

Tabela 5 - Atividade Nº 3 - Ocorrências em conformidade com o padrão europeu

| Instituição          | Pessoa gramatical           | Quantidade | Percentagem |
|----------------------|-----------------------------|------------|-------------|
| IMIL<br>(10ª classe) | 1ª sing.                    | 3          | 1,50        |
|                      | 2ª sing.                    | 3          | 1,50        |
|                      | 3ª sing.                    | 3          | 1,50        |
|                      | 1ª pl.                      | 4          | 2,00        |
|                      | 2ª pl.                      | 19         | 9,50        |
|                      | 3ª pl.                      | 16         | 8,00        |
|                      | <b>Total de informantes</b> | 48         | 24,00       |
| ISPK<br>(2º ano)     | 3ª sing.                    | 1          | 2,40        |
|                      | 1ª pl.                      | 1          | 2,40        |
|                      | 2ª pl.                      | 4          | 9,80        |
|                      | 3ª pl.                      | 7          | 17,10       |
|                      | <b>Total de informantes</b> | 13         | 31,70       |

A tabela 5 apresenta as percentagens em que existe concordância com a norma europeia. No grupo de teste 1 (IMIL), de um total de 200 informantes, apenas 48 (24%) fizeram uso das formas verbais em conformidade com o padrão europeu. A 2ª pessoa do plural conseguiu a percentagem mais elevada (9,50%), logo seguida pela 3ª pessoa do plural com 8,00%. As 1ª, 2ª e 3ªs pessoas tiveram

uma percentagem residual de conformidade à norma: 1,5%, com três ocorrências para cada uma das pessoas gramaticais. Por último, a 1ª pessoa do plural alcançou quatro formas verbais gramaticais, correspondendo a 2,00%. No grupo de teste 2 (ISPK) destacou-se os 17,10% de conformidade à norma para a 3ª pessoa do plural (com sete ocorrências). De um total de 41 informantes, 13 (31,70%) utilizaram as formas verbais em conformidade com o padrão europeu. Refira-se que na 2ª pessoa do plural houve quatro ocorrências gramaticais (9,80%), enquanto nas 3ª pessoas do plural e na 1ª pessoa do singular a percentagem é de 2,40, o que equivale a uma ocorrência para cada uma das pessoas gramaticais.

Os gráficos 7 e 8 comparam a percentagem de usos gramaticais (explorados no parágrafo acima) com os usos agramaticais.

Gráfico 7. Paradigma de *ESTAR* no PP - informantes do IMIL

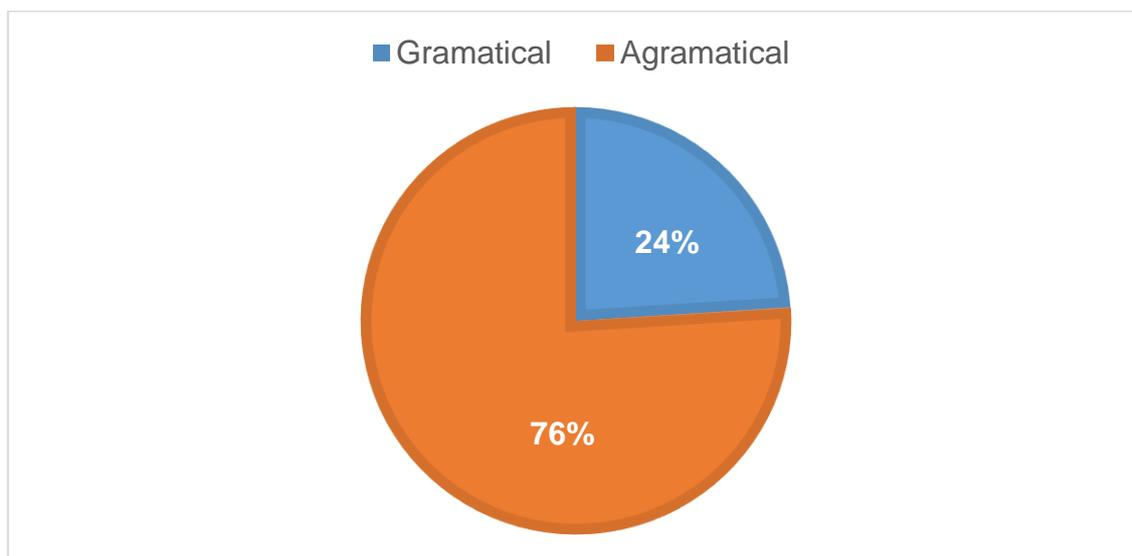
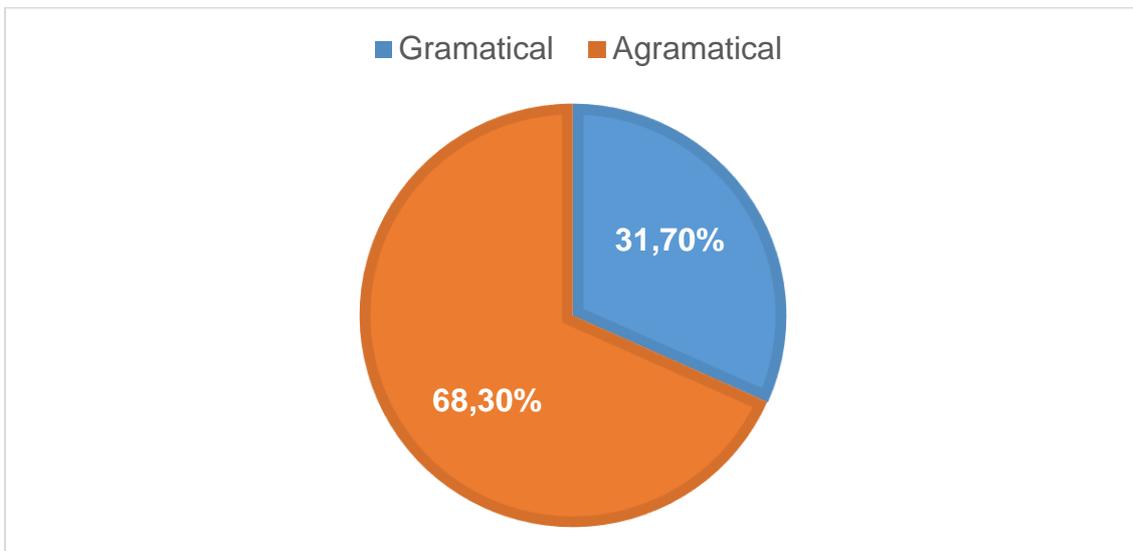


Gráfico 8. Paradigma de *ESTAR* no PP - informantes do ISPK



A primeira observação que podemos fazer é a de que existe uma grande proximidade em termos de valores numéricos (gramaticais e agramaticais) entre os dois grupos de teste. Assim, dos 200 informantes do IMIL, 152 apresentaram formas verbais desviantes em relação à norma, correspondendo a 76,00%. Entre os 41 informantes do ISPK foram 13 aqueles que apresentaram respostas conforme à norma, enquanto 28 optaram por formas desviantes, o que corresponde a 68,30% do total da amostra utilizada neste instituto.

A troca de tempos verbais foi a ocorrência mais frequente na atividade de conjugação do verbo *estar* no PP, resultando assim num grau de elevada agramaticalidade. Constatámos, ainda, a presença de formas desviantes na conjugação da 2ª pessoa do plural (*vós estiveis* em vez de *vós estivestes*), bem como desvios ortográficos na 3ª pessoa do plural (*eles estiverão* em vez de *eles estiveram*).

#### 4.1.4 Paradigma de *ESTAR* no PI: análise de ocorrências

Tabela 6 - Atividade Nº 3 - Ocorrências em conformidade com o padrão europeu

| Instituição          | Pessoa gramatical           | Quantidade | Porcentagem |
|----------------------|-----------------------------|------------|-------------|
| IMIL<br>(10ª classe) | 1ª sing.                    | 1          | 0,50        |
|                      | 2ª sing.                    | 2          | 1,00        |
|                      | 3ª sing.                    | 3          | 1,50        |
|                      | 1ª pl.                      | 6          | 3,00        |
|                      | 2ª pl.                      | 48         | 24,00       |
|                      | 3ª pl.                      | 23         | 11,50       |
|                      | <b>Total de informantes</b> | 83         | 41,50       |

|                  |                             |    |       |
|------------------|-----------------------------|----|-------|
| ISPK<br>(2º ano) | 3ª sing.                    | 1  | 2,40  |
|                  | 1ª pl.                      | 2  | 4,90  |
|                  | 2ª pl.                      | 7  | 17,10 |
|                  | 3ª pl.                      | 5  | 12,20 |
|                  | <b>Total de informantes</b> | 15 | 36,60 |

A tabela 6 permite comparar a percentagem de conformidade à norma, por pessoa gramatical. A tendência já verificada para a conjugação do verbo *estar* no PP, volta a surgir para o PI, ainda que a diferença seja, agora, um pouco menor. Desta forma, de um total de 200 informantes no IMIL, 41,50% (83) empregou formas verbais gramaticais. A percentagem desce ligeiramente para os informantes do ISPK: de um total de 41, 15 escolheram formas gramaticalmente aceitáveis. Seguindo a tendência já demonstrada na tabela 5, as pessoas gramaticais do plural parecem levantar menos dúvidas junto dos

alunos. Assim, os informantes do IMIL apresentam conformidade à norma com seis ocorrências na 1ª pessoa do plural, com 48 na 2ª pessoa do plural e com 23 na 3ª pessoa do plural. Falamos de uma percentagem de conformidade das pessoas gramaticais no plural de 38,50%, por contraste com 3% de conformidade nas pessoas gramaticais do singular. Nos informantes do ISPK é ainda mais marcante esta diferença entre o uso do verbo no singular, por oposição ao verbo no plural. No primeiro há uma percentagem de 2,40 (uma ocorrência), por contraste com os 34,20% de cumprimento à norma: (14 ocorrências). De facto, as pessoas do plural são as que maior conformidade à norma-padrão apresentam. Uma possível explicação reside no facto de a escola, por considerar que são estas as formas em que os alunos apresentam maiores dificuldades, insistir mais nestas pessoas. Não parece estar relacionado com interferências das línguas bantu.

Abaixo apresentamos a comparação das ocorrências percentuais para cada grupo de informantes.

Gráfico 9. Paradigma de *ESTAR* no PI - informantes do IMIL

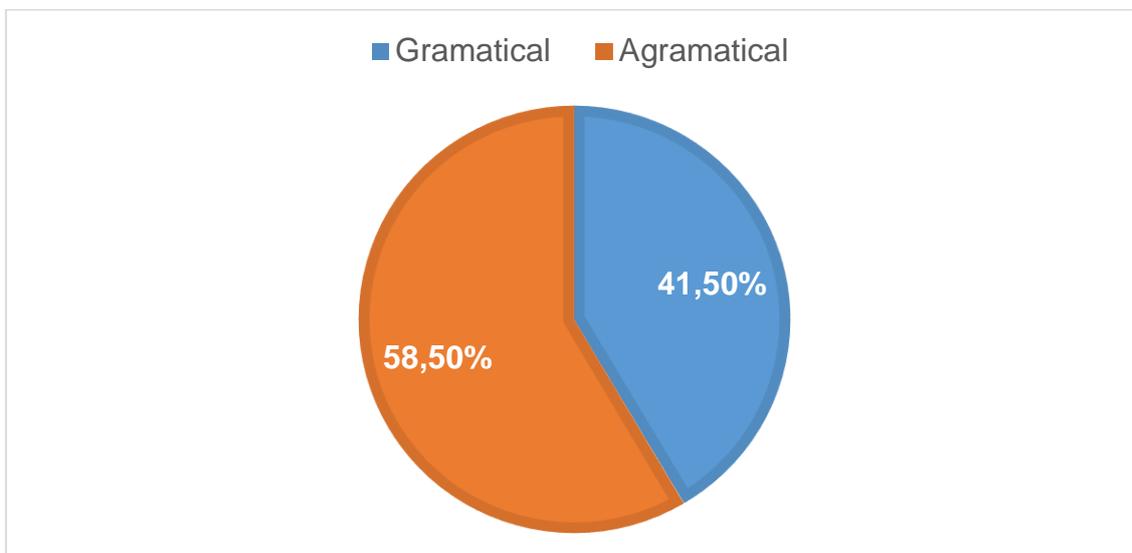
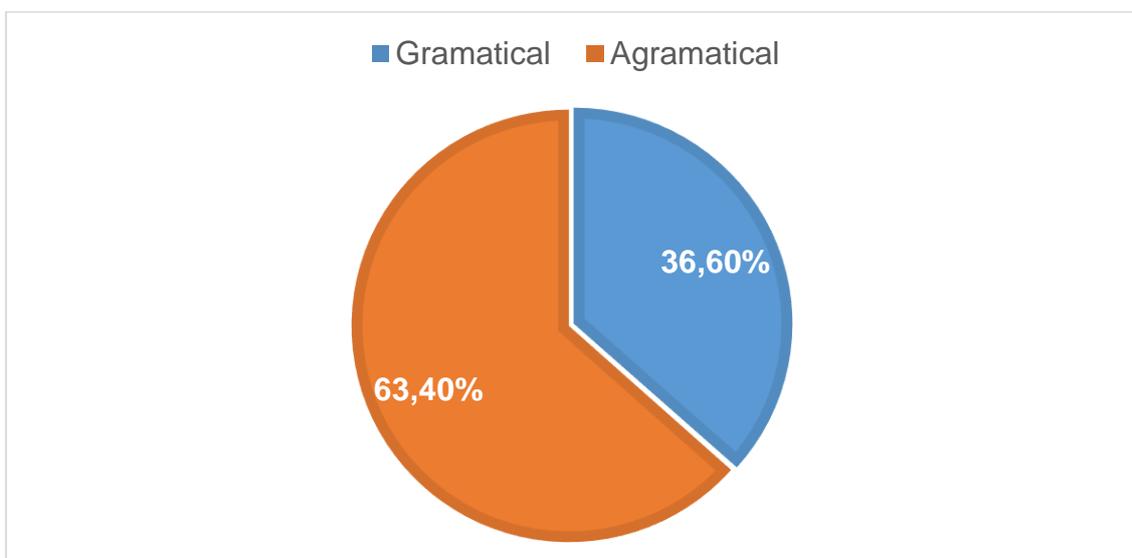


Gráfico 10. Paradigma de *ESTAR* no PI - informantes do ISPK



Nos gráficos 9 e 10 destacam-se os valores percentuais desviantes da norma. Do total de informantes do IMIL, 117 (58,50%) tiveram dificuldades em conjugar o verbo. A mesma tendência ocorreu no ISPK, com 26 (63,40%) a demonstraram opções não conforme à norma padrão.

Da mesma forma que aconteceu com a conjugação do verbo *estar* no PP, verificámos, nesta atividade de conjugação do verbo *estar* no PI, uma maior ocorrência de desvios relacionados com a troca de tempos verbais, o que provocou um elevado número de desvios. Verificámos, de igual modo, formas verbais desviantes da conjugação da 2ª pessoa do plural (*vós estais/estavais* em vez de *vós estáveis*, bem como desvios ortográficos da 3ª pessoa do plural (*eles estavão* em vez de *eles estavam*).

#### 4.1.5 Paradigma de *TER* no PP: análise de ocorrências

Tabela 7 - Atividade Nº 4 - Ocorrências em conformidade com o padrão europeu

| Instituição                 | Pessoa gramatical           | Quantidade | Percentagem |
|-----------------------------|-----------------------------|------------|-------------|
| <b>IMIL</b><br>(10ª classe) | 1ª sing.                    | 2          | 1,00        |
|                             | 2ª sing.                    | 1          | 0,50        |
|                             | 3ª sing.                    | 1          | 0,50        |
|                             | 1ª pl.                      | 6          | 3,00        |
|                             | 2ª pl.                      | 19         | 9,50        |
|                             | 3ª pl.                      | 23         | 11,50       |
|                             | <b>Total de informantes</b> | 52         | 26,00       |

|                         |                             |    |       |
|-------------------------|-----------------------------|----|-------|
| <b>ISPK</b><br>(2º ano) | 3ª sing.                    | 1  | 2,40  |
|                         | 2ª pl.                      | 6  | 14,60 |
|                         | 3ª pl.                      | 6  | 14,60 |
|                         | <b>Total de informantes</b> | 13 | 31,60 |

A tabela 7 evidencia a conformidade com a norma relativamente à conjugação do verbo *ter* no PP, por pessoa gramatical. Tal como já registado, para o verbo

*estar*, a maior percentagem de conformidade reside nas três pessoas do plural. Desta forma, no IMIL regista-se 24% de gramaticalidade, enquanto no ISPK essa percentagem é de 29,20. Nas três primeiras pessoas do plural, a percentagem é consideravelmente menor: 2,00% no IMIL e 2,40% no ISPK.

O afastamento da norma-padrão na conjugação do verbo em causa no PP é digno de referência. Assim, no IMIL há 148 casos desviantes, o que corresponde a 74%. No ISPK o valor é menor, mas não significativamente, com uma percentagem de 68,30%, equivalente a 28 usos desviantes.

Abaixo apresentamos, sob a forma de gráfico, a comparação das ocorrências percentuais para cada grupo de informantes.

Gráfico 11. Paradigma de *TER* no PP - informantes do IMIL

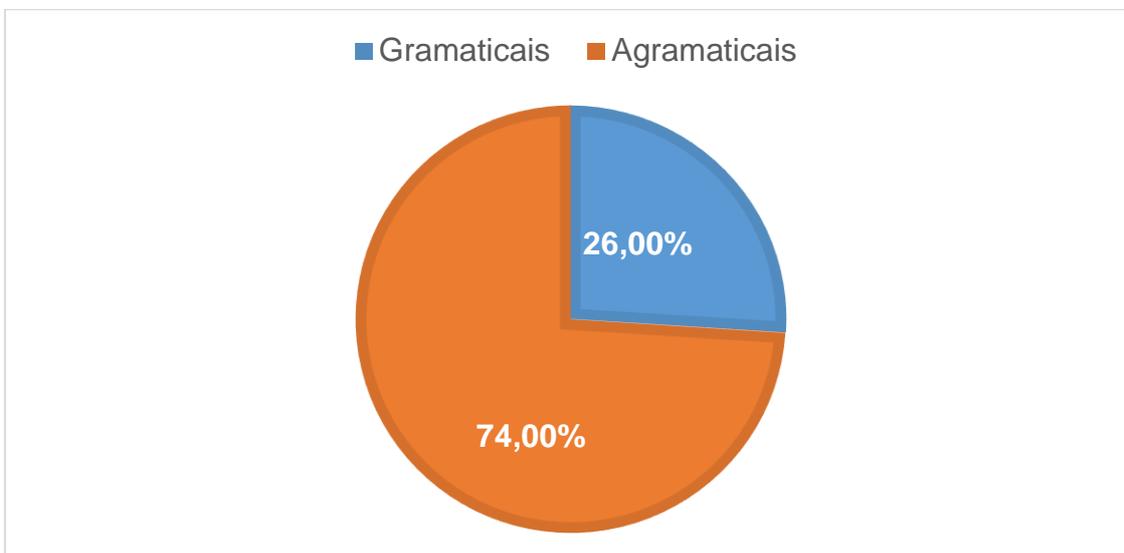
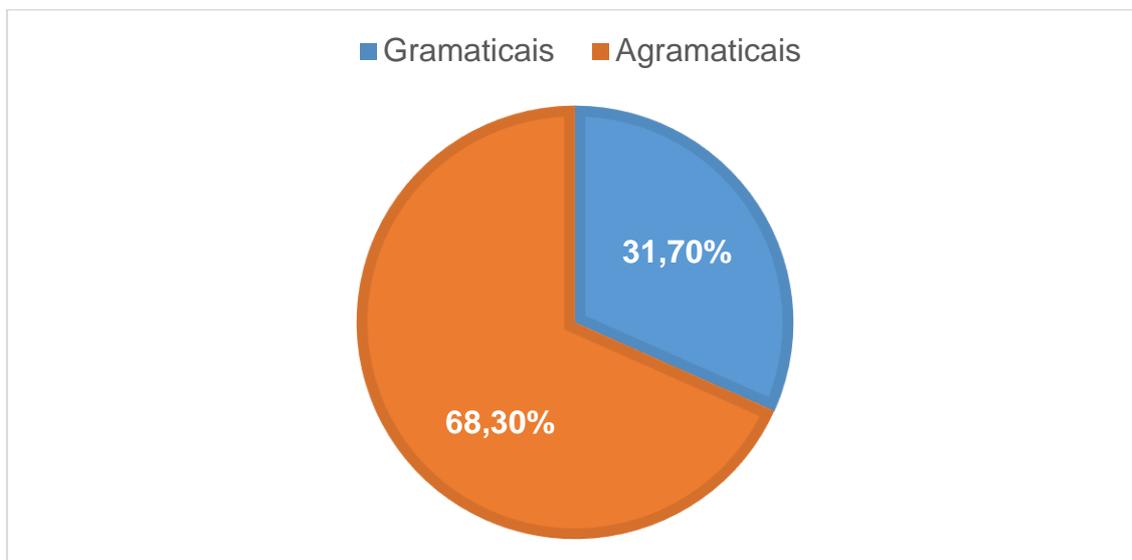


Gráfico 12. Paradigma de *TER* no PP - informantes do ISPK



Os dois grupos de informantes evidenciam confusão de tempos verbais, o que levou a uma maior agramaticalidade (74% no IMIL e 68,30% no ISPK). A 2ª pessoa do plural apresentou formas desviantes (*vós tiveis* em vez de *vós tivestes*), bem como formas ortográficas desviantes na 3ª pessoa do plural (*eles tiverão* em vez de *eles tiveram*).

#### 4.1.6 Paradigma de *TER* no PI: análise de ocorrências

Tabela 8 - Atividade N° 4 - Ocorrências em conformidade com o padrão europeu

| Instituição          | Pessoa gramatical           | Quantidade | Porcentagem |
|----------------------|-----------------------------|------------|-------------|
| IMIL<br>(10ª classe) | 1ª sing.                    | 1          | 0,50        |
|                      | 3ª sing.                    | 4          | 2,00        |
|                      | 1ª pl.                      | 1          | 0,50        |
|                      | 2ª pl.                      | 41         | 20,50       |
|                      | 3ª pl.                      | 35         | 17,50       |
|                      | <b>Total de informantes</b> | 82         | 41,00       |

|                          |                             |    |       |
|--------------------------|-----------------------------|----|-------|
| <b>ISPK<br/>(2º ano)</b> | 2ª sing.                    | 1  | 2,40  |
|                          | 3ª sing.                    | 1  | 2,40  |
|                          | 2ª pl.                      | 7  | 17,10 |
|                          | 3ª pl.                      | 8  | 19,50 |
|                          | <b>Total de informantes</b> | 17 | 41,40 |

A conjugação do verbo *ter* no PI mostra-nos que a percentagem de conformidade à norma continua a ser inferior àquela evidenciada pelos usos desviantes. Nas três pessoas do singular, a percentagem é apenas de 2,50% no IMIL e de 4,80% no ISPK, enquanto nas três pessoas do plural estes valores sobem, respetivamente, para 38,50% e 36,60%.

Abaixo apresentamos a comparação das ocorrências percentuais por grupo de informantes.

Gráfico 13. Paradigma de *TER* no PI - informantes do IMIL

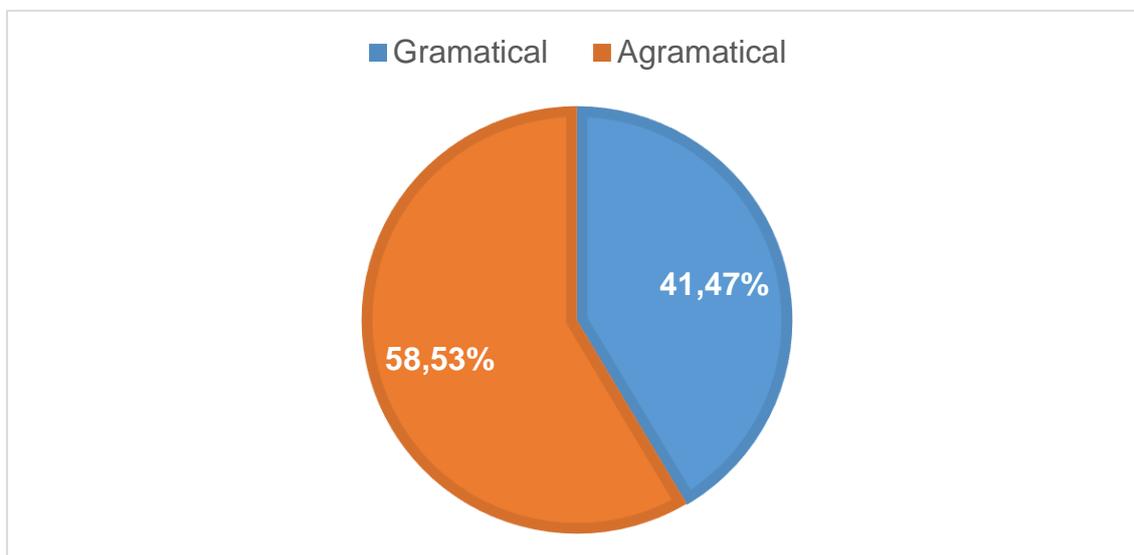
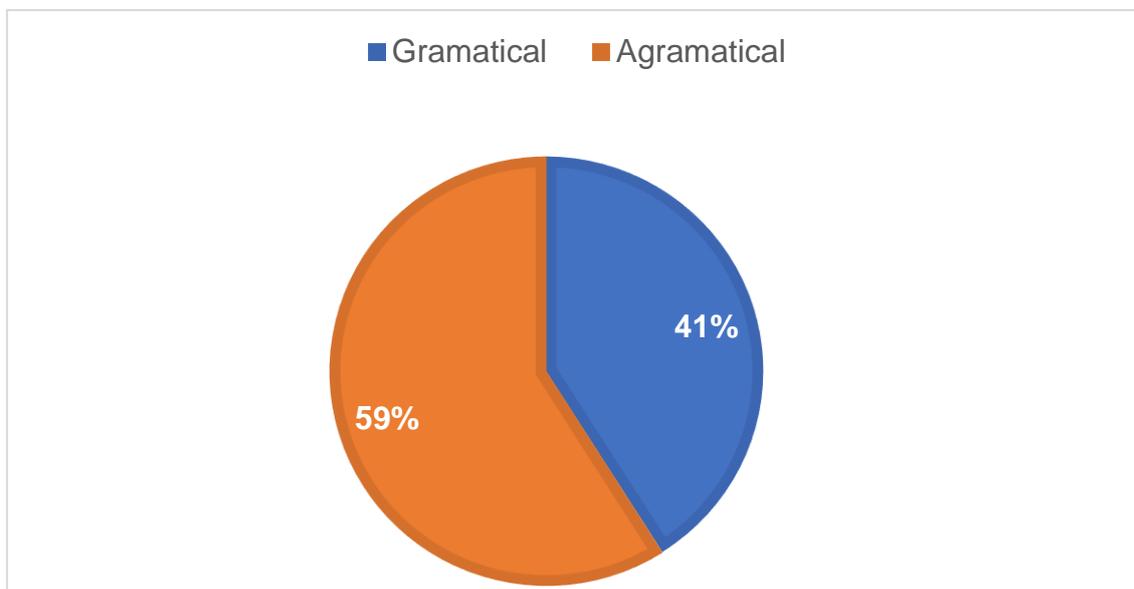


Gráfico 14. Paradigma de *TER* no PI - informantes do ISPK



Nos gráficos 13 e 14 podemos confrontar a percentagem de desvio à norma existente na atividade de conjugação do verbo *ter* no PI. De um total de 200 informantes, no IMIL, 118 apresentam algum tipo de desvio (58,53%), enquanto no ISPK, de uma amostra de 41, foram 24 aqueles que apresentaram formas agramaticais.

Nesta atividade, tanto os informantes do IMIL quanto os do ISPK demonstram alguma hesitação relativamente ao uso dos tempos verbais do PP e do PI, existindo confusão entre estes e os tempos do presente, futuro e condicional. Registámos a agramaticalidade no uso da 3ª pessoa do plural do verbo *ter* (*tinhão* em vez de *tinham*), bem como a confusão entre a 2ª pessoa do plural e a 3ª pessoa do plural (*vós tinham/ eles tinham*), ainda que estatisticamente pouco significativa. Verificámos, com maior frequência, a agramaticalidade na conjugação verbal da 2ª pessoa do plural (*vós tinhais* em vez de *vós tínheis*).

#### 4.1.7 Paradigma de *IR* no PP: análise de ocorrências

Tabela 9 - Atividade Nº 5 - Ocorrências em conformidade com o padrão europeu

| Instituição          | Pessoa gramatical           | Quantidade | Porcentagem |
|----------------------|-----------------------------|------------|-------------|
| IMIL<br>(10ª classe) | 1ª sing.                    | 1          | 0,50        |
|                      | 2ª sing.                    | 1          | 0,50        |
|                      | 3ª sing.                    | 1          | 0,50        |
|                      | 1ª pl.                      | 6          | 3,00        |
|                      | 2ª pl.                      | 29         | 14,50       |
|                      | 3ª pl.                      | 56         | 28,00       |
|                      | <b>Total de informantes</b> | 94         | 47,00       |

|                  |                             |    |       |
|------------------|-----------------------------|----|-------|
| ISPK<br>(2º ano) | 3ª sing.                    | 1  | 2,40  |
|                  | 2ª pl.                      | 4  | 9,80  |
|                  | 3ª pl.                      | 17 | 41,50 |
|                  | <b>Total de informantes</b> | 22 | 53,70 |

O grupo de informantes do IMIL apresenta formas desviantes em número superior às formas normativas, como tem sido a tendência, até agora (cf. tabelas 3 a 10). Verifica-se uma percentagem total de conformidade de 47,00% no IMIL, enquanto no ISPK esta é de 53,70%. Registe-se que esta é a única ocasião em que a percentagem de desvio é superada pela percentagem de ocorrências normativas. Nos dois grupos de informantes (241) constata-se que a 2ª e 3ª pessoas do plural são aquelas que, aparentemente, melhor são dominadas pelos alunos: 42,50% para os informantes do IMIL e 51,30% para os do ISPK. Confirma-se que as restantes pessoas gramaticais têm valores residuais em relação à norma: 4,50% (IMIL) e 2,40% (ISPK).

Abaixo apresentamos a comparação das ocorrências percentuais por grupo de informantes:

Gráfico 15. Paradigma de *IR* no PP - informantes do IMIL

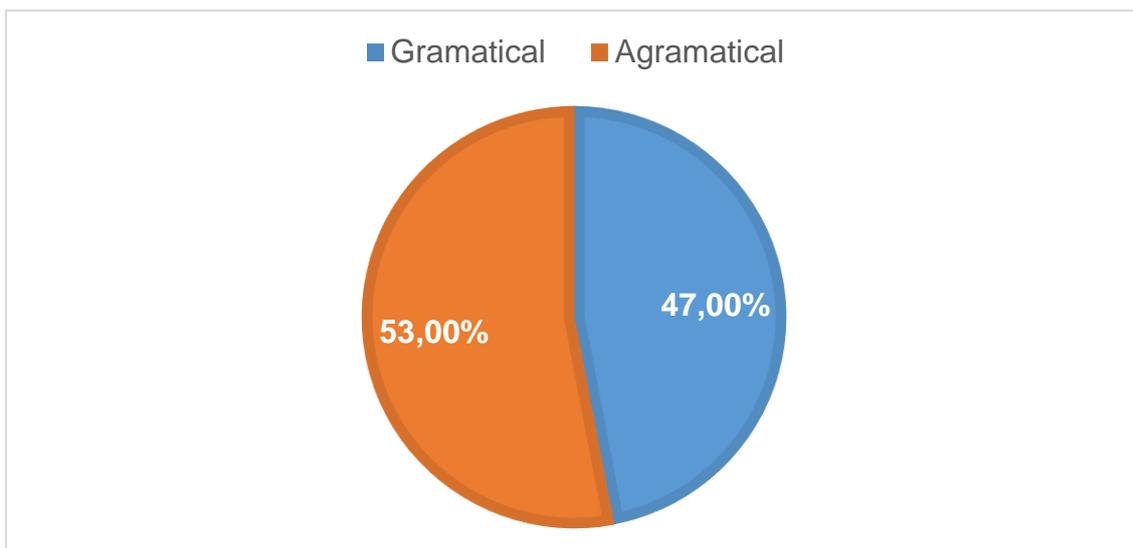
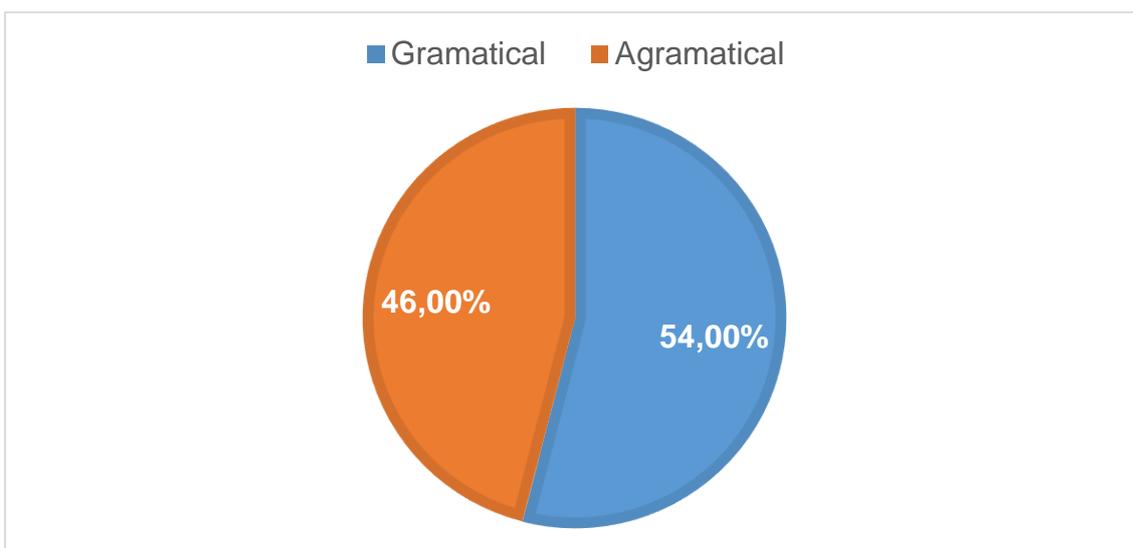


Gráfico 16. Paradigma de *IR* no PP - informantes do ISPK



A análise dos gráficos permite-nos concluir que existe uma aproximação percentual nos dois grupos de informantes, relativamente às formas gramaticais e agramaticais. As formas agramaticais mais frequentes registaram-se na 2ª pessoa do plural (*vós foste/fosteis* em vez de *vós fostes*); na 3ª pessoa do plural (*eles forão* em vez de *eles foram*); na confusão entre a 1ª pessoa do singular e a 3ª pessoa do singular (*eu foi* em vez de *eu fui/ele foi*).

#### 4.1.8 Paradigma de *IR* no PI: análise de ocorrências

Tabela 10 - Ocorrências em conformidade com o padrão europeu

| Instituição          | Pessoa gramatical           | Quantidade | Percentagem |
|----------------------|-----------------------------|------------|-------------|
| IMIL<br>(10ª classe) | 1ª sing.                    | 1          | 0,50        |
|                      | 2ª sing.                    | 2          | 1,00        |
|                      | 3ª sing.                    | 3          | 1,50        |
|                      | 1ª pl.                      | 2          | 1,00        |
|                      | 2ª pl.                      | 46         | 23,00       |
|                      | 3ª pl.                      | 31         | 15,50       |
|                      | <b>Total de informantes</b> | 85         | 42,50       |

|                  |                             |    |       |
|------------------|-----------------------------|----|-------|
| ISPK<br>(2º ano) | 1ª pl.                      | 1  | 2,40  |
|                  | 2ª pl.                      | 10 | 24,40 |
|                  | 3ª pl.                      | 9  | 22,00 |
|                  | <b>Total de informantes</b> | 20 | 48,80 |

A conjugação do verbo *ir* no PI apresenta algum equilíbrio entre aquilo que é considerado gramatical e as formas desviantes utilizadas pelos alunos. Assim, os informantes do IMIL apresentam uma percentagem de conformidade na ordem dos 42,50%, o que equivale a 85 formas gramaticais. No ISPK, foram 20

os informantes que seguiram a norma, o que corresponde a uma percentagem de 48,80%. Registe-se que neste instituto a percentagem de gramaticalidade nas três pessoas do singular é de 0%.

Veja-se a comparação das ocorrências percentuais por cada grupo de informantes nos gráficos que se seguem.

Gráfico 17. Paradigma de *IR* no PI - informantes do IMIL

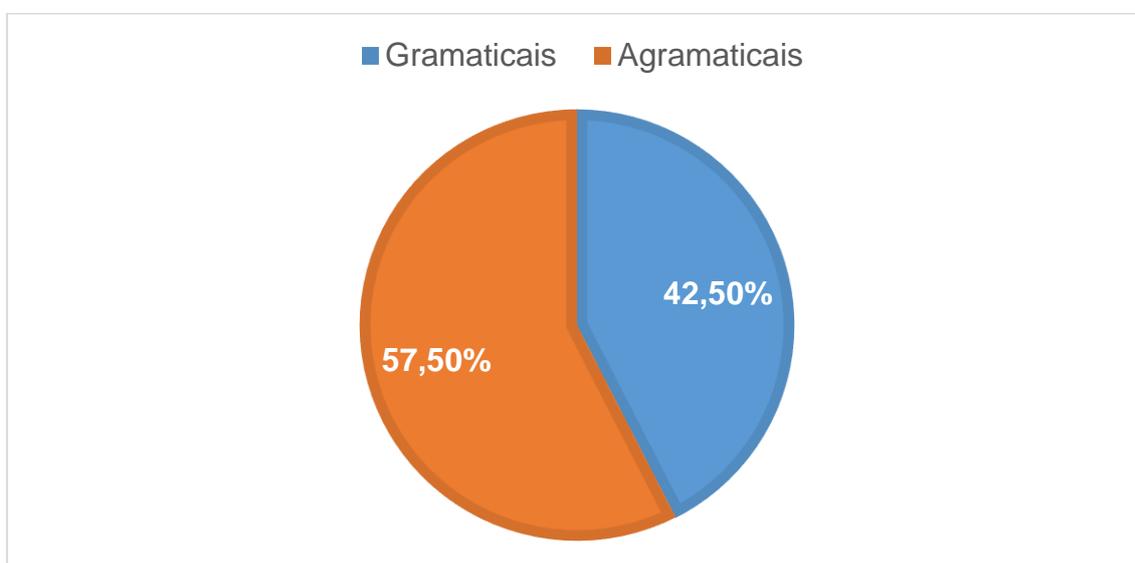
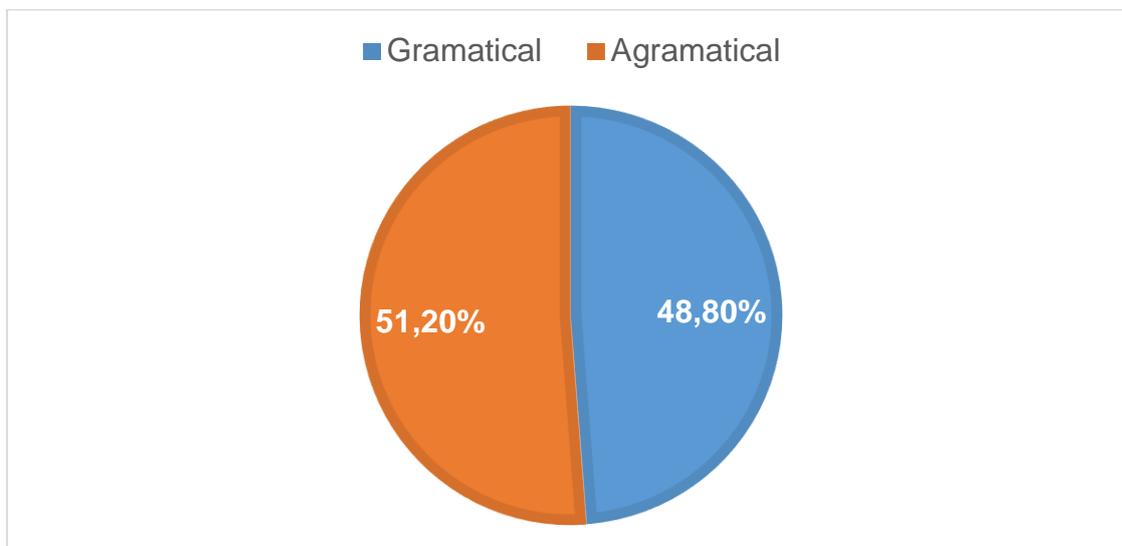


Gráfico 18. Paradigma de *IR* no PI - informantes do ISPK



Os gráficos 17 e 18 apresentam uma elevada percentagem de agramaticalidade, devido, sobretudo, a: troca de tempos verbais; desvios ortográficos na 3ª pessoa do plural (*eles ião* em vez de *eles iam*); desvios de conjugação do verbo *ir* na 2ª pessoa do plural (*vósiais/ies/iam* em vez de *vós íeis*); e ainda a troca do verbo *ir* pelo verbo *ser* (*eu era* em vez de *eu ia*).

#### **4.2 Síntese da análise das atividades de conjugação verbal**

Realizada a análise das atividades de conjugação verbal das tabelas 5 a 10, concluímos que a dificuldade de conjugação não existe apenas nos informantes do grupo A, estudantes do ensino médio, mas também nos informantes do grupo B, estudantes do ensino superior. Em todos os casos, analisados anteriormente, verificamos desvios que aparentemente correspondem a falta de competência ao nível da morfologia verbal. Poderá haver outras causas. Recorrendo ao *corpus* do nosso trabalho, talvez o problema resida também no desconhecimento que os informantes parecem ter das designações terminológicas, dado que

usaram diversas vezes, outros tempos verbais (presente do indicativo, futuro imperfeito do indicativo e condicional).

Em todo o caso, os dados ilustrados nas tabelas e gráficos acima apresentados e discutidos comprovam as dificuldades dos informantes em distinguir os tempos verbais do PP e do PI do Indicativo. Dos três verbos analisados nesta pesquisa, o verbo *ir* foi o que teve mais ocorrências conforme à norma padrão. No PP regista-se uma conformidade com uma percentagem de 48,00%, enquanto no PI há uma descida ligeira para os 43,60%. O verbo *estar* encontra-se na tendência oposta, com o maior número de ocorrências desviantes: 74,69% no PP e 59,34% no PI.

No IMIL, a 2ª pessoa do plural foi a que apresentou maior percentagem de conformidade à norma, enquanto a 1ª pessoa do singular aquela que mais usos desviantes registou. No ISPK, destaque-se a 3ª pessoa do plural como a que apresentou mais formas gramaticalmente corretas, enquanto a 3ª pessoa do singular a que mais desvios evidenciou.

Os resultados apresentados não foram concordantes com que parecia ser o domínio das formas verbais, uma vez que os alunos, tendo realizado corretamente o exercício de preenchimento, não conseguiram identificar o tempo empregue. Desta forma, os informantes do estudo evidenciaram que fora de um contexto frásico, a identificação de um determinado paradigma verbal, com a variação dos marcadores de pessoa e número, torna a tarefa substancialmente mais complicada. Demonstram, ainda, dificuldades na flexão verbal enquanto “(...) operação sobre o tema verbal” (Mota, 2020: 2937) e, particularmente, como refere a autora, sobre os elementos flexionais.

Os resultados apurados acima afastaram-se dos resultados obtidos no exercício anterior. O padrão de conjugação verbal, baseado nos paradigmas gramaticais, as noções da distinção entre o PP e o PI, bem como a noção de pessoa revelaram dificuldades sentidas pelos alunos.

Destacamos os seguintes dados preliminares, que podem ser atribuídos aos dois grupos de teste:

- i) Colocação das formas verbais do PI no lugar do PP e vice-versa;
- ii) Substituição do PP e do PI pelo condicional;
- iii) Substituição do PP e do PI pelo futuro;
- iv) Uso do presente do indicativo, em vez do PP;
- v) Uso agramatical da forma verbal da 2ª pessoa do singular na flexão em número;
- vi) Não colocação do acento agudo nas formas verbais da 1ª pessoa do plural do PI;
- vii) Confusão entre a terminação átona *-am* e o ditongo *-ão*, com o mesmo valor.

Acreditamos que entender a estrutura morfológica do verbo é da maior importância para a compreensão, não só da sua formação, mas também da sua funcionalidade, atendendo a que tal é determinante para que o aluno consiga identificar/selecionar corretamente a forma verbal pretendida.

### 4.3 Observações sobre o uso de PP

Tabela 11 - Atividade Nº 6 - Ocorrências de usos

| Frases  | Instituição | Forma verbal | Quantidade | Porcentagem |
|---|-------------|--------------|------------|-------------|
| Não <b>estive</b> ninguém em casa.            | IMIL        | Agramatical  | 153        | 76,50       |
|   |             | Gramatical   | 47         | 23,50       |
|   |             | Total        | 200        | 100,00      |
|   | ISPK        | Agramatical  | 30         | 73,20       |
|   |             | Gramatical   | 11         | 26,80       |
|   |             | Total        | 41         | 100,00      |
| Unidos, <b>fomos</b> mais felizes.            | IMIL        | Agramatical  | 160        | 80,00       |
|   |             | Gramatical   | 40         | 20,00       |
|   |             | Total        | 200        | 100,00      |
|   | ISPK        | Agramatical  | 34         | 82,90       |
|   |             | Gramatical   | 7          | 17,10       |
|   |             | Total        | 41         | 100,00      |
| Quem <b>soube</b> da notícia?                 | IMIL        | Agramatical  | 134        | 67,00       |
|   |             | Gramatical   | 66         | 33,00       |
|   |             | Total        | 200        | 100,00      |
|   | ISPK        | Agramatical  | 25         | 61,00       |
|   |             | Gramatical   | 16         | 39,00       |
|   |             | Total        | 41         | 100,00      |
| Eles <b>vieram</b> .                          | IMIL        | Agramatical  | 173        | 86,50       |
|   |             | Gramatical   | 27         | 13,50       |
|   |             | Total        | 200        | 100,00      |
|   | ISPK        | Agramatical  | 35         | 85,40       |
|   |             | Gramatical   | 6          | 14,60       |
|   |             | Total        | 41         | 100,00      |
| Houve um acidente. Eu <b>estive</b> no local. | IMIL        | Agramatical  | 146        | 73,00       |
|   |             | Gramatical   | 54         | 27,00       |
|   |             | Total        | 200        | 100,00      |
|   | ISPK        | Agramatical  | 26         | 63,40       |
|   |             | Gramatical   | 15         | 36,60       |
|   |             | Total        | 41         | 100,00      |

As informações da tabela 11 são ilustradoras de, no contexto do português escrito e falado em Angola, o ensino do PP parece estar subvalorizado, pois os dados relativos ao uso desta forma revelam dificuldades e uso aleatório. Deste

modo, e de maneira geral, das cinco frases do PP produzidas pelos 241 participantes, totalizando 1.205 formas verbais, 289 (24%) foram empregues em conformidade com o paradigma da norma europeia, enquanto uma larga maioria de 916 (76%) formas apresenta desvios em relação a essa norma. Do total de formas verbais (1.000) dos informantes, do IMIL, envolvidos no exercício de substituição, 234 (23,40%) foram substituídas corretamente e 766 (76,60%) incorretamente. Do total de formas verbais (205) no ISPK foram substituídas corretamente 55 (26,82%) e 150 (73,18%) foram empregues incorretamente. Os gráficos 19 e 20 ilustram o que acabámos de dizer, relativamente aos dados gerais, dos dois Institutos.

Os resultados apresentados na tabela 11 revelam uma lacuna no uso do PP do indicativo. Verificámos que 76,02% dos informantes apresentam grandes dificuldades na substituição das formas verbais para o PP, o que pode indiciar falta de domínio do conceito de tempo verbal.

Gráfico 19. Substituição das formas verbais pelo PP - informantes do IMIL

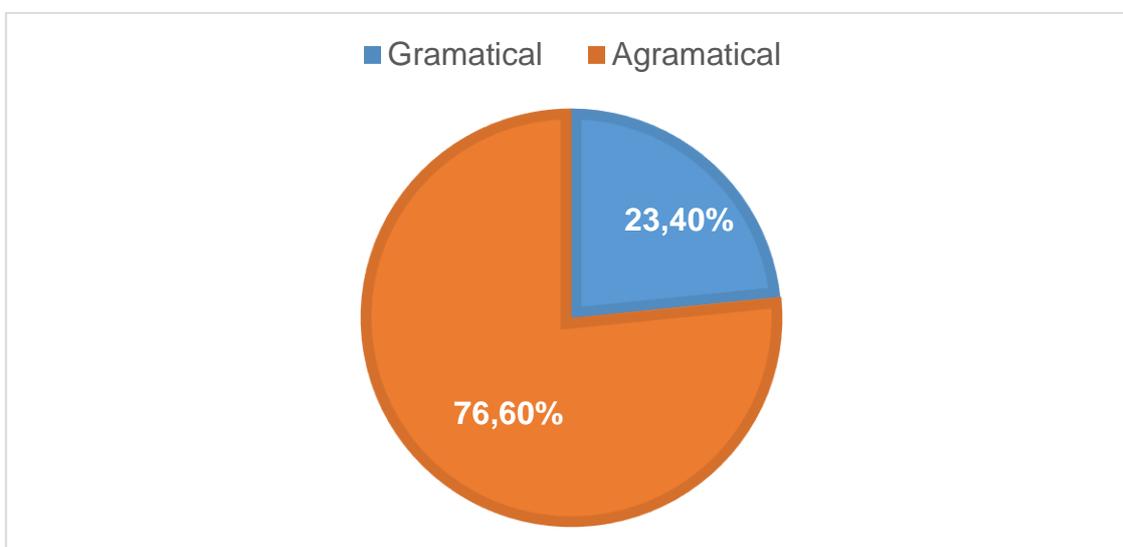
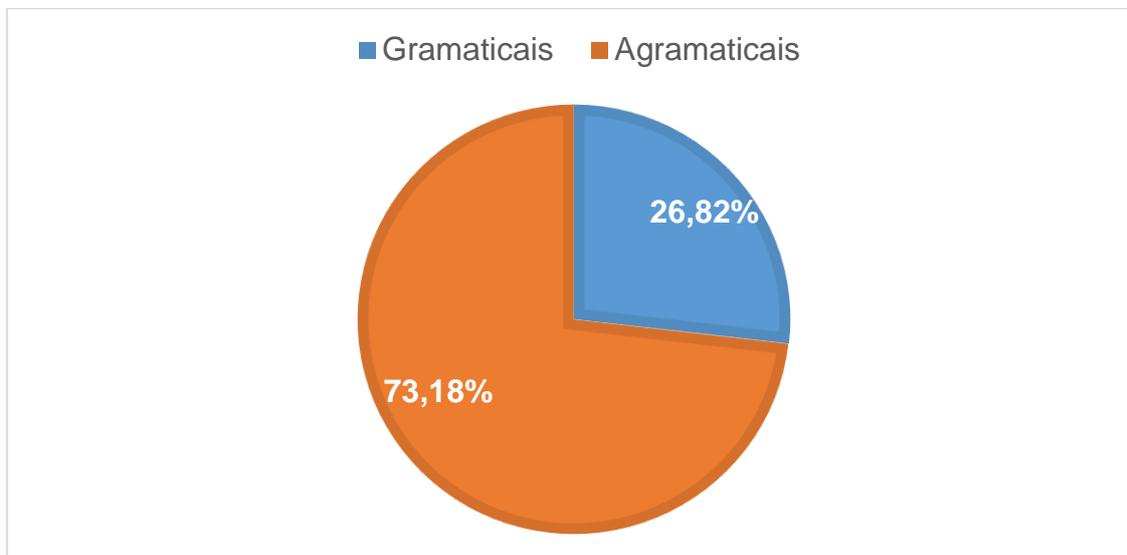


Gráfico 20. Substituição das formas verbais pelo PP - informantes do ISPK



Como podemos observar nos gráficos 19 e 20, há maior ocorrência de desvio na substituição das formas verbais pelo PP nos dois Institutos, com uma diferença de 3,42%. O verbo *vir*, na 3ª pessoa do plural, foi o que mais se destacou enquanto uso desviante, com 173 (86,50%) ocorrências no IMIL e 35 (85,36%) no ISPK. O verbo *saber* aquele que mais se aproximou da norma europeia, com 66 (33,00%) ocorrências no IMIL e 16 (39,02%) ocorrências no ISPK.

A atividade 6 pede, especificamente, a substituição do tempo verbal apresentado pelo PP do indicativo. Não se trata de aferir se a frase em questão é gramatical, ou agramatical, mas se o aluno tem competência para substituir o tempo indicado pelo PP. Assim, em (66), (70) e (73) seguintes os informantes [A81], [A195] e [A196] optam pelo PI, em vez de seguirem as instruções da atividade. Os informantes [A199], [A7] optam pelo presente, enquanto o futuro é escolha dos informantes [A195] e [A111]. Por fim, indique-se ainda a escolha do condicional

pelo informante [B221]. Vejam-se algumas amostras do par informante/frase relativo ao assunto que acima abordámos:

(66) Não **estava** ninguém em casa. [A81]

(67) Unidos, **seríamos** mais felizes. [B221]

(68) Unidos, **somos** mais felizes. [A199]

(69) Quem **sabe** da notícia? [A7]

(70) Quem **sabia** da notícia? [A195]

(71) Eles **virão**. [A195]

(72) Houve um acidente. Eu **estarei** no local. [A111]

(73) Houve um acidente. Eu **estava** no local. [A196]

A aparente falta de conhecimento dos tempos verbais remete-nos para aquilo a que chamamos de possível “uso aleatório” destas mesmas formas, pois é considerado acidental ou eventual, quando o falante não tem a noção da sua diferença, ou seja, o uso do PI ou do PP não acarreta, para o falante em causa, qualquer diferença no significado. A indicação recebida para o presente exercício implicava que o aluno encarasse a transformação para uma ação já terminada, mas, para tal, teria de ter conhecimento do PP, o que não se verifica nos informantes acima apontados. Assim, apresentam-se abaixo, os tempos do PP pedidos no exercício em causa:

(74) Não **esteve** ninguém em casa. (A94)

(75) Unidos, **fomos** mais felizes. (A102)

(76) Quem **soube** da notícia? (A97)

(77) Eles **vieram**. (B222)

(78) Houve um acidente. Eu **estive** no local. (B224)

Em todos estes exemplos, verificámos a marcação das formas verbais do PP, com a realização de acontecimentos no passado, o que significa que a ação está terminada (período de tempo completo). Os enunciados (66)-(73) indiciam que os inquiridos não conseguiram atingir o objetivo proposto pela atividade.

#### 4.4 Observações sobre o uso de PI

Tabela 12 - Atividade Nº 7 - Ocorrências de usos

| Frases                              | Instituição | Forma verbal | Quantidade | Percentagem |
|-------------------------------------|-------------|--------------|------------|-------------|
| Não <b>estava</b> ninguém em casa.  | IMIL        | Agramatical  | 115        | 57,50       |
|                                     |             | Gramatical   | 85         | 42,50       |
|                                     |             | Total        | 200        | 100,00      |
|                                     | ISPK        | Agramatical  | 26         | 63,40       |
|                                     |             | Gramatical   | 15         | 36,60       |
|                                     |             | Total        | 41         | 100,00      |
| Unidos, <b>éramos</b> mais felizes. | IMIL        | Agramatical  | 158        | 79,00       |
|                                     |             | Gramatical   | 42         | 21,00       |
|                                     |             | Total        | 200        | 100,00      |
|                                     | ISPK        | Agramatical  | 30         | 73,20       |
|                                     |             | Gramatical   | 11         | 26,80       |
|                                     |             | Total        | 41         | 100,00      |
| Quem <b>fugia</b> do trabalho?      | IMIL        | Agramatical  | 106        | 53,00       |
|                                     |             | Gramatical   | 94         | 47,00       |
|                                     |             | Total        | 200        | 100,00      |
|                                     | ISPK        | Agramatical  | 19         | 46,30       |
|                                     |             | Gramatical   | 22         | 53,70       |
|                                     |             | Total        | 41         | 100,00      |
| Eu <b>vinha</b> todos os            | IMIL        | Agramatical  | 147        | 73,50       |
|                                     |             | Gramatical   | 53         | 26,50       |

|   |      |             |     |        |
|---|------|-------------|-----|--------|
| dias à escola.                                    | ISPK | Total       | 200 | 100,00 |
|   |      | Agramatical | 33  | 80,50  |
|   |      | Gramatical  | 8   | 19,50  |
|   |      | Total       | 41  | 100,00 |
| Eu estudava sempre a matéria de língua portuguesa | IMIL | Agramatical | 125 | 62,50  |
|   |      | Gramatical  | 75  | 37,50  |
|   |      | Total       | 200 | 100,00 |
|   | ISPK | Agramatical | 25  | 61,00  |
|   |      | Gramatical  | 16  | 39,00  |
|   |      | Total       | 41  | 100,00 |

O uso aleatório a que nos referimos na tabela anterior volta a evidenciar-se na tabela 12. O estudo do PI do Indicativo, nas instituições em causa, poderá ter sido também subvalorizado, tendo em atenção as percentagens que se apresentam. Deste modo, das 1.205 formas verbais, 421 (34,93%) foram empregues em conformidade com a norma padrão, enquanto 784 (65,07%) constituem ocorrências desviantes. Do total de formas verbais (1.000) dos informantes do IMIL, envolvidos no exercício de substituição, 349 (34,90%) foram substituídas de acordo com as indicações fornecidas no exercício, mas em 651 (65,10%) formas, tal não aconteceu. Do total de formas verbais (205) dos participantes do ISPK, 72 foram substituídas em conformidade com as indicações fornecidas no exercício, o que corresponde a 35,12%. Verificou-se que 133 (64,88%) não cumpriram as indicações fornecidas pelo exercício.

Nos gráficos 21 e 22, comparámos as ocorrências dos dois Institutos e verificámos que, tanto o IMIL como ISPK mantêm o maior número de ocorrências de desvio em relação ao solicitado pelo exercício, com uma diferença de apenas 0,22%. A maior percentagem de inconformidade em relação ao exercício proposto corresponde aos informantes do IMIL: o verbo *ser*, na 1ª pessoa do

singular apresenta 158 ocorrências (79,00%). Por sua vez, foi no verbo *vir*, na 1ª pessoa do singular que os informantes do ISPK apresentaram mais dificuldades: em 33 ocorrências não foram cumpridos os requisitos propostos pelos exercícios (80,48%).

Gráfico 21. Substituição das formas verbais pelo PI - informantes do IMIL

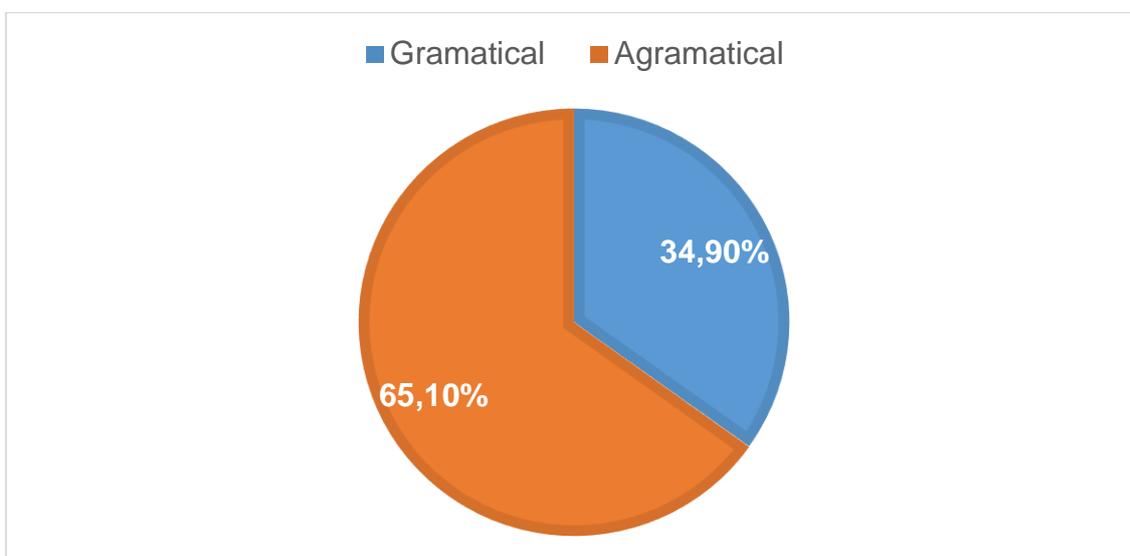
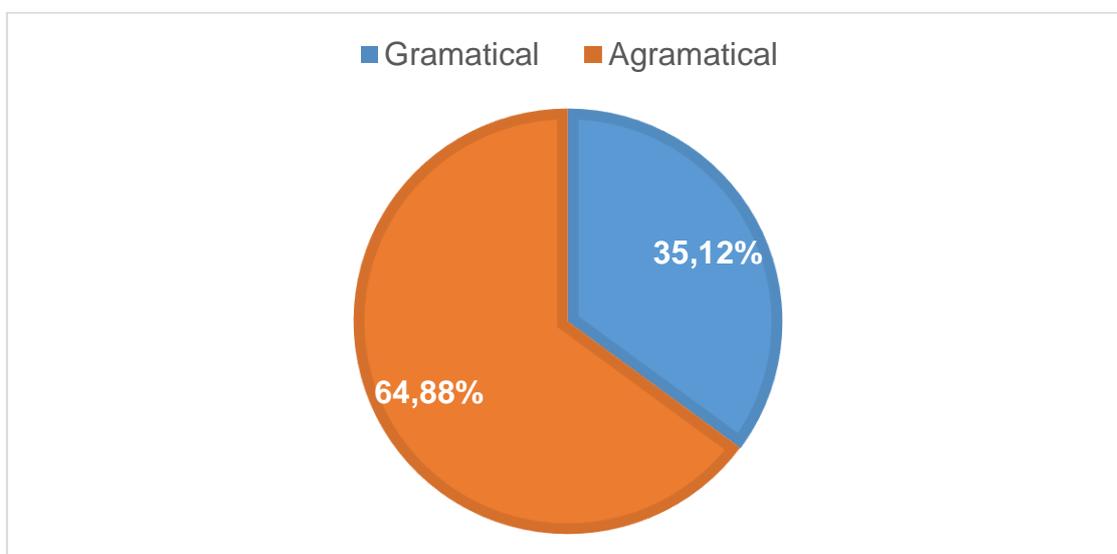


Gráfico 22. Substituição das formas verbais pelo PI - informantes do ISPK



Relativamente ao pedido de substituição das formas verbais indicadas na atividade 7, pelo PI, verificámos, que nos casos que apresentaremos abaixo, tal requisito não foi cumprido, tendo os informantes [A20], [A76] e [B220] optado pelo uso do PP. Os informantes [B216], [A12] e [A47] consideraram que o futuro seria mais adequado, falhando o solicitado pela atividade. Finalmente, o condicional foi a forma eleita pelos informantes [B210], [B217] e [B214]. O objetivo da atividade seria verificar se o aluno conhece a forma verbal do PI, o que parece não ter acontecido na amostra de algumas frases expostas abaixo:

(79) Não **esteve** ninguém em casa. [A20]

(80) Não estará ninguém em casa. [B216]

(81) Unidos, seremos mais felizes. [A12]

(82) Unidos, seríamos mais felizes. B210

(83) Quem fugirá do trabalho? [A47]

(84) Quem fugiria do trabalho? [B217]

(85) Eu viria todos os dias à escola. [B214]

(86) Eu **fui** todos os dias à escola. [A76]

(87) Eu **estudei** sempre a matéria de língua portuguesa. [B220]

Parece-nos que, por um lado, a substituição do PI pela forma verbal do PP, na maioria das ocorrências verificadas neste estudo, não acarreta uma diferença de significado, e, presumivelmente, por se tratar de tempo do passado, “não existe”, para o falante, o tempo externo (o tempo) e o tempo interno (o aspeto) do verbo, como acontece em (79), (86) e (87). O PI indica-nos um acontecimento situado

no passado, mas não concluído. Existe, por isso a ideia de continuidade do processo verbal (cf. Cunha e Cintra, 2014: 564 - 569). Seria esse o propósito da atividade 7.

As formas verbais esperadas ilustram-se nas frases que apresentamos abaixo:

(88) Não **estava** ninguém em casa. (A127)

(89) Unidos, **éramos** mais felizes. (A126)

(90) Quem **fugia** do trabalho? (A116)

(91) Eu **vinha** todos os dias à escola. (B228)

(92) Eu **estudava** sempre a matéria de língua portuguesa. (B223)

#### **4.5 Síntese da análise da observação do PP e do PI**

Sintetizando as duas atividades, podemos afirmar, com alguma segurança, que a maneira como foram substituídas as formas verbais demonstra um fraco domínio do uso destes tempos verbais. Em relação à substituição pelo PP houve uma conformidade com a indicação da atividade de apenas 23,98% enquanto 76,02% dos informantes optou por substituir a forma verbal por outros tempos verbais. Em relação ao pedido de substituição pelo PI, 34,93% dos informantes cumpriu a indicação, mas 65,07% não o fez.

Assim, para respondermos à questão colocada pelo nosso estudo, relacionada com o uso aleatório das formas do PP e do PI, avançamos duas hipóteses:

Hipótese 1. As dificuldades são influenciadas por se tratar de tempos do passado;

Hipótese 2. O estudo dos tempos verbais não tem merecido atenção suficiente na planificação dos conteúdos de ensino da língua portuguesa.

De assinalar que, ainda que esteja presente na planificação o estudo dos tempos verbais, tal não parece ter resultados, porquanto os alunos parecem não reconhecer os tempos do PP e do PI. Ao estudo do verbo parece não ser dedicado o tempo suficiente em sala de aula, tempo que inclui a exposição do assunto, a reflexão sobre o mesmo e as necessárias atividades práticas que contribuirão, de forma definitiva, para a consolidação dos conhecimentos (cf. Anexo II).

#### **4.6 Textos de produção espontânea: aspetos da variação nos usos de PP e PI**

O texto de produção espontâneo reflete aquilo que é o conhecimento do mundo dos indivíduos envolvidos na pesquisa, relativamente ao uso das formas verbais do PP e do PI. O que nos interessou abordar neste estudo foi a análise da categoria do aspeto verbal acabado e inacabado, para percebermos a variação e/ou dos usos aleatórios destes tempos verbais, como já fizemos notar.

Nas frases que apresentaremos constam o código do informante (A e B), bem como a sua produção (sublinhada). De seguida, apresentamos as propostas de correção dos professores (códigos C1 a C9). Como referimos em 3.2 pretendemos chamar a atenção para os desvios à norma existentes nos trechos dos informantes, porquanto muitas destas frases apresentam-se agramaticais

em qualquer que seja a variante em apreço. Veja-se, por exemplo, a frase (101a), ilustrativa de um desvio à norma: *Um rapaz **pediu-me** em namoro, pelas redes sociais e eu **fiquei** estática, sem fazer nada. **Ignorei-o** muitas vezes. Um belo dia, eu ao voltar da escola, ele **está** vindo na minha direção, e eu **fiquei** a me perguntar: vou dizer-lhe o quê?* Verificamos nesta frase, por exemplo, desvios a nível sintático.

Vejamos como a escolha do tempo verbal pode ter uma influência ao nível do sentido da frase. Para tal, analisemos alguns trechos retirados dos textos<sup>35</sup>.

### **Informante (A32)**

(93) a. Quando eram 10 horas, tive de me preparar porque iria ao cinema com o meu melhor amigo. Às 12 horas, eu já **estava** preparada e o Shopping **é** no Morro Bento e eu **vivo** no Zango.

b. Quando eram 10 horas, tive de me preparar porque iria ao cinema com o meu melhor amigo. Às 12 horas, eu já **estava** preparada e o Shopping **era** no Morro Bento e eu **vivia** no Zango. (C1; C2; C3; C5; C6; C7; C8; C9)

c. Quando eram 10 horas, tive de me preparar porque iria ao cinema com o meu melhor amigo. Às 12 horas, eu já **estava** preparada e o Shopping **foi** no Morro Bento e eu **vivia** no Zango. (C4)

No texto (93a) o informante narra um acontecimento anterior ao momento da enunciação. Apesar de ser esse o caso, a ocorrência do presente do indicativo

---

<sup>35</sup> As frases sublinhadas correspondem aos trechos retirados dos textos de produção espontânea realizados pelos informantes dos grupos A e B. As restantes frases (alíneas b) e seguintes correspondem às correções das formas verbais pelo Grupo de Controlo (grupo C).

é gramaticalmente aceitável “(...) o Shopping **é** no Morro Bento/ eu **vivo** no Zango”. A única correção que se impõe será ao nível da pontuação: “Quando eram 10 horas, tive de me preparar porque iria ao cinema com o meu melhor amigo. Às 12 horas, eu já **estava** preparada. O Shopping **é** no Morro Bento e eu **vivo** no Zango”. A escolha do presente do indicativo, no contexto especificado, transmite ao ouvinte/leitor uma informação intemporal.

Ainda que as formas verbais em (93b), não sejam as mesmas de (93a) são, igualmente, gramaticalmente aceitáveis. Neste trecho o uso do PI transmite a noção de continuidade do evento passado. Em (93c), o uso do PP na oração copulativa “e o Shopping **foi** no Morro Bento” torna a frase agramatical. Tendo em consideração que a forma verbal no infinitivo será *ser*, estabelecer-se-ia uma proposição do género “foi, mas já não é”, ou seja, *ser* é, aqui, sinónimo de *localizar* ou situar. Se considerarmos que a forma verbal poderia ser *ir*, a explicação é diferente: não se pode atribuir qualidades humanas a algo inanimado, pois um “Shopping” não tem a capacidade de se deslocar.

### **Informante (A65)**

(94) a. Um dos episódios da minha vida, no momento de férias, **foi** quando eu **estava** na casa da minha tia. Isso **era** em 2015.

b. Um dos episódios da minha vida, no momento de férias, **foi** quando eu **estava** na casa da minha tia. Isso **era** em 2015. (C2)

c. Um dos episódios da minha vida, no momento de férias, **era** quando eu **estava** na casa da minha tia. Isso **foi** em 2015. (C1)

d. Um dos episódios da minha vida, no momento de férias, **foi** quando eu **estava** na casa da minha tia. Isso **foi** em 2015. (C3; C4; C5; C8; C9)

e. Um dos episódios da minha vida, no momento de férias, **foi** quando eu **estive** na casa da minha tia. Isso **foi** em 2015. (C6; C7)

Em todas as frases apresentadas, verificámos a variação das formas verbais *estar* e *ser*, sendo, por isso, possível refletir sobre o emprego indiferenciado do aspeto verbal acabado e inacabado. Retomando a frase (94a), verificamos que nela o uso do PP *foi* localiza a ação num momento pontual do passado, enquanto o PI *estava* não delimita o tempo de permanência na casa da tia. Esta frase, introduzida pela conjunção temporal *quando*, expressa um estado durativo, como acontece em (94b) a e). No excerto *Isso era em 2015*, a escolha do PI indica que a ação teve início no passado, podendo ou não continuar no presente. Todas as frases são gramaticalmente aceitáveis, pois nelas se estabelece uma relação:

(94 a) – PP – PI – PI

(94 b) – PP – PI – PI

(94 c) – PI – PI – PP

(94 d) – PP – PI – PP

(94 e) – PP – PP – PP

As três ações: 1) acontecimento de vida; 2) a estadia na “casa da minha tia” e 3) localização temporal. Todos os informantes, à exceção de (94c) optaram por situar o acontecimento de vida como algo que ocorreu no passado, sem ligação

com o presente: acontecimento pontual na vida dos informantes. O informante (94c) manteve a continuidade e optou por selecionar o PI para “a estadia” na casa da sua tia, optando por fechar com o PP, situando no passado o acontecimento de vida. O falante (94e) optou por colocar no PP todas as ações, equilibrando-as no mesmo espaço temporal. Já os falantes (94a, b, c, d), optariam por um passado descritivo quando a ação se referiu à estadia, podendo ser interpretado como um acontecimento que, ocorrido no passado, teve repercussões no tempo presente.

### **Informante (A79)**

(95) a. Era no dia 25 de dezembro de 2014, todos os membros da minha família se reuniram para passar o natal na casa da minha avó, estamos todos muito felizes. (C1)

b. **Foi** no dia 25 de dezembro de 2014, todos os membros da minha família se **reuniam**, para passar o Natal na casa da minha avó. **Estavam** todos muito felizes.

c. **Foi** no dia 25 de dezembro de 2014, todos os membros da minha família se **reuniam**, para passar o Natal na casa da minha avó. **Estivemos** todos muito felizes. (C3)

d. **Foi** no dia 25 de dezembro de 2014, todos os membros da minha família se **reuniram**, para passar o Natal na casa da minha avó. **Estivemos** todos muito felizes. (C4; C6)

e. **Era** no dia 25 de dezembro de 2014, todos os membros da minha família se **reuniram**, para passar o Natal na casa da minha avó. **Estávamos** todos muito felizes. (C7)

f. **Foi** no dia 25 de dezembro de 2014, todos os membros da minha família se **reuniram**, para passar o Natal na casa da minha avó. **Estávamos** todos muito felizes. (C5; C8; C9)

g. **Era** no dia 25 de dezembro de 2014, todos os membros da minha família se **reuniram**, para passar o Natal na casa da minha avó. **Estavam** todos muito felizes. (C2)

O uso do PI nas frases (95a, c e g) diz respeito a um acontecimento que se prolongou no passado, característica do texto narrativo-descritivo. Estamos perante um evento ocorrido e datado em 25 de dezembro de 2014, frases (95b-d, f) e em que os informantes optaram pelo PP, situando o acontecimento no passado. Tendo em consideração que a categoria aspetual é subjetiva, tal permite ao locutor a escolha entre uma descrição ou narração perfeitiva ou imperfetiva da situação apresentada por um determinado verbo, dependendo também da visão de cada indivíduo. Esta escolha entre uma descrição ou narração excetua-se das formas verbais **reuniram/estamos** (acabado/inacabado) em (95a), por o presente do indicativo não comutar com os tempos do PP e PI, nesta frase.

### Informante (A105)

(96) a. Em férias, quando eu **ia** à casa da minha avó, ela e o meu pai **dizia**: foi aqui que a tua mãe **morreu**.

b. Em férias, quando eu **fui** à casa da minha avó, ela e o meu pai **disse**: foi aqui que a tua mãe **morreu**. (C1)

c. Em férias, quando eu **ia** à casa da minha avó, ela e o meu pai **diziam**: foi aqui que a tua mãe **morreu**. (C2)

d. Em férias, quando eu **fui** à casa da minha avó, ela e o meu pai **diziam**: foi aqui que a tua mãe **morreu**. (C3; C5)

e. Em férias, quando eu **fui** à casa da minha avó, ela e o meu pai **disseram**: foi aqui que a tua mãe **morreu**. (C4; C7; C8)

f. Em férias, quando eu **fosse** à casa da minha avó, ela e o meu pai **diziam**: foi aqui que a tua mãe **morreu**. (C9)

g. Em férias, quando eu **ia** à casa da minha avó, ela e o meu pai **dizia**: foi aqui que a tua mãe **morreu**. (C6)

As frases (96a-g) remetem para acontecimentos habituais em *ia* e *diziam*, enquanto o aspeto acabado é fornecido por *morreu*. Nas frases acima há problemas de concordância entre o sujeito “ela e o meu pai” e a forma verbal *dizia* em (96a), (96b) e (96g). Não sendo a concordância alvo da nossa análise, considerámos, ainda assim, pertinente chamar a atenção para este aspeto. Foquemo-nos na escolha dos verbos por parte dos informantes.

Em (96f), o uso de imperfeito do conjuntivo na oração temporal (*fosse*), em correlação com o indicativo da oração principal (*diziam*), parece causar alguma estranheza por eventual desadequação da escolha dos lexemas verbais<sup>36</sup>. Em todo o caso, é expressa uma ideia de futuridade e não de passado.

### Informante (A112)

(97) a. Depois do culto ter acabado, a família **estava** a voltar para sua casa. No meio da estrada, o carro **avariou**, o meu pai **desce** para ver o que se **trata**. Um parafuso **cai** no meio da estrada. A menina **vai** correndo e **atropelaram-na**.

b. Depois do culto ter acabado, a família **estava** a voltar para sua casa. No meio da estrada, o carro **avariou**, o meu pai **desceu** para ver o que se **tratava**. Um parafuso **caiu** no meio da estrada. A menina **ia** correndo e **atropelavam-na**.  
(C1; C4)

c. Depois do culto ter acabado, a família **estava** a voltar para sua casa. No meio da estrada, o carro **avariou**, o meu pai **descia** para ver o que se **tratava**. Um parafuso **caiu** no meio da estrada. A menina **ia** correndo e **atropelaram-na**.  
(C2)

d. Depois do culto ter acabado, a família **estava** a voltar para sua casa. No meio da estrada, o carro **avariou**, o meu pai **desceu** para ver o que se **tratava**.

---

<sup>36</sup> Note-se a atestação de Neves (2000: 792) “**Quando chegasse** o dia, em Petrolina, eles **iam ficar** envergonhados de ter engolido tanta mentira”, no estudo da correlação de tempos verbais nas construções temporais.

Um parafuso **caíra** no meio da estrada. A menina **foi** correndo e **atropelaram-na**. (C3)

e. Depois do culto ter acabado, a família **estava** a voltar para sua casa. No meio da estrada, o carro **avariou**, o meu pai **desceu** para ver o que se **tratava**. Um parafuso **caiu** no meio da estrada. A menina **foi** correndo e **atropelaram-na**. (C5; C8; C9)

f. Depois do culto ter acabado, a família **estava** a voltar para sua casa. No meio da estrada, o carro **avariou**, o meu pai **desceu** para ver o que se **tratava**. Um parafuso **caiu** no meio da estrada. A menina **foi** correndo e **foi atropelada**. (C6)

g. Depois do culto ter acabado, a família **estava** a voltar para sua casa. No meio da estrada, o carro **avariou**, o meu pai **desceu** para ver o que se **tratava**. Um parafuso **caiu** no meio da estrada. A menina **foi** correndo e **atropelou**. (C7)

O uso do PI nas frases (97a a 97g) com a forma verbal *estava*, refere-se a um acontecimento que se prolonga até ao momento da enunciação da frase. De igual modo, os informantes, nas frases (97a a 97g), com o uso da forma verbal *avariou*, foram unânimes em considerar a situação como um acontecimento ocorrido no passado (e acabado). Em relação à forma verbal *tratava* os informantes consideraram a situação como inacabada, com exceção para o informante (97a). Nas frases (97b, d), e), f), e g)), o uso da forma verbal *desceu* indica que a situação ocorreu no passado e está terminada. No entanto, o informante (97c) considera que a mesma situação se encontra inacabada. Contrariamente aos informantes anteriores, o informante (97a) usa o presente

histórico com as formas verbais *desce*, *trata*, *cai* e *vai*, para situar o acontecimento. O PP foi o tempo atribuído para a forma verbal *caiu* na maioria das frases, excetuando o informante (A112) na frase (97a) que preferiu o presente do indicativo e o informante (C3) na frase (97d) que optou pelo uso de um outro tempo passado (pretérito mais-que-perfeito), indicando assim uma ação anterior à expressa pelo PP. Os verbos *ir* e *atropelar* foram utilizados ora como acabados, ora como inacabados com exceção da frase (97f), onde verificamos o uso da voz passiva *foi atropelada*.

### **Informante (A126)**

(98) a. Na passagem de segunda para terça-feira, ainda na cama, **começo** a ouvir os meus pais sussurrando perto do meu quarto. **Acordei** para tentar saber o que se **passava**. Eles **agarram-me** e **disseram** baixinho: estamos sendo assaltados! Acorde seu irmão.

b. Na passagem de segunda para terça-feira, ainda na cama, **comecei** a ouvir os meus pais sussurrando perto do meu quarto. **Acordei** para tentar saber o que se **passava**. Eles **agarram-me** e **disseram** baixinho: estamos sendo assaltados! Acorde seu irmão. (C6; C9)

c. Na passagem de segunda para terça-feira, ainda na cama, **comecei** a ouvir os meus pais sussurrando perto do meu quarto. **Acordei** para tentar saber o que se **passava**. Eles **agarraram-me** e **disseram** baixinho: estamos sendo assaltados! Acorde seu irmão. (C1; C3; C4; C7; C8)

d. Na passagem de segunda para terça-feira, ainda na cama, **começava** a ouvir os meus pais sussurrando perto do meu quarto. **Acordei** para tentar saber o que se **passava**. Eles **agarravam-me** e **diziam** baixinho: estamos sendo assaltados! Acorde seu irmão. (C2)

e. Na passagem de segunda para terça-feira, ainda na cama, **começava** a ouvir os meus pais sussurrando perto do meu quarto. **Acordei** para tentar saber o que se **passava**. Eles **agarravam-me** e **disseram** baixinho: estamos sendo assaltados! Acorde seu irmão. (C5)

A opção pelo presente em *começo* e *agarram-me* em (98a) e (98b) é consonante com um o uso do presente para indicar ações ocorridas no passado. Como argumentado por (Vilela, 1999: 164) um texto pode ser escrito no presente, garantindo o traço “passado” pelo contexto linguístico e cultural. Há narrativas passadas que utilizam o PP, mas nas quais o presente do indicativo é gramaticalmente aceitável.

De entre as frases corrigidas pelo informante (A126), consideramos a frase (98c) adequada à narração de factos ocorridos num momento passado, factos terminados (*comecei*, *acordei*, *agarraram-me* e *disseram*), por um lado, e factos contínuos (*passava*), por outro.

### **Informante (A132)**

(99) a. Eu olhei em volta e **comecei** a ouvir gritos. **Havia** muitos gritos na rua. **Assustei-me**. O meu coração **bateu** muito rápido. O batimento não se **compara** ao de quando a pessoa **corre**.

b. Eu olhei em volta e **comecei** a ouvir gritos. **Havia** muitos gritos na rua. **Assustei-me**. O meu coração **batia** muito rápido. O batimento não se **comparava** ao de quando a pessoa **corria**. (C1; C2; C8; C9)

c. Eu olhei em volta e **comecei** a ouvir gritos. **Havia** muitos gritos na rua. **Assustei-me**. O meu coração **batia** muito rápido. O batimento não se **comparava** ao de quando a pessoa **corresse**. (C3; C5)

d. Eu olhei em volta e **comecei** a ouvir gritos. **Havia** muitos gritos na rua. **Assustei-me**. O meu coração **batia** muito rápido. O batimento não se **comparava** ao de quando a pessoa **correu**. (C4, C7)

e. Eu olhei em volta e **comecei** a ouvir gritos. **Houve** muitos gritos na rua. **Assustei-me**. O meu coração **bateu** muito rápido. O batimento não se **comparou** ao de quando a pessoa **correu**. (C6)

As frases (99a) admite a comutação do PP pelo presente do indicativo, na medida em que se está a descrever uma situação num tempo indefinido: presente histórico. Nas frases do grupo de controlo, enquanto em (99b e c) os participantes situaram o acontecimento, em alguns momentos, como terminados, com o uso das formas verbais *comecei* e *assustei*, em outros momentos consideraram o acontecimento como não tendo fim, ou seja, tendo início, mas sem fim delimitado, utilizando as formas verbais *havia*, *batia*, *comparava* e *corria* (para o participante (99b)), enquanto o participante (99c) utilizou o pretérito imperfeito do conjuntivo (*corresse*). Os participantes do grupo de controlo, nas frases (99d) e (99e) optaram por atribuir ao acontecimento um valor conclusivo, com o uso das formas verbais *comecei*, *assustei* e *correu*,

enquanto o participante (99d) considerou os momentos do acontecimento como habituais, utilizando as formas verbais *havia*, *batia* e *comparava*. O participante (99e) considerou os momentos do acontecimento como tendo um início e um fim, portanto, com valor terminativo ou conclusivo, utilizando as formas verbais *houve*, *bateu* e *comparou*.

### **Informante (A153)**

(100) a. O episódio mais engraçado que **marcou** a minha vida **é** quando **fomos** juntos, eu e o meu irmão, ao Belas.

b. O episódio mais engraçado que **marcou** a minha vida **foi** quando **fomos** juntos, eu e o meu irmão, ao Belas. (C1; C2; C4; C6; C8; C9)

c. O episódio mais engraçado que **marcou** a minha vida **foi** quando **íamos** juntos, eu e o meu irmão, ao Belas. (C3; C5; C7)

As frases (100b, c) são gramaticalmente aceitáveis, diferindo apenas na realização de ação pontual e única (*fomos* em (100b)) vs. realização de ação contínua (*íamos* em (100c)). A frase (100a) que apresenta na sua narrativa a forma verbal do presente do indicativo (**é**), interrompe, desta forma, a sequência da situação ocorrida. Tratando-se de um acontecimento ocorrido no passado, seria adequado manter a forma verbal no passado (*foi*) tal como ocorre em (100b e 100c).

## Informante (A22)

(101) a. Um rapaz **pediu**-me em namoro, pelas redes sociais e eu **fiquei** estática, sem fazer nada. **Ignorei**-o muitas vezes. Um belo dia, eu ao voltar da escola, ele **está** vindo na minha direção, e eu **fiquei** a me perguntar: vou dizer-lhe o quê?

b. Um rapaz **pediu**-me em namoro, pelas redes sociais e eu **fiquei** estática, sem fazer nada. **Ignorei**-o muitas vezes. Um belo dia, eu ao voltar da escola, ele **estava** vindo na minha direção, e eu **fiquei** a me perguntar: vou dizer-lhe o quê?  
(C1; C2; C3; C5; C6; C8)

c. Um rapaz **pedia**-me em namoro, pelas redes sociais e eu **fiquei** estática, sem fazer nada. **Ignorava**-o muitas vezes. Um belo dia, eu ao voltar da escola, ele **estava** vindo na minha direção, e eu **fiquei** a me perguntar: vou dizer-lhe o quê? (C4)

d. Um rapaz **pediu**-me em namoro, pelas redes sociais e eu **fiquei** estática, sem fazer nada. **Ignorava**-o muitas vezes. Um belo dia, eu ao voltar da escola, ele **estava** vindo na minha direção, e eu **ficava** a me perguntar: vou dizer-lhe o quê? (C7)

e. Um rapaz **pediu**-me em namoro, pelas redes sociais e eu **fiquei** estática, sem fazer nada. **Ignorava**-o muitas vezes. Um belo dia, eu ao voltar da escola, ele **estava** vindo na minha direção, e eu **fiquei** a me perguntar: vou dizer-lhe o quê? (C9)

O informante (A22) na frase (101a) optou por encarar a ação como acabada, interrompendo esta ação terminada com o uso da forma verbal *está*. Não foi essa a percepção do grupo de controlo (C1, C2, C3, C5, C6 e C8) na frase (101b) que,

apesar de atribuírem à ação o aspeto acabado, indicam a forma verbal *estava*, denotando a ideia de duração da ação que se prolonga no tempo. As frases (101c) e (101e) apresentam as ações, ora acabadas, fazendo uso das formas verbais *pediu* e *fiquei*, ora inacabadas, com as formas verbais *pedia*, *ignorava*, *estava*. A frase (101d) embora indique ações acabadas no início do acontecimento, estas ações continuam progressivamente com os usos das formas verbais *ignorava*, *estava* e *ficava*, denotando a habitualidade do acontecimento.

### **Informante (A199)**

(102) a. Na minha vida, o episódio que me **marcou** muito foi quando o meu pai **sai** de casa.

b. Na minha vida, o episódio que me **marcou** muito foi quando o meu pai **saía** de casa. (C1)

c. Na minha vida, o episódio que me **marcou** muito foi quando o meu pai **saiu** de casa. (C2; C3; C4; C5; C6; C7; C8; C9)

A escolha do presente do indicativo, *sai*, na frase (102a), rompe a sequência da situação, ou seja, tendo o informante optado por um primeiro tempo gramatical PP em *marcou*, o registo deveria manter a coerência, pela escolha do PP para a forma verbal seguinte, tal como acontece em (102c). Seria aceitável *na minha vida, o episódio que me **marcava** muito **era** quando o meu pai **saía** de casa*, denotando uma ação habitual ou *na minha vida, o episódio que me **marcou***

*muito foi quando o meu pai saiu de casa*, denotando uma ação pontual no passado.

### **Informante (B238)**

(103) a. Tinha na altura treze anos de idade, quando me encontrava na escola estudando. Quando tocou o sino para o recreio, divertia-me.

b. **Tinha** na altura treze anos de idade, quando me **encontrava** na escola estudando. Quando **tocava** o sino para o recreio, **divertia-me**. (C1; C2; C4; C6; C7; C8; C9)

c. **Tinha** na altura treze anos de idade, quando me **encontrava** na escola estudando. Quando **tocou** o sino para o recreio, **diverti-me**. (C3; C5)

A frase (103b) demonstra completa homogeneidade na escolha do tempo verbal (PI) para os quatro verbos em destaque, a saber, *ter*, *encontrar*, *tocar* e *divertir*. Estamos a falar de um acontecimento passado, marcado por uma habitualidade. As frases (103a) e (103c) evidenciam-se pela conjugação de uma primeira e segunda formas verbais no PI, para uma terceira forma verbal no PP (103a) e uma terceira e quarta formas no PP (103c). O problema de (103a) é a falta de coesão temporal entre as duas frases, as quais, separadamente estariam corretas: 1) **Tinha** na altura treze anos de idade, quando me **encontrava** na escola estudando. 2) Quando **tocou** o sino para o recreio, **divertia-me**. Nesta frase 2) A ação expressa pelo PP “interrompe” a ação de PI. No entanto, sabemos que o uso de *tinha* e *encontrava* na primeira frase, obriga a manter o

PI na 2ª frase devido à correlação/correspondência temporal (*consecutivo temporum*).

### **Informante (B216)**

(104) a. O pior **aconteceu**, quando no início do segundo semestre **recebi** a triste notícia de que o curso não **estava** legalizado (...) **é** uma fase triste da minha vida que nunca irei esquecer porque apesar daquela porta ter-se fechado, outra mais divertida e desafiadora **abriu-se**.

b. O pior **aconteceu**, quando no início do segundo semestre **recebi** a triste notícia de que o curso não **estava** legalizado (...) **era** uma fase triste da minha vida que nunca irei esquecer porque apesar daquela porta ter-se fechado, outra mais divertida e desafiadora **abria-se**. (C1)

c. O pior **aconteceu**, quando no início do segundo semestre **recebi** a triste notícia de que o curso não **estava** legalizado (...) **era** uma fase triste da minha vida que nunca irei esquecer porque apesar daquela porta ter-se fechado, outra mais divertida e desafiadora **abriu-se**. (C2)

d. O pior **aconteceu**, quando no início do segundo semestre **recebi** a triste notícia de que o curso não **estava** legalizado (...) **foi** uma fase triste da minha vida que nunca irei esquecer porque apesar daquela porta ter-se fechado, outra mais divertida e desafiadora **abriu-se**. (C3; C5; C8; C9)

e. O pior **aconteceu**, quando no início do segundo semestre **recebia** a triste notícia de que o curso não **estava** legalizado (...) **foi** uma fase triste da

minha vida que nunca irei esquecer porque apesar daquela porta ter-se fechado, outra mais divertida e desafiadora **abriu-se**. (C4)

f. O pior **aconteceu**, quando no início do segundo semestre **recebi** a triste notícia de que o curso não **esteve** legalizado (...) **foi** uma fase triste da minha vida que nunca irei esquecer porque apesar daquela porta ter-se fechado, outra mais divertida e desafiadora **abriu-se**. (C6)

g. O pior **aconteceu**, quando no início do segundo semestre **recebi** a triste notícia de que o curso não **estava** legalizado (...) **foi** uma fase triste da minha vida que nunca irei esquecer porque apesar daquela porta ter-se fechado, outra mais divertida e desafiadora **abria-se**. (C7)

Diferente da frase do informante (B216) por utilizar o presente do indicativo com a forma verbal *é*, a frase do participante do grupo de controlo (104d) parece-nos mais próxima da intenção comunicativa do falante, embora as frases (104b,c, e-g) também possam ser aceites, dependendo da situação referida pelo verbo e da visão que cada um tem da situação descrita, como defende Pereira (2009: 105). Portanto, todos os participantes deste grupo de controlo corroboraram com a informação fornecida pelo informante da frase (104a), atribuindo uma ação acabada ao utilizar a forma verbal *aconteceu*, o que não aconteceu com os demais momentos do acontecimento em que os participantes das frases (104a, b, c, d, f) optaram em atribuir uma ação acabada e o participante da frase (104e) atribuiu uma ação inacabada. Situação idêntica a esta verifica-se no uso da forma verbal *estava* pela maioria dos participantes, exceto o participante da frase (104f) que utiliza a forma verbal *esteve*. A forma verbal do presente do indicativo

é do informante da frase (104a) foi substituída, primeiro, pela forma verbal *era* pelos participantes das frases (104b, c), para dizer que a ação tinha início, mas sem fim delimitado. Segundo, foi substituída pela forma verbal *foi* pelos participantes (104d, e, f, g), para informar que a ação teve um início e um fim. O mesmo aconteceu com o uso das formas verbais *abria* pelos participantes (104b, g) e *abriu* pelos participantes (104a, c, d, e).

### **Informante (A168)**

(105) a. No meu aniversário, os meus amigos **arranjaram** uma festa surpresa para mim. **Fizerão**-me uma partida.

b. No meu aniversário, os meus amigos **arranjaram** uma festa surpresa para mim. **Fizeram**-me uma partida. (C1; C4; C6; C7; C8; C9)

c. No meu aniversário, os meus amigos **arranjavam** uma festa surpresa para mim. **Fizeram**-me uma partida. (C2)

d. No meu aniversário, os meus amigos **arranjarão** uma festa surpresa para mim. **Far-me-ão** uma partida. (C3; C5)

A frase (105a) apresenta-se de acordo com a intenção expressa pelo locutor, tratando-se de acontecimentos ocorridos no passado. Existe apenas lugar à correção da ortografia da forma verbal da 3ª pessoa do plural *fizeram*. Enquanto os participantes do grupo de controlo na frase (105b) consideraram que foi um evento pontual com valor terminativo ou conclusivo (acabado), o participante da frase (105c) considera-o ora como um evento não terminado, fazendo uso da forma verbal *arranjavam*, ora como terminado, fazendo uso da forma verbal

*fizeram*. Na frase (105d), os locutores situam a situação no futuro, recorrendo ao uso das formas verbais *arranjarão* e *far-me-ão*.

### **Informante (A68)**

(106) a. Andando pelas ruas, **ríamos** bastante e todos **vião** a alegria nos nossos rostos.

b. Andando pelas ruas, **ríamos** bastante e todos **viam** a alegria nos nossos rostos. (C1; C2; C3; C4; C5; C6; C7; C8; C9)

O uso incorreto da 3ª pessoa do plural do PI (\**vião* por *viam*) demonstra as dificuldades destes falantes em distinguir os tempos verbais, não só no PP e no PI, mas também as dificuldades ortográficas ao nível de formas verbais foneticamente próximas. O grupo de controlo não teve dúvidas em corrigir a ortografia do verbo *ver*. Quanto à ação referida pelo informante (A68) na frase (106a), os participantes do grupo de controlo foram unânimes em considerar que a ação era durativa com valor habitual (inacabado).

#### **4.6.1 Síntese da análise da produção espontânea**

Podemos, com alguma segurança, confirmar que, a partir dos trechos analisados e a julgar pelas visíveis inconsistências dos usos das formas verbais do PP e do PI, compreender o verbo envolve o conhecimento do lexema verbal e dos seus morfemas gramaticais (Vilela, 1999: 61).

Foram apresentados catorze trechos e corrigidas cinquenta e três formas verbais. Destas formas verbais, foram usadas 268 formas do PP, 198 formas do PI, duas formas do presente do indicativo, três formas do pretérito imperfeito do conjuntivo, uma forma do pretérito mais-que-perfeito, uma forma do pretérito perfeito composto do indicativo e quatro formas do futuro, das quais duas foram pronominalizadas.

O grupo de controlo mostrou discordâncias nas correções dos trechos em análise, o que, eventualmente, nos poderá remeter para um fraco domínio, quer do uso dos tempos verbais, quer da distinção da categoria aspetual acabado/inacabado.

Tendo em atenção as divergências de situações e ações consideradas aspetualmente acabadas e inacabadas, tomemos em consideração a seguinte hipótese colocada na introdução.

**Hipótese 3.** Tratando-se de um uso aleatório, não haverá diferenças substanciais entre os dados dos grupos de informantes e os dados de referência. Consideramos que o fenómeno estudado não deverá ser enquadrado no âmbito da variação linguística, mas num contexto de ensino que não incide o suficiente no sistema verbal.

A síntese das ocorrências nos usos das formas verbais nos trechos corrigidos pelo grupo de controlo, tido como o de referência, mostra que não há diferenças entre os informantes e as ocorrências deste grupo de controlo, na medida em que verificámos desvios quer nos alunos, quer nos professores. Em ambos

existe alguma “indecisão” nas escolhas dos tempos verbais considerados mais adequados.

Na frase (93), o trecho do informante (A32) resultou na interpretação e correção de duas frases, onde os participantes do grupo de controlo (C1, C2, C3, C5, C6, C7, C8 e C9) fizeram o uso das mesmas formas verbais, *estava*, *era* e *vivia*, localizando a situação no passado (de fora ficou apenas o participante (C4)). Na frase (94), o trecho do informante (A65) foi reproduzido em quatro frases, sendo que os participantes do grupo de controlo (C3, C4, C5, C8 e C9) consideraram o evento como tendo um início e um fim, tendo este mesmo fim sido interrompido com a utilização da forma verbal *estava*. Já os participantes (C1 e C2) e (C6 e C7) apresentaram outra proposta de correção. Os trechos dos informantes (A79, A105, A112 e B216) foram os que mais interpretações e correções sofreram, nas frases (95, 96, 97 e 104). Contrariamente aos trechos anteriormente referidos, relativamente ao número de interpretações, os trechos dos informantes (A153, A199 e B238) foram os que menos sofreram variações de correção por parte do grupo de controlo. No trecho (A153), frase (100b), os participantes do grupo de controlo (C1, C2, C4, C6, C8 e C9) optaram por considerar a situação como tendo início e fim, utilizando as formas verbais *marcou*, *foi* e *fomos*, enquanto os participantes (C3, C5 e C7) preferiram marcar a situação ora como tendo início e fim, usando as formas verbais *marcou* e *foi*, ora como habitual, usando a forma verbal *íamos*. No trecho (199), frase (102b), dos nove participantes do grupo de controlo, apenas um participante (C1) optou por situar a situação ora acabada, com a forma verbal *marcou*, ora habitual, usando a forma verbal *saía*, enquanto os oito participantes (C2, C3, C4, C5, C6, C7, C8 e C9), frase (102c) optaram

por marcar a situação como ocorrida no passado, com um início e fim, usando as formas verbais *marcou* e *saiu*. O trecho relativamente ao informante (B238), frase (103a), resultou na correção de duas frases. Na frase (103b), os participantes do grupo de controlo (C1; C2; C4; C6; C7; C8; C9) optaram por considerar a situação inacabada, utilizando as formas verbais *tinha*, *encontrava*, *tocava* e *divertia*, enquanto os participantes (C3 e C5), frase (103c) optaram por considerar a situação ora inacabada, utilizando as formas verbais *tinha* e *encontrava*, ora acabada, utilizando as formas verbais *tocou* e *diverti*.

Os trechos (A126), (A132) e (A22), frases (98a), (99a) e (101a), respetivamente, resultaram na correção de quatro frases cada trecho, havendo mais convergências que divergências dos participantes, quanto ao uso das formas verbais. Na frase (105b), seis participantes deste grupo de controlo (C1; C4; C6; C7; C8; C9) descreveram a situação da mesma maneira, ou seja, tiveram a mesma visão da situação referida pelo verbo. No trecho (A68) todos os participantes do grupo de controlo fizeram a mesma correção. Dos 14 trechos retirados dos textos de informantes, foram reproduzidas pelos professores 52 frases e nelas podemos verificar as seguintes ocorrências: i) uso aleatório dos tempos verbais; ii) uso do presente do indicativo, em vez do PP ou PI; iii) uso dos tempos do futuro imperfeito do indicativo, pretérito mais-que-perfeito, pretérito imperfeito do modo conjuntivo e do pretérito perfeito composto.

**CAPÍTULO V**

**PROPOSTA DE EXERCÍCIOS**

O domínio das regras gramaticais e de outras competências linguísticas é imprescindível para uma correta utilização da língua falada e do código escrito. Acreditamos que quanto mais tardia for a aprendizagem de uma estrutura frásica, mais difícil será dominá-la. Assim, o estudo do verbo, em Angola - concretamente a identificação dos tempos verbais do PP e do PI - deve ter início nas primeiras classes do I ciclo do ensino secundário, com a introdução de estruturas de fácil entendimento, para, progressivamente, se enquadrarem estruturas enunciativas cada vez mais complexas.

No final do I ciclo do ensino secundário espera-se que os alunos dominem o uso dos verbos nas estruturas frásicas, quer na expressão oral, quer na escrita. É importante relembrar que um bom domínio da língua portuguesa é determinante para o sucesso nas outras áreas do saber: matemática, física, química, biologia, história, entre outras. A língua portuguesa é o veículo de transmissão do conhecimento científico.

Os exercícios desenvolvem a mente dos alunos para uma aprendizagem eficaz dos conteúdos ministrados pelo professor. Neste âmbito, o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (2001: 217) é claro em identificar as estratégias da realização de exercícios, pois "(...) a execução de uma tarefa por um indivíduo envolve a ativação estratégica de competências específicas, de modo a realizar um conjunto de ações significativas num determinado domínio, com uma finalidade claramente definida e um produto (*output*) específico". Desta feita, os exercícios aqui propostos destinam-se aos estudantes do II ciclo do ensino secundário, de modo a melhorar as suas competências linguísticas e

comunicativas, consolidar o estudo do verbo e contribuir para uma melhor diferenciação do PP e PI.

Pretendemos apresentar um conjunto de exercícios passíveis de serem aplicados em contexto de sala de aula. Os exercícios a seguir estão relacionados com a utilização dos tempos verbais do PP e PI do modo indicativo, organizados sequencialmente por exercícios de identificação das formas verbais do PP e do PI do modo indicativo, onde os alunos vão poder rever os conteúdos adquiridos; exercícios de substituição dos verbos entre parênteses pelos tempos do PP e do PI; exercícios de preenchimento e exercícios de conjugação verbal.

.

## **5.1 Exercícios de identificação**

Esta atividade consiste na aplicação de conhecimentos quanto à identificação das formas verbais do PP e do PI do modo indicativo, permitindo aos estudantes uma revisão dos referidos tempos verbais.

### **Objetivos:**

- a) Identificar as formas verbais do PP e do PI;
- b) Rever os conteúdos relacionados com os tempos verbais do PP e do PI.

**Conteúdo:** formas verbais do PP e do PI.

**Tarefa a realizar:** identificar as formas verbais sublinhadas no quadro, colocando um X na coluna correspondente.

A) Distinga, nas seguintes frases<sup>37</sup>, as formas do pretérito perfeito e do pretérito imperfeito do indicativo, dos verbos sublinhados, colocando um X na coluna correspondente:

Quadro 9. Exercício de identificação do tempo verbal

| Num. | Frases   | PP | PI |
|------|--|----|----|
| 1    | Antigamente, eu <u>ia</u> bastante ao cinema.  |    |    |
| 2    | <u>Era</u> fascinante.   |    |    |
| 3    | Um dia, o meu irmão mais novo <u>pediu</u> para ir comigo e eu aceitei.                |    |    |
| 3    | Quando nós <u>chegámos</u> e entrámos na sala ele começou a cantar.                    |    |    |
| 4    | Ele <u>estava</u> encantado com tudo o que via à sua volta.                            |    |    |
| 5    | Depois do filme, <u>regressámos</u> a casa.  |    |    |
| 6    | Como <u>estávamos</u> com fome, procurámos na cozinha, mas não havia comida.           |    |    |
| 7    | Estava tudo muito arrumadinho. <u>Era</u> preciso preparar o jantar!                   |    |    |
| 8    | Quando eu era mais novo <u>ia</u> muito à praia, pois tinha mais tempo.                |    |    |
| 9    | Depois dos dezoito anos, arranjei emprego, porque <u>precisava</u> de ganhar dinheiro. |    |    |
| 10   | Mais tarde, como tinha dinheiro, <u>comprei</u> um carro.                              |    |    |
| 11   | E <u>fiz</u> um empréstimo para comprar casa.  |    |    |
| 12   | Tudo <u>parecia</u> perfeito.  |    |    |
| 13   | <u>Tinha</u> emprego, casa e carro.  |    |    |
| 14   | E <u>fazia</u> amigos com facilidade.  |    |    |

<sup>37</sup> As frases 1 a 24 foram extraídas do inquérito usado neste trabalho. As frases 25 a 30 foram criadas por nós.

|    |   |  |  |
|----|---|--|--|
| 15 | Não <u>esteve</u> ninguém em casa.                        |  |  |
| 16 | Unidos, <u>fomos</u> mais felizes.                        |  |  |
| 17 | Quem <u>soube</u> da notícia?                             |  |  |
| 18 | Eles <u>vieram</u> .                                      |  |  |
| 19 | Houve um acidente. Eu <u>estive</u> no local.             |  |  |
| 20 | Não <u>estava</u> ninguém em casa.                        |  |  |
| 21 | Unidos <u>estávamos</u> mais felizes.                     |  |  |
| 22 | Quem <u>fugia</u> do trabalho?                            |  |  |
| 23 | Eu <u>vinha</u> todos os dias à escola.                   |  |  |
| 24 | Eu <u>estudava</u> sempre a matéria de língua portuguesa. |  |  |
| 25 | Ontem, eu <u>fui</u> à Universidade, mas não estudei.     |  |  |
| 26 | <u>Falei</u> porque achei que seria o correto.            |  |  |
| 27 | Agora já não, mas antigamente o Álvaro <u>roubava</u> .   |  |  |
| 28 | Eu <u>estudava</u> , quando a Maria chegou.               |  |  |
| 29 | Quando éramos crianças, <u>pensávamos</u> como crianças.  |  |  |
| 30 | Quando ele <u>chegou</u> , eu estava a fazer a tarefa.    |  |  |

## 5.2 Exercícios de substituição

Distinguir o PP do PI do modo indicativo é fundamental para o sucesso desta atividade e mune o aluno de competências necessárias para a comunicação.

**Objetivo:** distinguir o PP do PI.

**Conteúdo:** Distinção entre o PP e o PI: explorar as diferenças de significado que os dois tempos verbais imprimem à estrutura frásica.

**Tarefa a realizar:** substituição dos verbos entre parênteses pelos tempos do PP e do PI.

B) O pretérito perfeito simples caracteriza-se por designar um facto passado, concluído, acabado. O pretérito imperfeito do indicativo caracteriza-se por designar um facto passado, não concluído, inacabado. Reescreva as seguintes frases com as formas do pretérito perfeito e do pretérito imperfeito do indicativo dos verbos indicados entre parênteses:

1. Eu (ir) assistir aos espetáculos de futebol no campo de São Paulo e o meu amigo (ir) ao Chamavo.

a) Pretérito perfeito \_\_\_\_\_

b) Pretérito imperfeito \_\_\_\_\_

2. Tu (comprar) livros para o Leandro, mas não (comprar) para a Chelsea.

a) Pretérito perfeito \_\_\_\_\_

b) Pretérito imperfeito \_\_\_\_\_

3. Quando (ir) ao Candando, (encontrar-me) com a nossa professora.

a) Pretérito perfeito \_\_\_\_\_

b) Pretérito imperfeito \_\_\_\_\_

4. Depois que eu (chegar), (apagar) a luz.

a) Pretérito perfeito \_\_\_\_\_

b) Pretérito imperfeito \_\_\_\_\_

5. Em que período (estudar), quando (estar) no *Makarenko*?

a) Pretérito perfeito \_\_\_\_\_

b) Pretérito imperfeito \_\_\_\_\_

6. Nós (ir) à escola porque (querer) fazer um pedido ao professor.

- a) Pretérito perfeito \_\_\_\_\_
- b) Pretérito imperfeito \_\_\_\_\_
7. Na reunião, quase todos os colegas (opor-se) às modificações que o Diretor (pretender) introduzir.
- a) Pretérito perfeito \_\_\_\_\_
- b) Pretérito imperfeito \_\_\_\_\_
8. Quando eu (marcar) um golo, (dar) uma cambalhota de alegria.
- a) Pretérito perfeito \_\_\_\_\_
- b) Pretérito imperfeito \_\_\_\_\_
9. Eles (dividir) os bolos entre todas as crianças que (ir) às atividades do Dia Internacional da Criança.
- a) Pretérito perfeito \_\_\_\_\_
- b) Pretérito imperfeito \_\_\_\_\_

### 5.3 Exercícios de preenchimento lacunar

**Objetivo:** conhecer e usar corretamente as formas verbais na frase.

**Conteúdo:** formas verbais.

**Tarefa a realizar:** substituir os verbos que se encontram entre parênteses.

C) Complete as seguintes frases com as formas verbais do PP e PI do modo indicativo, optando, em cada frase, por um aspeto acabado ou inacabado (não pode, na mesma frase, misturar os dois):

1. Ontem, tu (abrir)\_\_\_\_\_a janela e os papéis (espalhar-se) \_\_\_\_\_pelo quarto.
2. Desde que o colega nos (ofender)\_\_\_\_\_, nunca mais (andar)\_\_\_\_\_ com ele.
3. Quando (ir)\_\_\_\_\_ao Candando, (encontrar-se)\_\_\_\_\_ com a nossa professora. Ela (pedir) \_\_\_\_\_o teu número de telefone e eu (dar)\_\_\_\_\_.
4. Ontem os “Palancas” (jogar)\_\_\_\_\_ com a equipa da Tunísia e o jogo (sair)\_\_\_\_\_ empatado a uma bola.
5. Eu (nascer)\_\_\_\_\_no Sambizanga em 1966, mas (viver)\_\_\_\_\_quase toda a minha vida no Rangel.
6. Os angolanos (votar)\_\_\_\_\_nas primeiras eleições em 1992 e (eleger) \_\_\_\_\_ um Governo que (saquear)\_\_\_\_\_brutalmente o país.
7. Antigamente, você (ir) \_\_\_\_\_ao cinema todos os fins de semana?
8. Lembras-te daquelas brincadeiras que (fazer) \_\_\_\_\_, quando (ser)\_\_\_\_\_crianças?
9. Quando nós (vir) \_\_\_\_\_ a Luanda, (costumar)\_\_\_\_\_visitar a tia Carla e ela (gostar)\_\_\_\_\_muito da nossa visita.
10. Antigamente, as pessoas não (ter)\_\_\_\_\_redes sociais e (comunicar)\_\_\_\_\_por meio de cartas. Também não

(haver)\_\_\_\_\_meios de transporte como os que temos atualmente. (andar)\_\_\_\_\_a pé.

11. Aos meus cinco anos eu já (ter)\_\_\_\_\_uma bicicleta, oferecida pelo meu pai.

## 5.4 Exercícios de preenchimento

**Objetivo:** distinguir os tempos do PP e do PI a partir de verbos no infinitivo

**Conteúdo:** verbos.

**Tarefa a realizar:** completar o quadro a partir dos verbos apresentados no infinitivo.

D) Complete o seguinte quadro com os verbos indicados no infinitivo, utilizando os pronomes constantes na tabela, para os dois tempos:

Quadro 10. Exercício de preenchimento

| Verbo    | Pronome | Pretérito perfeito | Pretérito imperfeito |
|----------|---------|--------------------|----------------------|
| Comprar  | Eles    |                    |                      |
| Ser      | Eu      |                    |                      |
| Ir       | Eu      |                    |                      |
| Ter      | Nós     |                    |                      |
| Ir       | Eles    |                    |                      |
| Ter      | Ele     |                    |                      |
| Estar    | Ele     |                    |                      |
| Estudar  | Nós     |                    |                      |
| Discutir | Eu      |                    |                      |

|             |      |  |  |
|-------------|------|--|--|
| Saber       | Nós  |  |  |
| Saber       | Eu   |  |  |
| Estar       | Nós  |  |  |
| Estudar     | Eu   |  |  |
| Trabalhar   | Tu   |  |  |
| Dar         | Nós  |  |  |
| Poder       | Nós  |  |  |
| Comprar     | Nós  |  |  |
| Intervir    | Eu   |  |  |
| Empanturrar | Eu   |  |  |
| Ver         | Eu   |  |  |
| Dar         | Eles |  |  |
| Vir         | Nós  |  |  |
| Ver         | Nós  |  |  |

## 5.5 Exercícios de conjugação verbal do PP

Propor atividades de conjugação verbal aos alunos desenvolve a capacidade de percepção do paradigma verbal.

### Objetivos:

- a) conjugar os verbos no PP do indicativo.
- b) distinguir o paradigma verbal.

**Conteúdo:** verbos regulares.

**Tarefa a realizar:** preenchimento do quadro com os verbos propostos, seguindo o modelo do verbo conjugado.

E) Preencha o quadro com os verbos no pretérito perfeito do indicativo, como exemplificado, com o verbo amar:

Quadro 11. Exercício de conjugação verbal no PP

| MODO INDICATIVO |         |         |           |         |         |
|-----------------|---------|---------|-----------|---------|---------|
| Amar            | Estudar | Aprovar | Trabalhar | Comprar | Brincar |
| Amei            |         |         |           |         |         |
| Amaste          |         |         |           |         |         |
| Amou            |         |         |           |         |         |
| Amámos          |         |         |           |         |         |
| Amastes         |         |         |           |         |         |
| Amaram          |         |         |           |         |         |

## 5.6 Exercícios de conjugação verbal do PI

**Objetivo:** conjugar os verbos no tempo do PI do indicativo.

**Conteúdo:** verbos regulares.

**Tarefa a realizar:** preenchimento do quadro com os verbos propostos, seguindo o modelo do verbo conjugado.

F) Preencha o quadro com os verbos no pretérito imperfeito do indicativo, como exemplificado:

Quadro 12. Exercício de conjugação verbal no PI

| MODO INDICATIVO |         |         |           |         |         |
|-----------------|---------|---------|-----------|---------|---------|
| Amar            | Estudar | Aprovar | Trabalhar | Comprar | Brincar |
| Amava           |         |         |           |         |         |
| Amavas          |         |         |           |         |         |
| Amava           |         |         |           |         |         |
| Amávamos        |         |         |           |         |         |
| Amáveis         |         |         |           |         |         |
| Amavam          |         |         |           |         |         |

### 5.7 Exercícios de conjugação verbal de verbos regulares, irregulares e defetivos

Como é sabido, os verbos do português apresentam três conjugações. Contrariamente aos verbos irregulares, os verbos regulares apresentam um paradigma próprio – mantêm o radical em todas as formas e seguem, nas terminações, o modelo da sua conjugação.

Os verbos defetivos, tal como o próprio nome diz, apresentam “defeitos” nas suas formas verbais. São os verbos que, como sabemos, ou não possuem a primeira pessoa do presente do indicativo e nenhuma no presente do conjuntivo, como por exemplo, *banir*, *precarer*, entre outros, ou então, se conjugam apenas nas formas arrizotónicas (aquelas formas cujo acento tónico não está sobre o tema), como por exemplo, *abolir*, *falir*, entre outros.

Fazendo uma breve comparação entre a língua portuguesa e as línguas bantu, faladas em Angola, concretamente o kimbundu e, de modo a percebermos a

influencia das línguas bantu nas formas verbais do português, Costa (2006: 183) faz um estudo sobre as ruturas estruturais do português e línguas bantu, onde apresenta contrastivamente o uso dos tempos PP e PI do indicativo em português e na língua kimbundu. Referindo-se ao PI, Costa (2006: 186-187) afirma o seguinte:

Não se observa, igualmente, em quimbundo, a ocorrência de uma forma verbal simples equiparável ao **imperfeito simples** do português, atinente à representação semântica de estados de coisas **inacabados**. (...) Não nos parece ser estranha a este fenómeno linguístico de oposição entre o português e o quimbundo a completa neutralização da forma simples do **imperfeito**, nas linguagens do quotidiano, determinadas pela interferência das línguas bantas no português.

Costa justifica a sua afirmação com o seguinte exemplo, apresentado no quadro 13:

Quadro 13. Comparação do PP e PI em Português e Kimbundu

| Línguas   | Frases   |                    |         |                              |
|-----------|----------|--------------------|---------|------------------------------|
| Português | Quando   | <b>cheguei,</b>    | a Maria | <b>trabalhava</b>            |
| Kimbundu  | Kioso ki | <b>nga bixila,</b> | madia   | <b>wa kexile mu kalakala</b> |

Fonte: Adaptado de Costa (2006: 186).

Este quadro apresenta-nos a impossibilidade da realização das formas verbais simples do PP e do PI nas línguas bantu, conforme refere Costa. Na frase em kimbundu, a forma verbal do PI, *trabalhava*, não se realiza numa forma verbal simples, mas em forma verbal complexa, correspondente à perífrase verbal *estar* + v. infinitivo, literalmente, *estava a trabalhar* (port.). Quanto ao PP *cheguei*, o

kimbundu usa o morfema pré-verbal *nga*. Em qualquer um dos casos, PP e PI têm forma complexa e o mesmo se dirá para a atualização de ações passadas noutras línguas bantu.

Assim, o exercício a seguir permitirá aos alunos tomar consciência das modificações que ocorrem no radical do verbo.

**Objetivos:**

- a) identificar a existência, ou não, do paradigma verbal, através da modificação do radical;
- b) identificar os verbos regulares, irregulares e defetivos.
- c) Justificar por que são verbos regulares, irregulares e defetivos.

**Conteúdo:** verbos regulares, irregulares e defetivos.

**Tarefa a realizar:** preenchimento dos quadros com os verbos propostos.

G) Preencha o quadro com os verbos no pretérito perfeito do indicativo:

Quadro 14. Exercício de conjugação de verbos regulares, irregulares e defetivos

| MODO INDICATIVO |         |     |       |          |       |
|-----------------|---------|-----|-------|----------|-------|
| Cantar          | Estudar | Ser | Estar | Precaver | Banir |
|                 |         |     |       |          |       |
|                 |         |     |       |          |       |
|                 |         |     |       |          |       |
|                 |         |     |       |          |       |
|                 |         |     |       |          |       |

H) Identificação dos verbos regulares, irregulares e defetivos no quadro.

Depois da execução da atividade anterior e, com a ajuda do professor, os alunos identificam os verbos regulares, irregulares e defetivos do quadro 14, tendo em atenção os conceitos já apreendidos nas aulas de Língua Portuguesa. Após a identificação será solicitada uma pequena justificação que contempla a definição de regular, irregular e defetivo.

1. Identifique no quadro os verbos regulares, irregulares e defetivos, e justifique.

Verbos regulares: \_\_\_\_\_.

Justificação: \_\_\_\_\_.

Verbos irregulares: \_\_\_\_\_.

Justificação: \_\_\_\_\_.

Verbos defetivos: \_\_\_\_\_.

Justificação: \_\_\_\_\_.

## 5.8 Outros exercícios

Este exercício permite a identificação das formas verbais do PP e do PI no texto, bem como as suas desinências número-pessoais e modo-temporais.

### Objetivos:

- a) Identificar as formas verbais;
- b) Identificar as desinências número-pessoais e modo-temporais;

- c) Distinguir as formas verbais do PP e do PI;
- d) Distinguir o aspeto verbal acabado e inacabado.

**Conteúdo:** formas verbais do PP e PI.

**Tarefa a realizar:** preenchimento do quadro a partir dos verbos sublinhados no texto.

Leia com atenção o seguinte texto.

“[...] Era quase meio-dia quando o tempo começou a ficar mais manso, apesar do céu arreganhador e feio, todo preto de nuvens. O musseque, nessa hora, parecia uma sanzala no meio da lagoa. Havia mesmo cubatas caídas e as pessoas, para não morrer, estavam na rua com as imbambas que salvaram. Na hora em que Zeca Santos saltou, empurrando a porta de repente, e escorregou no chão lamacento da cubata, vovó pôs um grito pequeno, de susto, com essa entrada de cipaio. Zeca riu. [...]. Vovó Xixi continuou a varrer a água no pequeno quintal. Tinha entrado na cubata e encontrou tudo que parecia o mar: as paredes deixavam escorregar barro derretido; as canas começavam a aparecer; os zincos pareciam chapa de assar castanhas, os furos eram muitos. No chão, a água queria fazer lama e mesmo vovó pondo toda a vontade, nada consequia. A água voltava sempre [...]”.

Texto adaptado de Luandino Vieira: “Vavó Xíxi e Seu Neto Zeca Santos

l) Passe para o quadro abaixo todas as formas verbais sublinhadas no texto e proceda como no exemplo:



Pretérito imperfeito: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

K) Extraia do texto as formas verbais que apresentam o aspeto verbal acabado e transcreva-as.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

L) Extraia do texto as formas verbais que apresentam o aspeto verbal inacabado e transcreva-as.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Reconhecemos que o conhecimento explícito da língua portuguesa é uma competência a ser exercitada. O perfil de saída do estudante deve dotá-lo de conhecimentos linguísticos e metalinguísticos que o tornem capaz de escolher adequadamente entre o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito do modo indicativo. Os exercícios propostos evidenciam uma evolução, desde simples identificação de formas, até à elaboração de um pensamento metalinguístico mais desenvolvido na distinção de uso entre PP e PI.

# CONCLUSÃO

A preferência pelo estudo do verbo, concretamente na distinção do par pretérito perfeito/pretérito imperfeito, ambos do modo indicativo, e pela categoria aspetual acabado e inacabado, deveu-se ao facto de esta ser pouco estudada, como apontam Travaglia (2014) e Costa (2006), facto que é particularmente marcantes nos tempos verbais na variedade do português em Angola.

Visando perceber as dificuldades encontradas ao longo do processo educativo angolano, no uso do verbo, realizámos um estudo envolvendo estudantes do ensino médio (10<sup>a</sup> Classe), estudantes do ensino superior (2<sup>o</sup> ano) e respetivos docentes. Com este trabalho de investigação, colocámos as seguintes questões de partida:

- 1) Qual a razão de os falantes confundirem o PP com o PI, usando-os de forma aparentemente aleatória?
- 2) O problema residirá no facto de se tratarem ambos de tempos do passado?
- 3) Será porque os tempos verbais não têm merecido atenção suficiente nos programas de língua portuguesa, em Angola?

Para além do primeiro capítulo introdutório sobre o Português em Angola, onde abordámos algumas questões etno- e geolinguísticas, e a problemática subjacente a uma norma do PA, identificando características fonético-fonológicas, lexicais, morfossintáticas e sintático-semânticas, procedeu-se no segundo capítulo a uma conceptualização do verbo. Foi importante identificar as propriedades morfológicas do verbo, especificamente as do PP e PI do modo indicativo, bem como algumas características sintáticas. De modo geral, os

autores Cunha e Cintra (2014), Oliveira (2013), Vilela e Koch (2001), entre outros, consideram o PP como um tempo do passado que descreve situações, ações e acontecimentos totalmente realizados, ou seja, o PP é um processo pontual com valor terminativo ou conclusivo (acabado). Por sua vez, o PI, embora seja também um tempo do passado, descreve situações e acontecimentos com a ideia de continuidade e habitualidade, ou seja, o PI incorpora um processo durativo com valor habitual (inacabado).

Os aspetos metodológicos delineados no terceiro capítulo permitiram-nos fazer, no quarto capítulo, uma análise e descrição das ocorrências dos usos das formas verbais do PP e PI, tendo-se chegado à seguintes conclusões:

- i) a razão de os falantes confundirem o PP com o PI, usando-os de forma aparentemente aleatória, não reside apenas no facto de ambos serem tempos do passado, pois acredita-se que a designação “pretérito” confunde os falantes angolanos (cf. capítulo IV, tabelas 5 a 12), ou seja, o problema reside também na dificuldade dos informantes em usarem a terminologia adequada, dada a complexidade do sistema verbal do português;
- ii) os tempos verbais têm merecido atenção suficiente nos programas de língua portuguesa em Angola; porém, a sua prática em sala de aula é insuficiente (cf. Anexo II).

Pensamos ter cumprido com os objetivos elencados neste estudo ao darmos um contributo modesto para o estudo do uso do verbo no Português de Angola, no que respeita à distinção entre os tempos do PP e do PI.

No plano da descrição de factos ocorridos no passado foram observadas colocações verbais que atestam a aceitabilidade do conhecimento do falante no

uso das formas verbais do PP e do PI nos textos narrativo e descritivo-narrativo, em conformidade com o padrão europeu, não obstante a opção - em alguns casos - pelas formas verbais do presente, do futuro e do condicional. No texto descritivo-narrativo houve também uma percentagem considerada positiva, com 74,71% de formas gramaticais e 25,29% de formas agramaticais.

Contrariamente ao uso correto das formas verbais nos textos descritivo e descritivo-narrativo, verificámos no domínio da conjugação verbal, um desconhecimento de formas gramaticais, na distinção dos tempos PP e PI, bem como do paradigma verbal, contrastando assim o elemento morfolexical (tema verbal). Na atividade da conjugação do verbo *estar* no PP, registámos 25,31% de formas gramaticais e 74,69% de formas agramaticais, enquanto no tempo PI, registámos, de igual modo, 40,66% de formas gramaticais e 59,34% de formas agramaticais. Na conjugação do verbo *ter* no PP houve uma percentagem de 26,98% de formas gramaticais e 73,02% de agramaticais, enquanto na conjugação de PI houve uma percentagem de 41,08% formas gramaticais e 58,92% formas agramaticais. Registámos, de igual modo, na atividade da conjugação do verbo *ir* no PP 48,00% formas gramaticais e 52,00% formas agramaticais, enquanto no tempo PI, a percentagem foi de 43,60% formas gramaticais e 54,40% formas agramaticais. Verificámos com frequência e sem diferenciação dos dois grupos de teste, as seguintes ocorrências: i) colocação das formas verbais do PI no lugar do PP e vice-versa; ii) substituição do PP e do PI pelo condicional; iii) substituição do PP e do PI pelo futuro; iv) uso do presente do indicativo, em vez do PP ou do PI; v) uso incorreto da forma verbal da 2ª pessoa do singular na flexão em número; vi) não colocação do acento agudo nas

formas verbais da 1ª pessoa do plural do PI; vii) forma incorreta como foram escritas algumas formas verbais da 3ª pessoa do plural do PP (*estiverão*, em vez de *estiveram*).

Foram, igualmente, observadas instabilidades, dúvidas, em matéria de substituição de formas verbais de outros tempos para as formas verbais de PP e PI. Na atividade de substituição destes tempos, registámos as seguintes ocorrências percentuais: 23,98% de formas gramaticais e 76,02% de formas agramaticais, para o PP, 34,93% de formas gramaticais e 65,07% de formas agramaticais, para o PI. Na passagem de outros tempos para as formas verbais corretas, foram empregues: formas do PI no lugar do PP e vice-versa, bem como foram usadas formas do condicional, presente do indicativo, pretérito mais-que-perfeito e futuro imperfeito. A aparente falta de domínio dos usos das formas verbais, bem como a incompatibilidade na seleção de uma forma verbal, remeteu-nos para aquilo a que chamámos de variação e/ou usos aleatórios destas mesmas formas. Comparando os gráficos relativos aos textos descritivo e descritivo-narrativo, da conjugação verbal e da substituição das formas verbais não houve, em todas estas atividades, diferenças notáveis entre os dois grupos de teste. Isto é possível, eventualmente, pelo facto de a disciplina de Língua Portuguesa em Angola ser ensinada até à 11ª Classe – nos Institutos Médios Politécnicos – para depois ser retomada no primeiro ano do Ensino Superior, ficando o aluno um ou dois anos sem esta disciplina, na 12ª Classe e para outros casos até à 13ª Classe. Reiteramos, ainda, o facto de, apesar de o português ser oficialmente L1 para estes falantes, na verdade o seu estatuto é de L2, tal como referido atrás.

Daí concluímos que o nível de proficiência destes falantes é resultado da falta de domínio dos tempos em estudo pelos professores destes grupos e, supostamente, de outros professores dos níveis anteriores, pelo facto de ainda hoje, em Angola, ser prática relativamente corrente a lecionação da disciplina de português por parte de professores formados em outras áreas do saber, como biologia, química, matemática, física. Na nossa perspetiva, a solução para este problema passa pela aposta na formação e capacitação de docentes, pois, como é sabido, o país possui formadores de português, talvez não em número suficiente para cobrir o território nacional, mas capazes de apoiar docentes dos primeiros níveis de escolaridade.

A fraca competência linguística, tanto dos grupos de teste como do grupo de controlo, ficou patente nas debilidades da execução das atividades propostas. Os professores demonstraram fraco domínio de uso dos tempos verbais do PP e PI, com valores aspetuais acabado e inacabado. O grupo de controlo não se revelou de referência para os grupos de teste, tendo em atenção o número de frases produzidas por estes, resultantes da interpretação das sequências dinâmicas. O grupo de controlo mostrou-se dividido quanto à escolha do aspeto verbal acabado e inacabado. Seria expetável que as respostas do grupo de controlo fossem próximas, mas tal não aconteceu. Os trechos dos informantes: A79, A105, A112 e B216 evidenciaram a disparidade de sugestões de correção por parte do grupo de controlo. Houve, em vários dos trechos dos grupos A e B, um número muito elevado de variação em relação à escolha dos tempos verbais, por parte do grupo C.

Os exercícios propostos tiveram a finalidade de melhorar as competências linguísticas e comunicativas dos alunos, consolidar o estudo do verbo e contribuir para uma melhor diferenciação do PP e PI, evidenciando uma evolução, desde simples identificação de formas verbais, até à elaboração de um pensamento metalinguístico mais desenvolvido.

### **Limitações do estudo e perspectivas para investigações futuras**

Como em qualquer pesquisa científica, encontrámos algumas dificuldades ao longo do percurso, desde questões financeiras relacionadas com a situação de Angola, até à mudança de orientação no final do ano letivo de 2018/2019. A recolha dos dados para esta tese também não esteve isenta de contratemplos, nomeadamente no tocante ao Grupo C. Os professores mostraram alguma resistência e muitos receios, uma vez que temiam estar a ser alvo de uma avaliação por parte dos seus superiores.

O estudo da categoria aspetual é tão complexo que muitas questões ficam em aberto, o que pode ser um desafio para investigações futuras. Acreditamos que o *corpus* recolhido pode servir de base a outras análises de categorias verbais.

Consideramos, por isso, que esta investigação, longe de esgotar o estudo do uso do PP e PI (indicativo) no português de Angola, abrirá outras portas.

# **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Academia das Ciências de Lisboa (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, (Vols. I-II). Lisboa: Verbo.

Adriano, Paulino Soma (2014). *Tratamento Morfossintático de Expressões e Estruturas Frásicas do Português em Angola: Divergências em relação à norma europeia (Tese de doutoramento)*. Évora: Universidade de Évora.

\_\_\_\_\_ (2015). *A Crise Normativa do Português em Angola, Clitização e Regência Verbal: que atitude normativa para o professor e o revisor?* Luanda: Mayamba.

Ançã, Maria H. S. Ferreira (1990). *A Expressão do Tempo e do aspeto. Ensino/Aprendizagem do Português, Língua Materna. (Dissertação de Doutoramento)*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Azevedo, Fernando J. Fraga de (2012). *Medologia da Língua Portuguesa*. Porto: Plural Editores.

Barbosa, Jorge Morais (1989). *Contribuição para o Estudo do Sistema Verbal Português: «Tempos Simples» e «Tempos Compostos»* (Vol. LXV). Universidade de Coimbra: Biblos .

\_\_\_\_\_ (1994). *Introdução ao Estudo da Fonologia e Morfologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina.

\_\_\_\_\_ (1998). Le Système Verbal Portugais. Em F. Bentolila, *Système Verbales* (pp. 71 - 86). Louvain-La-Neuve: Peeters.

Barroso, Henrique e Osório, Paulo (eds.) (2021). *Revista Diacrítica*, 35/1 “Tempo e Aspeto nas Línguas Românicas: Sincronia e Diacronia”. CEHUM, disponível em <http://diacritica.ilch.uminho.pt/index.php/dia/issue/view/14>

Barroso, Henrique (1997). O aspecto de fases em português contemporâneo. *Actas do XIX Congresso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas*. Universidade de Santiago de Compostela, pp. 333-348.

Barroso, Henriques (1994). *O Aspecto Verbal Perifrástico em Português Contemporâneo - Visão funcional/Sincrónica*. Porto: Porto Editora.

Bechara, Evanildo (2003). *Moderna Gramática Portuguesa* (37ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Borba, Francisco da Silva (1979). *Introdução aos estudos linguísticos* (6ª ed.). São Paulo: Companhia Editorial Nacional.

Calvet, Louis-Jean (2002). *Linguistique et colonialisme. Petit traité de glottophagie*. Paris: Petite Bibliothèque Payot (1.ª ed. 1974).

Camara Jr., J. Mattoso (1986). *Estrutura da Língua Portuguesa* (16ª ed.). Brasil: Vozes Petrópolis.

\_\_\_\_\_ (1997). *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa* (18ª ed.). Brasil: Vozes Petrópolis.

Campos, Maria. H. Costa (1997). *Tempo, Aspecto e Modalidade, Estudos de Linguística Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

Castilho, Ataliba T. de (1968). *Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa*. Marília.

Castilho, Ataliba T. de (2010). *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto.

Castro, Ivo (1991). *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

Chicuna, Alexandre. Mavungo (2014). *Portuguesismos nas Línguas Bantu. Para um Dicionário Português Kiyombe*. Lisboa: Edições Colibri.

Coan, Márcule (1999). Tempos Verbais em Variação: o Caso dos Pretéritos Perfeito e Mais-Que-Perfeito. In: A.P.L., *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Vol. I, pp. 309-322). Braga: Gráfica de Coimbra.

Comrie, Bernard (1985). *Tense*. Cambridge University Press. London: Cambridge University Press.

Conselho da Europa, Ministério da Educação (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, ensino, avaliação*. Porto: Edições Asa.

Constituição da República de Angola (2010). Luanda: Imprensa Nacional, E.P.

Costa, António Fernandes da (2006). *Rupturas Estruturais do Português e Línguas Bantu em Angola, para uma Análise Diferencial*. Angola: Universidade Católica de Angola.

Costa, João, Fiéis, Alexandra e Lobo, Maria (2016). A aquisição dos pronomes clíticos no português L1. In: Martins, Ana Maria, Carrilho, Ernestina (eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin/Boston: Walter de Gruyter, pp. 431-452.

Costa, Sónia B. Borba (1990). *O Aspeto em Português*. São Paulo: Contexto.

Costa, Teresa M. C. José da (2015). *Umbundismo no Português de Angola, Proposta de um Dicionário de Umbundismo (Tese de Doutoramento)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Cunha, Celso; Cintra, L. F. Lindley (2014). *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (21ª ed.). Lisboa: João de Sá da Costa.

Cristóvão, Fernando (dir. e coord.) et al. (2005). *Dicionário temático da lusofonia*. Lisboa: Texto Editores.

Diário da República Portuguesa (1963). Diário do Governo Português nº 211/1963, Série I de 1963 - 09 - 07. *Decreto nº 45235*. Lisboa, Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional de Lisboa. Obtido de <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/686269/details/maximized?perPage=100&sort=whenSearchable&q=educa%C3%A7%C3%A3o+f%C3%ADsica&sortOrder=ASC>, em 20 de junho de 2020.

Duarte, Inês (2003). Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In: Maria Helena Mira Mateus, Ana Maria Brito, Inês Duarte, Isabel Hub Faria. *Gramática da Língua Portuguesa* (5.ª ed. pp. 245 - 272). Lisboa: Caminho, SA (Coleção Universitária, Série Linguística).

- Dubois, Jean; Giacomo, Mathée; Guespin, Louis; Marcellesi, Christiane; Marcellesi, Jean-Baptiste e Mevel, Jean-Pierre (1983). *Dicionario de Linguística* (2ª ed.). Madrid: Alianza Editorial.
- Ducrot, Osvaldo & Todorov, Tzvetan. (1991). *Dicionário das Ciências da Linguagem* (7ª ed.). Lisboa: Dom Quixote.
- Eliseu, André (2008). *Sintaxe do Português*. Luanda: Editorial Nzila.
- Faraco, Carlos Alberto (2016). *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Faria, I. Hub, Pedro, E. Ribeiro, Duarte, Inês, Gouveia, Carlos A. M. (1996). *Introdução à Linguística Geral Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Fernandes, João & Ntongo, Zavoni. (2002). *Angola: Povos e Línguas*. Luanda: Editorial Nzila.
- Ferreira, A. B. de Holanda (1999). *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (3ª Revista e Ampliada ed.). Rio de Janeiro: Nova fronteira.
- Filusová, Radoslava (2012). *Difusão e Desenvolvimento do Português Vernáculo de Angola (Monografia de Licenciatura)*. República Checa: Faculdade de Filosofia, Universidade Mazarykova.
- Fonseca, Fernanda Irene (1994). *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*. Porto: Porto Editora.
- Fradique, Maria de F. S. e Castro (2008). *O Pretérito Perfeito e Imperfeito - as Diferenças Aspectuais na Aquisição de L2 (Dissertação de Mestrado)*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.6/3411>, em 24 de abril de 2018.
- Ganga, José. Gabriel. (2016). *Tendências Fonológicas e Ortográficas do Português em Luanda (Dissertação de Mestrado)*. Luanda: Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda.

Gaspar, Sofia I. N. Fernandes (2015). *A Língua Portuguesa em Angola: Contributo para uma Metodologia de Língua Segunda (Dissertação de Mestrado)*. Beira Interior: Universidade da Beira Interior.

Gonçalves, Anabela & Raposo, Eduardo B. Paiva (2013). Verbo e sintagma verbal In: Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa Segura e Amália Mendes (orgs.). *Gramática do Português*. Vol. II (pp. 1155 - 1218). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gonçalves, Perpétua (2013). História e Geografia do Português. In: Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa Segura e Amália Mendes (orgs.). *Gramática do Português*. Vol. I (pp. 157-178). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

Hagemeyer, Tjerk (2016). O Português em Contacto em África. In: Martins, Ana Maria, Carrilho, Ernestina (eds.). *Manual de Linguística Portuguesa* (pp. 43-67). Berlin/Boston: Walter de Gruyter.

Houaiss, António; Villar, Mauro de Salles e Franco, Francisco M. de Mello (2003). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates.

Inverno, Liliana (2009) A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In Ana M. Carvalho (org.), *Português em contato*, pp. 87-106. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana, Editorial Vervuert.

Leal, António e Oliveira, Fátima (2008). Subtipos de verbos de movimento e classes aspectuais. *XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 287-298.

Leiria, Isabel (1996). Aquisição de Língua não-materna. Um exemplo: o Aspeto Verbal. In: Isabel Hub Faria, Emília Ribeiro Pedro, Inês Duarte e Carlos A. M. Gouveia. *Introdução à Linguística Geral Portuguesa* (pp. 71-81). Lisboa: Editoria Caminho, SA.

Lopes, Ana Cristina (1996). Tempo, Aspeto e Coesão Discursiva. In: Duarte, Inês e Miguel, Matilde. *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Vol. III, pp. 351-371). Lisboa: Colibri.

Lopes, Óscar (1971). *Gramática Simbólica do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Machado, José Pedro (1977). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, vols. I-V. Lisboa: Livros Horizonte.

Marçalo, Maria J.B. Martins (2009). *Fundamentos para uma Gramática de Funções Aplicada ao Português*. Universidade de Évora: Centro de Estudos em Letras.

Marques, Irene Guerra (1983). Algumas Considerações sobre a Problemática Linguística em Angola. In: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. *Actas de Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo* (Vol. I, pp. 205 - 224). Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Marques, Rui (2013). Modo. In: Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa segura e Amália Mendes (org). *Gramática do Português* (Vol. I, pp. 673 - 693). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

\_\_\_\_\_ (2016). O Modo Conjuntivo. In: Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho (eds.). *Manual de Linguística Portuguesa* (pp. 610-635). Berlim/Boston: Walter de Gruyter. Obtido em 10 de março de 2020, de <http://hdl.handle.net/10451/32707>.

Martinet, André (1979). *Grammaire Fonctionnelle du français* (2<sup>a</sup> ed.). Paris: Didier.

\_\_\_\_\_ (1985). *Syntaxe générale*. Paris: Armand Colin.

\_\_\_\_\_ (2010). *Linguistique fonctionnelle, Linguistique structurale, Théories et analyse* (Vol. II). Bruxelles: E.M.E.

Martins, Ana Maria (2016). A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia. In: Martins, Ana Maria, Carrilho, Ernestina (eds.). *Manual de Linguística Portuguesa* (pp. 401-430). Berlin/Boston: Walter de Gruyter.

Mateus, M. H., Brito, A. M., Duarte, I., Faria, I. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

Matoso, António (2003). *Dicionário da Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Quarteto.

Miguel, Maria Helena (2004). *Dinâmica da Pronominalização no Português de Luanda*. Luanda: Editorial Nzila.

Mingas, Amélia Arlete (1998). O português em Angola - Reflexões. *VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, Vol. 1. Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau, pp. 109-126.

\_\_\_\_\_ (2000). *Interferências do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*. Luanda: Chá de Caxinde.

Ministério da Educação da República de Angola (2001). *Balanço da Implementação da 2ª Reforma Educativa em Angola*. Luanda: Ministério da Educação.

Mota, Maria Antónia (2020). Morfologia do Verbo. In: Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa segura e Amália Mendes (org). *Gramática do Português* (Vol. III, pp. 2933 - 3009). Maiadouro, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.

Neves, Maria Helena de Moura (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp.

Ntondo, Zavoni (2009). *A Contribuição para uma Normatização Ortográfica da Toponímia Angolana*. Luanda: Edições Kulonga/ISCED.

Nzau, Domingos G. Ndele (2011). *A Língua Portuguesa em Angola, um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização (Tese de Doutoramento)*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Oliveira, Fátima (2003). Modalidade e Modo. In: Maria Helena Mira Mateus, Ana Maria Brito, Inês Duarte, Isabel Hub Faria, Sónia Frota, Gabriela Matos, Marina Vigário e Alina Villalva (org). *Gramática da Língua Portuguesa* (5.ª ed., pp. 245 - 272). Lisboa: Caminho, SA (Coleção Universitária, Série Linguística).

\_\_\_\_\_ (2003). Tempo e Aspeto. In: Maria Helena Mira Mateus, Ana Maria Brito, Inês Duarte, Isabel Hub Faria, Sónia Frota, Gabriela Matos, Marina Vigário e Alina Villalva (org). *Gramática da Língua Portuguesa* (5.ª ed., pp. 127 - 178 ). Lisboa: Caminho, SA (Coleção Universitária, Série Linguística).

Oliveira, Fátima (2013). Tempo verbal. In: Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa segura e Amália Mendes (org). *Gramática do Português* (Vol. I, pp. 509-556). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

Oliveira, Fátima e Mendes, Amália (2013). Modalidade. In: Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa segura e Amália Mendes (org). *Gramática do Português* (Vol. I, pp. 623 - 669). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

Osório, Paulo e Rebelo, I. (2008). Para uma definição das diferenças entre português língua segunda e português língua estrangeira: contornos de uma controvérsia. In: Barros Dias, J. e Sebastião, Luís. (Orgs.). *Da Filosofia, da Pedagogia, da Escola. Liber Amicorum Manuel Ferreira Patrício*. Évora: Universidade de Évora, pp. 441-453.

Pereira, Suzana G. Costa (2009). *A Semântica do Objeto: Aspeto e determinação Nominal*. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Pestana, Maria Helena ; Gageiro, João Nunes (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais, A Complementariedade do SPSS* (5ª Revista e Corrigida ed.). (Ed. Robalo, Manuel) Lisboa: Sílabo.

Pontes, Eunice (1992). *Espaço e tempo na língua portuguesa*. Campinas SP: Pontes.

Portugal Ministério da Educação, D.-G. d. (2017). *Terminologia Linguística para o Ensino Básico e Secundários*. Lisboa: Ministério da Educação.

Quivy, R. e Compenhoudt, L. C. (1995). *Manual de investigação em ciências sociais. Trajectos*. Lisboa: Gradiva.

Raposo, Eduardo B. Paiva (2013). Estrutura da frase. In: Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa segura e Amália Mendes (org). *Gramática do Português* (Vol. I, pp. 303 - 398). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

Rio-Torto, Graça (1998b). Padrões de formação de verbos em português. *Revista Portuguesa de Filologia*, (vol. XXII, pp. 293-327).

\_\_\_\_\_ (1999). Para uma Pedagogia do erro. In: Didáctica da língua e da literatura, vol. I. pp. 595-618). *Actas do V Congresso Internacional de Didáctica da Língua e da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina/ILLP-FLUC.

Rodrigues, Alexandra Soares (2016). Noções Basilares sobre a Morfologia e o Léxico. In: Graça Rio-Torto, Isabel Pereira, Rui Pereira e Sílvia Ribeiro (org). *Gramática Derivacional do Português* (2ª ed. pp. 35-133). Universidade de Coimbra. Obtido de [http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0864-8\\_1](http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0864-8_1), em 20 de maio de 2021.

Santos, Maria J. de A. Vieira dos (2003). *Os Usos do Conjuntivo em Língua Portuguesa: uma Proposta de Análise Sintática e Semântico-Pragmática*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Severo, Cristine G., Sassuco, Daniel Peres e Bernardo, Ezequiel Pedro José (2019). Português e línguas bantu na educação angolana: da diversidade como “problema”. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n.º 43, pp. 290-307.

Silva, Paulo Nunes (1998). *Os tempos Compostos do Sistema Verbal Português*. Lisboa: Universidade Aberta.

Sousa, Otilia da Costa e (2007). *Tempo e Aspeto. O Imperfeito num Corpus de Aquisição*. (Ed. Instituto Politécnico de Lisboa) Lisboa: Colibri.

Suelela, David J. Lopes (2019). *Complementação Finita no Português de Angola, para uma Gramática da frase. (Tese de Doutoramento)*. Évora: Universidade de Évora.

Tchikwamanga, José Tchindjendje (2016). *Tendências Sintáticas do Português de Angola (Dissertação de Mestrado)*. Luanda: Faculdade de Letras, Universidade Agostinho Neto.

Travaglia, Luiz Carlos (2014). *O Aspecto Verbal no Português, Categoria e sua Expressão* (5ª ed.). Brasil: Universidade Federal de Uberlândia.

Trinta, Carlos Domingos (2016). *Distribuição dos Modos Conjuntivo e Indicativo no Português Falado e Escrito em Angola: Contributo no Estudo Comparativo com o PE, numa Perspectiva Semântica* (Dissertação de Mestrado). Lisboa: Universidade de Lisboa.

Undolo, Márcio (2016). *A Norma do Português em Angola, Subsídios para o seu Estudo*. Bengo: ESP-Bengo.

Vendler, Z. (1974 [1967]). *Verbs and Times. Linguistics and philosophy*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 21-32.

Vieira, José Luandino (1977). *Luuanda. 10 Autores Africanos* (6ª ed.). Luanda: Editores África.

Vilela, Mário (1992). *Gramática de valências: teoria e aplicação*. Coimbra: Almedina.

Vilela, Mário (1999). *Gramática da Língua Portuguesa, Gramática da palavra, Gramática da frase, Gramática do texto/discurso* (2ª ed.). Coimbra: Almedina.

Vilela, Mário; Koch, Ingedore Villaça (2001). *Gramática da Língua Portuguesa, Gramática da palavra, Gramática da frase, Gramática do texto/discurso* (2ª ed.). Lisboa: Almedina.

Villalva, Alina. (2008). *Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.

Xavier, Maria Francisca, Mateus, Maria Helena Mira (1992). *Dicionário de termos linguísticos*, vol. II. Lisboa: Edições Cosmos.

Weinrich, Harald (1968). *Estructura y funcion de los tiempos en el lenguaje*. Madrid: Gredos.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO: GRUPOS A E B

Caro informante,

Vimos por este intermédio pedir a sua prestimosa colaboração no preenchimento deste inquérito. Trata-se de um trabalho de investigação científica e não de um teste. O inquérito é anónimo, por isso, sinta-se à vontade, pois em nenhum momento os seus dados pessoais serão revelados. Pedimos que coloque as respostas em função do seu conhecimento.

Escola que frequenta \_\_\_\_\_

Classe \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_ Género \_\_\_\_\_ Curso \_\_\_\_\_

Línguas que fala \_\_\_\_\_

### QUESTIONÁRIO

Complete os espaços em branco, utilizando o verbo indicado no tempo adequado.

1. Quando eu \_\_\_\_\_ (ser) mais novo \_\_\_\_\_ (ir) muito à praia, pois \_\_\_\_\_ (ter) mais tempo. Depois dos dezoito anos, \_\_\_\_\_ (arranjar) emprego, porque \_\_\_\_\_ (precisar) de ganhar dinheiro. Mais tarde, como \_\_\_\_\_ (ter) dinheiro, \_\_\_\_\_ (comprar) um carro e \_\_\_\_\_ (fazer) um empréstimo para comprar casa. Tudo \_\_\_\_\_

(parecer) perfeito: \_\_\_\_\_ (ter) emprego, casa e carro e \_\_\_\_\_  
(fazer) amigos com facilidade.

2. Antigamente, eu \_\_\_\_\_ (ir) bastante ao cinema. \_\_\_\_\_ (ser) fascinante. Um dia, o meu irmão mais novo \_\_\_\_\_ (pedir) para ir comigo e eu \_\_\_\_\_ (aceitar). Quando nós \_\_\_\_\_ (chegar) e \_\_\_\_\_ (entrar) na sala, ele \_\_\_\_\_ (estar) encantado com tudo o que \_\_\_\_\_ (ver) à sua volta. Depois do filme, \_\_\_\_\_ (regressar) a casa e, como \_\_\_\_\_ (estar) com fome, \_\_\_\_\_ (procurar) na cozinha, mas não \_\_\_\_\_ (haver) nenhuma comida. \_\_\_\_\_ (estar) tudo muito arrumadinho. \_\_\_\_ (ser) preciso preparar o jantar!

**3. Conjugue o verbo estar, como indicado na tabela abaixo.**

| Pessoa    | INDICATIVO         |                      |
|-----------|--------------------|----------------------|
|           | Pretérito Perfeito | Pretérito Imperfeito |
| Eu        |                    |                      |
| Tu        |                    |                      |
| Ele/Ela   |                    |                      |
| Nós       |                    |                      |
| Vós       |                    |                      |
| Eles/Elas |                    |                      |

**4. Conjugue o verbo ter, como indicado na tabela abaixo.**

| Pessoa    | INDICATIVO         |                      |
|-----------|--------------------|----------------------|
|           | Pretérito Perfeito | Pretérito Imperfeito |
| Eu        |                    |                      |
| Tu        |                    |                      |
| Ele/Ela   |                    |                      |
| Nós       |                    |                      |
| Vós       |                    |                      |
| Eles/Elas |                    |                      |

**5. Conjugue o verbo ir, como indicado na tabela abaixo.**

| Pessoa    | INDICATIVO         |                      |
|-----------|--------------------|----------------------|
|           | Pretérito Perfeito | Pretérito Imperfeito |
| Eu        |                    |                      |
| Tu        |                    |                      |
| Ele/Ela   |                    |                      |
| Nós       |                    |                      |
| Vós       |                    |                      |
| Eles/Elas |                    |                      |

**6. Substitua as formas sublinhadas, pelo pretérito perfeito do indicativo.**

1. Não está ninguém em casa.
2. Unidos, seremos mais felizes.
3. Quem sabia da notícia?
4. Eles virão.
5. Houve um acidente. Eu estou no local.

**7. Substitua as formas sublinhadas, pelo pretérito imperfeito do indicativo.**

1. Não está ninguém em casa.

2. Unidos, seremos mais felizes.

3. Quem fugiu do trabalho?

4. Eu virei todos os dias à escola.

5. Eu estudarei sempre a matéria de língua portuguesa.

8. Todos nós já tivemos episódios nas nossas vidas que nos marcaram, episódios engraçados, episódios tristes, férias, etc. Num pequeno texto, conte um desses episódios da sua vida.

## APÊNDICE II – GRUPO C

Caro Professor,

Vimos por este intermédio pedir a sua prestimosa colaboração na correção do questionário abaixo, feito pelos alunos a quem solicitámos que contassem uma história com objetivo de identificarmos o uso correto do pretérito perfeito simples e do pretérito imperfeito do indicativo.

Em função disto, extraímos alguns trechos e gostaríamos que o senhor professor os corrigisse, bastando para o efeito preencher os espaços em branco com as formas verbais que achar corretas. No caso de a forma verbal estar correta, volte a transcrevê-la.

Trata-se de um trabalho de investigação científica e não de um teste. O inquérito é anónimo e em nenhum momento os seus dados pessoais serão revelados.

Instituição de ensino em que leciona \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_ Género \_\_\_\_\_

Nível académico \_\_\_\_\_

Formado em \_\_\_\_\_

### Trechos:

1. Quando eram 10 horas, tive de me preparar porque iria ao cinema com o meu melhor amigo. Às 12 horas, eu já **estava** (\_\_\_\_\_) preparada e o Shopping **é** (\_\_\_\_\_) no Morro Bento e eu **vivo** (\_\_\_\_\_) no Zango.

2. Um dos episódios da minha vida, no momento de férias, **foi** (\_\_\_\_\_) quando eu **estava** (\_\_\_\_\_) na casa da minha tia. Isso **era** (\_\_\_\_\_) em 2015.

3. **Era** (\_\_\_\_\_) no dia 25 de dezembro de 2014, todos os membros da minha família se **reuniram** (\_\_\_\_\_) para passar o natal na casa da minha avó, **estamos** (\_\_\_\_\_) todos muito felizes.

4. Em férias, quando eu **ia** (\_\_\_\_\_) à casa da minha avó, ela e o meu pai **dizia**: (\_\_\_\_\_) foi aqui que a tua mãe **morreu** (\_\_\_\_\_).

5. Depois do culto ter acabado, a família **estava** (\_\_\_\_\_) a voltar para sua casa. No meio da estrada, o carro **avariou** (\_\_\_\_\_), o meu pai **desce** (\_\_\_\_\_) para ver o que se **trata** (\_\_\_\_\_). Um parafuso **cai** (\_\_\_\_\_) no meio da estrada. A menina **vai** (\_\_\_\_\_) correndo e **atropelaram-na** (\_\_\_\_\_).

6. Na passagem de segunda para terça feira, ainda na cama, **começo** (\_\_\_\_\_) a ouvir os meus pais sussurrando perto do meu quarto. **Acordei** (\_\_\_\_\_) para tentar saber o que se **passava** (\_\_\_\_\_). Eles **agarram-me** (\_\_\_\_\_) e **disseram** (\_\_\_\_\_) baixinho: estamos sendo assaltados! Acorde seu irmão.

7. Eu olhei em volta e **comecei** (\_\_\_\_\_) a ouvir gritos. **Havia** (\_\_\_\_\_) muitos gritos na rua. **Assustei-me** (\_\_\_\_\_). O meu coração **bateu** (\_\_\_\_\_) muito rápido. O batimento não se **compara** (\_\_\_\_\_) ao de quando a pessoa **corre** (\_\_\_\_\_).

8. O episódio mais engraçado que **marcou** (\_\_\_\_\_) a minha vida é (\_\_\_\_\_) quando **fomos** (\_\_\_\_\_) juntos, eu e o meu irmão, ao Belas.

9. Um rapaz **pediu-me** (\_\_\_\_\_) em namoro, pelas redes sociais e eu **fiquei** (\_\_\_\_\_) estática, sem fazer nada. **Ignorei-o** (\_\_\_\_\_) muitas vezes. Um belo dia, eu ao voltar da escola, ele **está** (\_\_\_\_\_) vindo na minha direção, e eu **fiquei** (\_\_\_\_\_) a me perguntar: vou dizer-lhe o quê?

10. Na minha vida, o episódio que me **marcou** (\_\_\_\_\_) muito foi quando o meu pai **sai** (\_\_\_\_\_) de casa.

11. **Tinha** (\_\_\_\_\_) na altura treze anos de idade, quando me **encontrava** (\_\_\_\_\_) na escola estudando. Quando **tocou** (\_\_\_\_\_) o sino para o recreio, **divertia-me** (\_\_\_\_\_).

12. O pior **aconteceu** (\_\_\_\_\_), quando no início do segundo semestre, **recebi** (\_\_\_\_\_) a triste notícia de que o curso não **estava** (\_\_\_\_\_) legalizado (...) **é** (\_\_\_\_\_) uma fase triste da minha vida que nunca irei esquecer porque apesar daquela porta ter-se fechado, outra mais divertida e desafiadora **abriu-se** (\_\_\_\_\_).

13. No meu aniversário, os meus amigos **arranjaram** (\_\_\_\_\_) uma festa surpresa para mim. **Fizerão-me** (\_\_\_\_\_) uma partida.

14. Andando pelas ruas, **ríamos** (\_\_\_\_\_) bastante e todos **vião** (\_\_\_\_\_) a alegria nos nossos rostos.

## ANEXOS

### ANEXO I - AUTORIZAÇÕES (IMIL E ISPK)

À

DIRECÇÃO DO INSTITUTO MÉDIO  
INDUSTRIAL DE LUANDA

LUANDA

**ASSUNTO: PEDIDO DE RECOLHA DE DADOS PARA CONSTITUIÇÃO DE  
CORPUS DE TESE**

**José Gabriel Ganga**, Doutorando na Universidade de Évora, Portugal, no curso de Linguística Portuguesa, encontrando-se em Luanda por forma a desenvolver a sua pesquisa de campo, para recolha de dados para a constituição do seu *corpus* de estudo, no âmbito do Programa de Linguística da Universidade;

Necessitando de proceder a aplicação de um questionário junto dos estudantes que se encontram a frequentar a 10ª classe (uma turma de cada Área de Formação), tendo como garantia a total confidencialidade relativamente à identidade dos estudantes participantes no estudo. Os dados recolhidos servirão única e exclusivamente para fins académico e científicos.

Assim, o Doutorando vem pela presente solicitar a V/Exas se digne autorizar a realização do referido questionário, para concretizar a investigação supracitada, pelo que;

Espera deferimento.

**Luanda aos 03 de Setembro de 2018**

**Contactos:**

**938418278/ 912222535**

**E-mail: jose.gangaimil@hotmail.com**

Atenciosamente  
*José Gabriel Ganga*  
José Gabriel Ganga

IMIL - SDA  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
ENTRADA

Data: 03/09/2018

Ass: Emesto

*Está autorizada a  
realizar o trabalho*  
*ROBERTO*  
*17/09/2018.*

Autorizada a  
Resposta do  
Doutorando  
José Ganga  
27.08.2018

À

DIRECÇÃO GERAL DO INSTITUTO  
SUPERIOR POLITÉCNICO KATANGOJI

LUANDA

**ASSUNTO: PEDIDO DE RECOLHA DE DADOS PARA CONSTITUIÇÃO DE  
CORPUS DE TESE**

José Gabriel Ganga, Doutorando na Universidade de Évora, Portugal, no curso de Linguística Portuguesa, encontrando-se em Luanda por forma a desenvolver a sua pesquisa de campo, no âmbito do Programa de Linguística da Universidade, para recolha de dados para a constituição do seu *corpus* de estudo;

Necessitando de proceder a aplicação de dois questionários, junto dos estudantes que se encontram a frequentar o 1º e o 2º Ano, no vosso estabelecimento de ensino superior, tendo como garantia a total confidencialidade relativamente à identidade dos estudantes participantes no estudo. Os dados recolhidos servirão única e exclusivamente para fins académicos e científicos.

Assim, o Doutorando vem pela presente solicitar a V/Exas se digne autorizar a realização do referido questionário, para concretizar a investigação supracitada, pelo que;

Espera deferimento.

**Luanda aos 23 de Agosto de 2018**

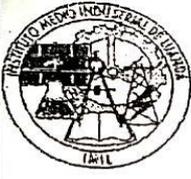
**Contactos:**

**938418278/ 912222535**

**e-mail: jose.gangaimil@hotmail.com**

Atenciosamente  
  
José Gabriel Ganga

**ANEXO II – PLANIFICAÇÃO ANUAL – LÍNGUA PORTUGUESA (10.<sup>a</sup> CLASSE)**

|  INSTITUTO MÉDIO INDUSTRIAL DE LUANDA<br>SUBDIRECÇÃO PEDAGÓGICA<br>COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA |  |  |              |
|--|--|--|--------------|
| DOSIFICAÇÃO DO <u>I</u> - TRIMESTRE  |  |  |              |
| CURSO: <u>Todos</u>  |  | DISCIPLINA: <u>Língua Portuguesa</u>                                     |              |
| ANO LECTIVO: <u>2018</u>   |  | N.º DE AULAS: _____  |              |
| MÊS: <u>fevereiro</u>  |  | CLASSE: <u>10.ª Classe</u>   |              |
| SEMANAS LECTIVAS   | OBJECTIVOS   | CONTEÚDO   | N.º DE AULAS |
| 1.ª SEMANA<br>DE: <u>01 a 02</u><br>DE: <u>fevereiro</u>   |  | Abertura do ano lectivo  | 6            |
| 2.ª SEMANA<br>DE: <u>05 a 09</u><br>DE: <u>fevereiro</u>   | - Expressar-se oralmente com confiança e autonomia   | Apresentação do professor e do aluno<br>- Leitura do Regulamento interno | 3 Aulas      |
| 3.ª SEMANA<br>DE: <u>12 a 16</u><br>DE: <u>fevereiro</u>   | - Desenvolver a consciência nacional e os valores de uma cidadania pelo contacto do Carnaval | Pausa de carnaval<br>- Debate sobre o Carnaval de Angola                 | 2            |

O COORDENADOR



INSTITUTO MÉDIO INDUSTRIAL DE LUANDA  
SUBDIRECÇÃO PEDAGÓGICA  
COORDENAÇÃO

DOSIFICAÇÃO DO 1.º TRIMESTRE  
CURSO: Todos  
DISCIPLINA: Língua Portuguesa  
ANO LECTIVO: 2010 N.º DE AULAS:  
MÉS: Fevereiro/Março CLASSE: 10.ª classe

| SEMANAS LECTIVAS                           | OBJECTIVOS  | CONTEÚDO  | N.º DE AULAS |
|--|---|---|--------------|
| 4.ª SEMANA<br>DE: 19 a 23<br>DE: Fevereiro | <ul style="list-style-type: none"> <li>Conhecer o conceito de texto informativo e suas características.</li> <li>Desenvolver o gosto pela leitura e a preservação do património público.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Estudo do texto informativo, conceitos e características.</li> <li>Leitura, exploração e análise do texto "A escola, um bem social".</li> <li>Síntese do texto em estudo.</li> </ul> | 3 Aulas      |
| 5.ª SEMANA<br>DE: 26 a 02<br>DE: Fev/Março | <ul style="list-style-type: none"> <li>Aprofundar os conhecimentos em relação à fonética e à fonologia.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>texto informativo</li> <li>A fonética e a fonologia (vogais, ditongos, sílabas abertas e fechadas)</li> <li>Intensivos, dígrafos, sílabas e sua classificação.</li> </ul>            | 3 Aulas      |
| 6.ª SEMANA<br>DE: 05 a 09<br>DE: Março     | <ul style="list-style-type: none"> <li>Expressar oralmente de forma fluente e correcta de adequada as diversas situações de comunicação.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>A comunicação e linguagem.</li> <li>uso da linguagem.</li> <li>formas de tratamento.</li> <li>funções da língua.</li> <li>tipos de linguagem.</li> </ul>                             | 3 Aulas      |

O COORDENADOR



INSTITUTO MÉDIO INDUSTRIAL DE LUANDA  
SUBDIRECÇÃO PEDAGÓGICA  
COORDENAÇÃO

DOSIFICAÇÃO DO 1º TRIMESTRE  
CURSO: Novos  
DISCIPLINA: Língua Portuguesa  
ANO LECTIVO: 2018, Nº DE AULAS: \_\_\_\_\_  
MÊS: Março, CLASSE: 10ª classe

| SEMANAS LECTIVAS                                     | OBJECTIVOS   | CONTEÚDO   | Nº DE AULAS |
|--|--|--|-------------|
| 7.ª SEMANA<br>DE: <u>12 a 16</u><br>DE: <u>Março</u> | Expressar oralmente de forma fluente e correcta e adequa as situações de comunicação.  | As funções da linguagem.<br>Tipos de língua (oral, linguagem não verbal).<br>Registo oral.<br>Registo escrito. | 3 aulas     |
| 8.ª SEMANA<br>DE: <u>19 a 23</u><br>DE: <u>Março</u> | Avaliar os conhecimentos adquiridos.   | Prova parcelar   | 3 aulas     |
| 9.ª SEMANA<br>DE: <u>26 a 29</u><br>DE: _____        | Usar a leitura como instrumento de comunicação e veículo de novas aquisições culturais.<br>Desenvolver o gosto pessoal pela leitura. | Leitura exploratória.<br>Vocabulário.<br>Análise do texto.<br>«Angola Educação e Cultura»                      | 3 aulas     |

O COORDENADOR



INSTITUTO MÉDIO INDUSTRIAL DE LUANDA  
SUBDIRECÇÃO PEDAGÓGICA  
COORDENAÇÃO

DOSIFICAÇÃO DO 1.º TRIMESTRE  
CURSO: Leão  
DISCIPLINA: Língua Portuguesa  
ANO LECTIVO: 2018, Nº DE AULAS: \_\_\_\_\_  
MÊS: Abril, CLASSE: 10.ª classe

| SEMANAS LECTIVAS                                      | OBJECTIVOS   | CONTEÚDO   | Nº DE AULAS |
|---|--|--|-------------|
| 10.ª SEMANA<br>DE: <u>02 a 06</u><br>DE: <u>Abril</u> | Compreender enunciados escritos.                             | - Estudo da sintaxe<br>A frase, tipos e formas de frases<br>Sintáticas:<br>Sujeito e predicado, sua classificação.   | 3 aulas     |
| 11.ª SEMANA<br>DE: <u>09 a 13</u><br>DE: <u>Abril</u> | Compreender enunciados escritos.                             | - Continuação do estudo da sintaxe<br>Elementos complementares e acessórios da frase: directo, indirecto, predicativo do complemento, complementos circunstanciais<br>Adjectivo, vocativo<br>Atributo. | 3 aulas     |
| 12.ª SEMANA<br>DE: <u>16 a 20</u><br>DE: <u>Abril</u> | Consolidar os conhecimentos adquiridos ao longo do bimestre. | Consolidação da matéria de aula.   | 3 aulas     |

O COORDENADOR



INSTITUTO MÉDIO INDUSTRIAL DE LUANDA  
SUBDIRECÇÃO PEDAGÓGICA  
COORDENAÇÃO

DOSIFICAÇÃO DO 1º TRIMESTRE  
CURSO: Todos  
DISCIPLINA: Língua Portuguesa  
ANO LECTIVO: 2018, Nº DE AULAS:  
MÊS: Abril, CLASSE: 10ª classe

| SEMANAS LECTIVAS                       | OBJECTIVOS  | CONTEÚDO         | Nº DE AULAS |
|--|---|------------------|-------------|
| 13ª SEMANA<br>DE: 16 a 20<br>DE: Abril | Avaliar os conhecimentos adquiridos ao longo do trimestre | Prova trimestral | 3 Aulas     |
| 14ª SEMANA<br>DE: 23 a 27<br>DE: Abril | Avaliar os conhecimentos adquiridos ao longo do trimestre | Prova trimestral | 3 Aulas     |
| * SEMANA<br>DE: A<br>DE:               |   |                  |             |

O COORDENADOR



INSTITUTO MÉDIO INDUSTRIAL DE LUANDA  
SUBDIRECÇÃO PEDAGÓGICA

COORDENAÇÃO *10ª*

DOSIFICAÇÃO DO II TRIMESTRE

CURSO: *Tecels*  
DISCIPLINA: *Língua Portuguesa*  
ANO LECTIVO: \_\_\_\_\_, Nº DE AULAS: *9*  
MÊS: *Junho e Julho*, CLASSE: *10ª*

| SEMANAS LECTIVAS                                   | OBJECTIVOS   | CONTÉUDO   | Nº DE AULAS |
|--|--|--|-------------|
| * SEMANA<br>DE: <i>17 a 22</i><br>DE: <i>Junho</i> | <i>Aprofundar o gosto pela leitura de um texto narrativo</i>                   | <i>- Lectura e análise de um texto narrativo</i>   | 3           |
| DE: <i>Junho</i>                                   | <i>Identificar os factores da narrativa num texto</i>                          | <i>- Factores da narrativa (autor/leitor, narrador/narratário, personagens).<br/>- Revisão para a prova parcelar</i> |             |
| * SEMANA<br>DE: <i>24 a 28</i><br>DE: <i>Junho</i> | <i>Analisar e avaliar a assimilação dos conteúdos programados e desafiados</i> | <i>- 1ª Prova parcelar do professor</i>  | 3           |
| * SEMANA<br>DE: <i>01 a 05</i><br>DE: <i>Julho</i> | <i>Identificar os factores da narrativa</i>                                    | <i>- Entrega e correção da prova parcelar<br/>- Actantes da narrativa</i>  | 3           |

O COORDENADOR



INSTITUTO MÉDIO INDUSTRIAL DE LUANDA  
SUBDIRECÇÃO PEDAGÓGICA  
COORDENAÇÃO DE INGLÉS

DOSIFICAÇÃO DO IIIº TRIMESTRE

CURSO: Técnicos  
DISCIPLINA: Língua Portuguesa  
ANO LECTIVO: 2018, Nº DE AULAS: \_\_\_\_\_  
Mês: Agosto / Setembro, CLASSE: 10ª

| SEMANAS LECTIVAS                          | OBJECTIVOS   | CONTEÚDO  | Nº DE AULAS |
|---|--|---|-------------|
| 1.ª SEMANA<br>DE: 27 a 31<br>DE: Agosto   |  | - Conexão e Verificação da prova trimestral   | 3           |
| 2.ª SEMANA<br>DE: 03 a 7<br>DE: Setembro  | - Conhecer os pronomes pessoais na sua forma atona | - Pronomes relativos<br>- Pronominalização<br>- Função do pronome atono na frase              | 3           |
| 3.ª SEMANA<br>DE: 10 a 14<br>DE: Setembro | - Compreender a função do pronome atono na frase   | - Exercícios de pronominalização<br>- despronominalização<br>- Exercícios de pronominalização | 3           |

O COORDENADOR



INSTITUTO MÉDIO INDUSTRIAL DE LUANDA  
SUBDIRECÇÃO PEDAGÓGICA  
COORDENAÇÃO DE INGLÉS

DOSIFICAÇÃO DO III.º TRIMESTRE

CURSO: 1.ª Língua Portuguesa  
DISCIPLINA: 1.ª Língua Portuguesa  
ANO LECTIVO: 2018 Nº DE AULAS: 109  
MÊS: Setembro / Outubro CLASSE: 109

| SEMANAS LECTIVAS   | OBJECTIVOS  | CONTEÚDO   | Nº DE AULAS |
|--|---|--|-------------|
| <p>4.ª SEMANA</p> <p>DE: <u>18 a 21</u></p> <p>DE: <u>Setembro</u></p> | <p>- Reconhece a originalidade dos valores culturais</p> <p>- Desenvolve a expressão de sentimentos</p> | <p>- A criação da Casa dos estudantes do Império</p> <p>- Movimento dos povos intelectuais de Angola (Poesia do 50) A vida e obras de Dr. António Agostinho Neto</p> | 3           |
| <p>5.ª SEMANA</p> <p>DE: <u>24 a 28</u></p> <p>DE: <u>Setembro</u></p> | <p>- Reconhecem as dimensões estética da linguagem</p> <p>- Desenvolve a expressão de sentimentos</p>   | <p>- Modos líricos</p> <p>- Texto poético (Características)</p> <p>- Recitação de José Mary de Dr. António Agostinho Neto</p>  | 3           |
| <p>6.ª SEMANA</p> <p>DE: <u>10 a 05</u></p> <p>DE: <u>Outubro</u></p>  | <p>- Identificam a estrutura formal do processo</p>   | <p>- Estrutura do texto poético</p> <p>- Leitura análise formal do texto "Conta dum Contratado"</p>  |             |

O COORDENADOR



INSTITUTO MÉDIO INDUSTRIAL DE LUANDA  
SUBDIREÇÃO PEDAGÓGICA  
COORDENAÇÃO DE INGLÊS

DOSIFICAÇÃO DO III TRIMESTRE

CURSO: \_\_\_\_\_  
DISCIPLINA: Idioma Português  
ANO LECTIVO: 2018, N.º DE AULAS: \_\_\_\_\_  
MÊS: Outubro, CLASSE: 105

| SEMANAS LECTIVAS                         | OBJECTIVOS   | CONTEÚDO   | N.º DE AULAS |
|--|--|--|--------------|
| 7.ª SEMANA<br>DE: 08 a 12<br>DE: Outubro | - Desenvolver a expressão sentimental<br>- Conhecer a vida e o trabalho de António Jacinto | - A vida e o trabalho de António Jacinto<br>- Conclusões da análise do texto "Lanta um contrato" | 3            |
| 8.ª SEMANA<br>DE: 15 a 19<br>DE: Outubro | Consolidar os conhecimentos adquiridos ao longo do mês.                                    | Preparação da prova do professor.  | 3            |
| 9.ª SEMANA<br>DE: 22 a 26<br>DE: Outubro | Avaliar os conteúdos leccionados   | Prova do professor   | 3            |

O COORDENADOR



INSTITUTO MÉDIO INDUSTRIAL DE LUANDA  
SUBDIRECÇÃO PEDAGÓGICA  
COORDENAÇÃO DE INGLÉS

DOSIFICAÇÃO DO IIIº TRIMESTRE

CURSO: \_\_\_\_\_  
DISCIPLINA: Língua Portuguesa  
ANO LECTIVO: 2018/19 Nº DE AULAS: \_\_\_\_\_  
MÊS: Novembro CLASSE: 10

| SEMANAS LECTIVAS   | OBJECTIVOS  | CONTEÚDO  | Nº DE AULAS |
|--|---|---|-------------|
| 10.ª SEMANA<br>DE: 29 a 02<br>DE: Out/Nov                  | Expressar sentimentos e opiniões                    | Recursos estilísticos.<br>Estudo das figuras de estilo  | 3           |
| 11.ª SEMANA<br>DE: 05 a 09<br>DE: Novembro                 | Reconhecer e analisar poemas                        | A voz e obra de Viriato da Cruz<br>Poetuna analisada no texto «Nemora no»<br>- Continuação com estudo das figuras de estilo | 3           |
| 12.ª SEMANA<br>DE: 12 a 16<br>DE: Novembro<br><br>19/23 => | Conjugação dos verbos nos diferentes tempos e modos | - <u>Estudo dos verbos e advérbios</u><br>- <u>Revisão</u><br><br>Prova Global  | 3           |

O COORDENADOR

32.º O disposto nesta portaria no que respeita à classe de construção naval é aplicável desde 1 de Julho de 1962.

33.º Ficam por esta forma revogadas as Portarias n.ºs 18 393 e 18 710, de, respectivamente, 12 de Abril de 1961 e 4 de Setembro de 1961, e o n.º 1.º da Portaria n.º 19 384, de 6 de Setembro de 1962.

Ministério da Marinha, 7 de Setembro de 1963. — O Ministro da Marinha, *Fernando Quintanilha Mendonça Dias*.



**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

Direcção-Geral dos Negócios Políticos  
e da Administração Interna

**Portaria n.º 20 063**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, abonar ao Consulado de Portugal em Bremen, com efeitos a partir de 1 de Julho próximo passado, pela verba do n.º 3) do artigo 37.º do capítulo 4.º do orçamento em vigor, as importâncias abaixo designadas, a fim de ocorrer ao pagamento de salários ao pessoal assalariado em serviço no Consulado, ficando assim alterada a partir daquela data a Portaria n.º 19 611, de 31 de Dezembro de 1962, na parte respeitante àquela posto consular:

|                     | Marcos   |
|---------------------|----------|
| Chanceler . . . . . | 900,00   |
| Empregado . . . . . | 500,00   |
| Empregado . . . . . | 450,00   |
|                     | 1 850,00 |

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 7 de Setembro de 1963. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira*.

(Não carece de visto ou de anotação do Tribunal de Contas).



**MINISTÉRIOS DAS OBRAS PÚBLICAS  
E DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA**

**Decreto-Lei n.º 45 234**

Pelo Decreto-Lei n.º 44 747, de 30 de Novembro de 1962, foi aprovado o plano de aquisição de mobiliário e equipamento para o Centro de Reabilitação de Diminuídos Motores, em Alcoitão, a que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa está a proceder através da Comissão Administrativa de Obras, sob a orientação do Ministério das Obras Públicas.

Reconhece-se, porém, não ser possível levar a final no ano em curso o referido plano, que há que subordinar ao desenvolvimento efectivo da obra a que diz respeito.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É prorrogado até 31 de Dezembro de 1964 o prazo de execução do plano de aquisição de mobiliário e equipamento para o Centro de Reabilitação de Diminuídos Motores, em Alcoitão, estabelecido no ar-

tigo 1.º do Decreto-Lei n.º 44 747, de 30 de Novembro de 1962.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 7 de Setembro de 1963. — AMÉRICO DELS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira* — *Manuel Gomes de Araújo* — *Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Joaquim da Luz Cunha* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *António Augusto Peixoto Correia* — *Inocêncio Galvão Telles* — *Luís Maria Teixeira Pinto* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *José João Gonçalves de Proença* — *Pedro Mário Soares Martinez*.



**MINISTÉRIO DO ULTRAMAR**

Direcção-Geral do Ensino

**Decreto n.º 45 235**

O ritmo de progresso industrial e comercial última-mente verificado nas províncias de Angola e Moçambique e a extraordinária afluência de alunos de todas as camadas da população ao ensino técnico exigem um proporcional esforço de actualização de quadros das escolas industriais e comerciais, a criação de escolas técnicas elementares em localidades que atingiram apreciável desenvolvimento populacional ou a sua reclassificação em ordem a uma maior extensão dos seus estudos e, finalmente, a multiplicação de institutos médios que estabeleçam a transição dos estudos técnicos secundários para os superiores.

Das providências tomadas no presente diploma para fazer face a essas necessidades, cumpre salientar a criação das escolas técnicas elementares de Salazar e Novo Redondo e a de um instituto comercial e de outro industrial em Luanda.

Por outro lado, a não menor afluência de alunos ao ensino liceal, hoje incentivada pela criação dos Estudos Gerais Universitários naquelas duas províncias de África, reclama o urgente reforço dos seus quadros de pessoal docente.

No que se refere ao magistério primário, o progredimento da ocupação escolar na província de Angola torna necessária a criação de mais uma escola dessa modalidade, que ficará localizada na cidade de Sá da Bandeira, em vista das excepcionais condições que esta cidade reúne para o efeito.

Atendendo, pois, a essas prementes necessidades do ensino, expostas pelos governos das províncias ultramarinas;

Verificando-se a urgência prevista no n.º III, alínea a), da base X da Lei Orgânica do Ultramar, em virtude de as providências constantes do presente diploma terem em vista a abertura do próximo ano lectivo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São criados, na cidade de Luanda, um instituto industrial e um instituto comercial, nos quais começarão a funcionar todos os cursos ministrados nos dois ramos de ensino técnico médio.

Art. 2.º O Instituto Industrial de Luanda e o Instituto Comercial da mesma cidade disporão do pessoal previsto na regra 1.ª da Portaria n.º 18 706, de 28 de Agosto de 1961.

Art. 3.º Os encargos a que der origem o serviço docente em cada um dos Institutos serão orçamentados à medida que seja reconhecida a necessidade da intervenção dos professores e agentes do ensino, segundo a forma de desempenho desse serviço que se venha a adoptar.

Art. 4.º É criada na cidade de Sá da Bandeira, da província de Angola, uma escola do magistério primário.

Art. 5.º A Escola do Magistério Primário de Sá da Bandeira disporá do pessoal docente relacionado no artigo 4.º do Decreto n.º 44 240, de 17 de Março de 1962, devendo proceder-se ao seu provimento de harmonia com o que é preceituado no mesmo artigo.

Art. 6.º Com vista à dotação da escola referida no artigo anterior, será aumentado o quadro burocrático dos serviços de instrução da província de Angola com um segundo-oficial e um dactilógrafo e criados dois lugares de contínuo e dois de servente, mas o seu provimento não será realizado enquanto efectivamente se não verificar a sua indispensabilidade para o funcionamento da escola.

Art. 7.º São criadas na província de Angola duas escolas técnicas elementares, uma localizada na cidade de Salazar e a outra em Novo Redondo.

Art. 8.º O pessoal de cada uma das escolas técnicas elementares agora criadas é o seguinte:

a) Do quadro comum:

Um professor do 5.º grupo, adjunto; um professor do 8.º grupo, adjunto; um professor do 11.º grupo, adjunto.

b) Dos quadros complementares:

Um professor de Educação Física; um professor de Religião e Moral; um professor de Canto Coral.

c) Do quadro privativo:

Um mestre de trabalhos manuais e um auxiliar (feminino) de trabalhos manuais.

d) Do quadro burocrático:

Um terceiro-oficial e um aspirante.

e) Pessoal contratado:

Uma dactilógrafa; três contínuos, sendo um feminino.

f) Pessoal assalariado:

Três serventes, sendo um feminino.

Art. 9.º São aplicáveis às Escolas Técnicas Elementares de Salazar e de Novo Redondo as disposições legais vigentes sobre gratificações por exercício dos cargos desempenhados pelos professores dessas Escolas.

Art. 10.º São aumentados os seguintes lugares aos quadros comum, complementar de educação física e privativo do ensino profissional industrial e comercial do ultramar, com destino às Escolas adiante designadas da província de Angola.

A) Escola Industrial de Luanda:

a) Dois professores efectivos, sendo um do 1.º grupo e um do 8.º;

b) Quatro professores adjuntos, sendo dois do 2.º grupo, um do 3.º e um do 4.º;

c) Um mestre de electricidade;

d) Dois contramestres, sendo um de electricidade e um de serralharia;

e) Um preparador.

B) Escola Comercial Vicente Ferreira:

a) Uma mestra de formação feminina;

b) Um contramestre (feminino) de formação feminina;

c) Um preparador.

C) Escola Industrial e Comercial Sarmiento Rodrigues, de Nova Lisboa:

a) Três professores efectivos, sendo dois do 1.º grupo e um do 8.º;

b) Seis professores adjuntos, sendo dois do 5.º grupo, dois do 8.º e dois do 11.º;

c) Um mestre de grafias;

d) Três contramestres, sendo dois de serralharia e um de electricidade;

e) Um contramestre (feminino) de formação feminina;

f) Um preparador.

D) Escola Comercial do Lobito:

a) Um professor efectivo do 8.º grupo;

b) Um professor adjunto do 5.º grupo;

c) Uma professora de Educação Física;

d) Um mestre de grafias;

e) Um mestre (feminino) de trabalhos manuais;

f) Um auxiliar (masculino) de trabalhos manuais.

E) Escola Industrial e Comercial Infante D. Henrique, de Moçâmedes:

a) Dois professores efectivos, sendo um do 4.º grupo e um do 9.º;

b) Um professor adjunto do 2.º grupo;

c) Um contramestre de serralharia;

d) Um auxiliar (feminino) de trabalhos manuais.

F) Escola Industrial e Comercial Artur de Paiva, de Sá da Bandeira:

a) Dois professores efectivos, sendo um do 4.º grupo e um do 8.º;

b) Dois professores adjuntos, sendo um do 8.º grupo e um do 11.º;

c) Um mestre de grafias;

d) Um mestre de trabalhos manuais;

e) Um contramestre de carpintaria;

f) Um auxiliar (masculino) de trabalhos manuais;

g) Um preparador.

G) Escola Industrial e Comercial de Silva Porto:

a) Três professores efectivos, sendo um do 1.º grupo, um do 7.º e um do 9.º;

b) Um contramestre de serralharia.

H) Escola Industrial e Comercial de Malanje:

a) Um professor efectivo do 1.º grupo;

b) Quatro professores adjuntos, sendo um do 2.º grupo, um do 5.º, um do 8.º e um do 11.º;

c) Uma professora de Educação Física;

d) Uma mestra de trabalhos manuais;

e) Um contramestre de serralharia;

f) Um contramestre (feminino) de formação feminina;

g) Um auxiliar (masculino) de trabalhos manuais.

I) Escola Industrial e Comercial de Benguela:

a) Um professor efectivo do 1.º grupo;

b) Quatro professores adjuntos, sendo um do 2.º grupo, um do 5.º, um do 8.º e um do 11.º;

## ANEXO IV –INSTITUTO MÉDIO INDUSTRIAL DE LUANDA



## ANEXO V – INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO KATANGOJI

